



economia brasileira contemporânea

AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO EXTERNO,
FINANCIAMENTO E POLÍTICA

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da

Economia Brasileira Contemporânea.

Campinas, SP: Blog Cidadania & Cultura, 2024. 184p.

1. Agropecuária. 2. Indústria. 3. Comércio Externo.
4. Financiamento. 5. Política.
I. Título.

330
C837a

Estudo sobre Economia Brasileira Contemporânea: Agropecuária, Indústria, Comércio Externo, Financiamento e Política

Sumário

Introdução	5
Capítulo 1. Agropecuária	19
Introdução	19
Linha do Tempo da Embrapa	21
Anos 80	22
Anos 90	24
Anos 2000	26
De 2010 até 2023: Sustentabilidade como Pré-requisito para o Desenvolvimento Agrícola.....	28
Trajatória Recente da Agricultura Brasileira	31
Boom nas Exportações	33
Explicação para o Desenvolvimento da Agricultura	34
Questões a Superar.....	36
Brasil em 50 Alimentos: Resumo	36
Futuro da Agropecuária Brasileira	41
O que esperar da Produção Agropecuária no Brasil	42
O Brasil plantou um Futuro Verde	47
O Brasil como fornecedor mundial sustentável de alimentos, bioenergia e outros agroprodutos ..	52
Subsistema do Agronegócio com Cadeia Produtiva-Comercial	55
Digitalização do Campo	62
Capítulo 2. Indústria	66
Rigidez Produtiva e Importações no Brasil: 1995-2009	66
Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento	71
Conceitos Básicos de Cadeias Globais de Valor (CGVs).....	72
Cadeia Regional de Valor: CRV em vez de CGV	75
Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística na Economia Mundial	77
Transição da Indústria Automotiva Brasileira	81
Política Industrial: Incentivo Fiscal Para Montadoras	90
China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho	96
Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento	102
Capítulo 3. Balanço Comercial	109
Cotações de Commodities	109

Exportação e Importação Brasileira	111
Parceiros Comerciais	116
Capítulo 4. Financiamento	120
Desenvolvimento do Sistema de Crédito Rural	120
Divisão de Trabalho no Financiamento	127
Financiamento de Empresas Não-Financeiras.....	130
Evolução do Exigível Financeiro por Estoques das Fontes de Recursos	138
Investimento Direto Estrangeiro no Mundo em 2022	143
Capítulo 5. Política	149
Conflito de Interesses no Agronegócio	149
Conceitos para Entendimento da Política Brasileira	154
O velho não morreu e o novo ainda não nasceu.....	160
Denúncia Estéril do Capitalismo	164
Considerações Finais: Complexidade é Mistura	169
Fontes de Referência	175
Obras do Autor com links para download.....	177
Sobre o Autor.....	184

Introdução

Conversa-de-botequim, quando a humanidade com duas doses a mais se torna mais interessante, liberta a mente e inspira perguntas-chaves. Por exemplo, não há autocensura ao perguntar: *por qual razão o Brasil não é a China?!*

A primeira resposta vinda à cabeça parece ser *o óbvio ululante*. A China e o Brasil têm diferenças históricas, culturais e demográficas substanciais.

A China tem uma história antiga, cujos chineses dizem a conhecer desde quando passou a existir algum registro escrito... Essa civilização contínua, ao longo do tempo, contrasta com a do Brasil pelos brasileiros desconsiderarem a dos povos originários, em seu território, e a narrarem apenas a partir de sua colonização pelos conquistadores portugueses no início do século XVI.

Daí a China tem uma rica tradição cultural e filosófica, incluindo o confucionismo, taoísmo e budismo. O Brasil, por sua vez, possui uma cultura diversificada, influenciada pela história da colonização, miscigenação e influências africanas, indígenas e europeias.

Enquanto o Brasil foi uma colônia portuguesa e passou por um período imperial (1822-1889), antes da Proclamação da República, a China passou por várias dinastias imperiais, antes da sua República, em 1912, e a posterior Revolução Chinesa, em 1949, com a ascensão do PCCh (Partido Comunista Chinês) ao poder e a Proclamação da República Popular da China sob a liderança de Mao Tsé-tung em um *regime totalitário de partido único*. O Brasil é uma república federativa democrática com um *sistema multipartidário*.

A Revolução Cultural (1966-1976), na China, teve um impacto significativo em sua sociedade e cultura, resultando em mudanças traumáticas em muitos aspectos da vida chinesa. O Brasil também passou por ditaduras em sua história a partir da Revolução de 1930: Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1984).

A China é o segundo país mais populoso do mundo, com mais de 1,4 bilhão de habitantes, enquanto o Brasil possui o equivalente a 1/7 dessa população. A densidade populacional chinesa é muito mais

alta diante da brasileira, devido à grande população em tamanho relativamente menor do território.

Os habitantes da China, ao emigrarem do campo para as cidades, levaram sua população urbana a ultrapassar a rural somente em 2010. O Brasil passou por isso em 1970 e hoje tem um grau de urbanização (87%) muito superior.

As estruturas etárias da população são diferentes, com a China enfrentando tendência de queda da população com o envelhecimento da população e os efeitos da Lei do Filho Único. O Brasil ainda possui uma população relativamente mais jovem.

Com a morte de Mao, Deng Xiaoping se tornou secretário-geral do PCCh e dirigente máximo da China, governando o país de 1976 a 1997. Promoveu reformas liberalizantes com abertura planejada, cujo desdobramento, depois de uma década, foi a implantação de uma *economia de mercado nos moldes socialistas* ditados por planificação.

O Socialismo de Mercado distingue-se do *modelo brasileiro de economias mistas*, porque não adota a autorregulação pelo mercado, mas sim um *planejamento indicativo*. Por isso, contrasta com as políticas socialdemocratas, implementadas em Capitalismo de Estado.

No fim da década de 1970, a carência de reservas internacionais era um problema de todos os países emergentes não produtores de petróleo. Era o principal obstáculo impeditivo da China de decolar economicamente.

Sem um crescimento significativo das exportações, ela não podia acumular o mínimo necessário em reservas para *fixar uma taxa de câmbio competitiva*, em um mundo já pressionado para abandonar o regime de câmbio fixo em favor do flutuante. A produção de OEM (*Original Equipment Manufacturer* ou "Fabricante Original do Equipamento"), nas regiões costeiras do sudeste da China foi decisivo para superar aquele círculo vicioso.

As empresas chinesas de OEM conseguiam importar e processar peças e componentes, sendo terceirizadas por corporações estrangeiras. Esses produtos finais, com contribuição cada vez mais significativa dessas empresas chinesas e seus trabalhadores para o valor adicionado, eram então vendidos nos mercados internacionais.

Esse *negócio de processamento* permitiu à China alavancar sua vantagem comparativa com a mão de obra qualificada abundante e barata. Mas os chineses passaram a constituir o maior grupo de estudantes estrangeiros no ensino universitário americano: eram 369.548, em 2018, quase quadruplicando nos dez anos anteriores.

Embora com uma diminuição de 15% em relação ao ano letivo anterior, a China permaneceu como o primeiro lugar de origem de todos os estudantes internacionais, contribuindo com um pouco mais de *um terço do total* de 914.095 estudantes estrangeiros no ano acadêmico de 2020-21. A Índia ocupava o segundo maior lugar de origem com 18,3% de todos os estudantes internacionais nos EUA.

A série de reformas econômicas, na China, tiveram como base *fartos subsídios estatais*, visando tornar o país um grande exportador de produtos de baixo custo e procurando atrair pesados investimentos estrangeiros. Gradualmente, um ciclo de *"feedback"* – da importação de produtos intermediários ao processamento de exportações – foi estabelecido, tornando-a uma potência econômica exportadora.

A política econômica adotada pelos chineses baseava-se no apoio às multinacionais com compromisso de transferência ou permissão de cópia de tecnologia, essencial para a modernização do país, por uma mão-de-obra cada vez mais bem formada. O Estado garantia uma ampla infraestrutura por meio de fortes investimentos na construção de portos, aeroportos, pontes, ferrovias, energia, matérias-primas e mão de obra barata.

Com a produção em massa, a economia de escala propiciou os preços dos produtos chineses ficarem muito baratos em relação a outros mercados, dando para o país uma competitividade superior no mercado internacional. *"Made in China"* passou a estar na maioria dos produtos industriais importados pelo ocidente, concentrado cada vez mais apenas em serviços urbanos.

A China, então, emergiu como uma *potência econômica global*, com um rápido desenvolvimento industrial e tecnológico. O Brasil ainda é uma *economia em desenvolvimento*, com ênfase apenas em agropecuária, mineração e petróleo.

Algumas das empresas multinacionais exportadoras de *commodities* originárias do Brasil incluem a Vale no setor de mineração, a JBS no setor de alimentos (carnes), a Bunge e a Cargill no setor agrícola (soja, milho etc.). As empresas desse tipo ajudam no superávit comercial, mas este não cobre suas remessas de lucros e juros. Permanece o déficit no balanço de transações correntes coberto com mais Investimento Direto Estrangeiro.

Por qual razão o Brasil não adotou uma estratégia econômica como a China? A decisão de adotar estratégias econômicas específicas é influenciada por diversos fatores, incluindo diferenças históricas, políticas e sociais entre os países. Enquanto a China optou por uma abordagem de *economia planejada* e investiu maciçamente em manufatura e exportação, o Brasil na história recente oscilou entre a liberalização econômica e as medidas protecionistas, pressionadas por *lobbies* de setores política e economicamente influentes, caracterizando sua economia ainda como “fechada”.

A ascensão e queda da indústria brasileira ao longo do tempo são atribuídas a uma série de fatores complexos. Para a ascensão, contribuíram as *políticas de substituição de importações*, adotadas na década de 50, incentivando a produção doméstica de bens antes importados. Isso impulsionou a industrialização inicial.

Houve investimentos estatais em infraestrutura, como estradas e energia, para criar condições propícias para o crescimento da indústria. Resultou em períodos de crescimento econômico, como durante a década de 50 e o “Milagre Econômico”, na década de 1970, na fase da indústria nascente, quando uma política ortodoxa de ajuste fiscal e cambial não o bloqueava ao estilo *stop-and-go*.

Nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo brasileiro adotou políticas de abertura econômica, reduzindo as barreiras comerciais. Expôs a indústria nacional à concorrência estrangeira, afetou a competitividade de alguns setores, e pouco atraiu multinacionais.

A instabilidade econômica, incluindo altas taxas de inflação, endividamento externo, crises cambiais com carência de reservas, e políticas fiscais inconsistentes, prejudicou a confiança dos investidores na sustentação do crescimento em longo prazo. Alguns setores da indústria brasileira passaram a enfrentar diminuta

produtividade, baixa inovação e altos custos fiscais, tornando-os menos competitivos globalmente.

A globalização levou a uma maior mobilidade de empresas e produção para locais com custos mais baixos. Houve *deslocalização* de atividades industriais, dirigindo-se para países asiáticos.

A participação da indústria no PIB brasileiro diminuiu, ao não acompanhar o crescimento mais rápido de outros setores, como agropecuária e serviços. Eventos econômicos e políticos, como crises financeiras internacionais e mudanças nas lideranças políticas, com *alternância de poder dos desenvolvimentistas para os neoliberais*, prejudicaram o cenário industrial.

História “como se fosse” (ou “*as if*”) refere-se à prática de analisar eventos históricos ou cenários alternativos com base em hipóteses ou conjecturas. Explora o que poderia ter acontecido se certos eventos tivessem se desenrolado de maneira diferente.

Essa técnica é utilizada como uma ferramenta de reflexão para compreender melhor as causas e consequências de eventos históricos, bem como para questionar as trajetórias possíveis da história. Pode ser útil para ilustrar como decisões específicas, mudanças de curso ou eventos cruciais teriam impactado o futuro.

Por exemplo, não se pode generalizar a situação da indústria *como se fosse decadente*, em todo o mundo ocidental, pois ela varia significativamente de país para país. No entanto, há tendências comuns em algumas regiões fora da Ásia e Oceania.

Alguns países do Ocidente têm experimentado uma *desindustrialização relativa*, onde a participação da indústria no PIB diminui em relação aos setores de serviços e tecnologia embarcada, inclusive a agropecuária. Muitas indústrias ocidentais enfrentaram a concorrência de países com custos de produção mais baixos, levando a deslocalizações de empresas e transferências de suas atividades para regiões com mão de obra mais barata.

O avanço da automação e da tecnologia tem transformado a indústria, aumentando a eficiência, mas também reduzindo a necessidade de mão de obra em alguns setores. *Eficiência* ocorre

quando se reduz o desperdício para produzir um determinado número de bens ou serviços. É medida ao se dividir a saída total pela entrada total.

Mudanças nos padrões de consumo e a ascensão da economia de serviços também impactaram a indústria, com uma maior demanda por bens intangíveis e serviços. Estes são atendidos, em muitos casos, em uma relação direta do produtor com o consumidor, portanto, com *baixa produtividade*. Esta, geralmente, é medida pelo valor agregado total das atividades econômicas no valor adicionado, dividido pelo total de horas trabalhadas por todos os empregados, formais e informais.

Em muitos países ocidentais, as políticas ambientais e regulamentações mais rigorosas têm afetado indústrias mais poluentes, levando a mudanças nas práticas de produção. Ao mesmo tempo, a inovação e o desenvolvimento de indústrias do futuro, como tecnologia da informação, biotecnologia e energias renováveis, têm contribuído para setores industriais mais modernos e sustentáveis.

Portanto, enquanto algumas indústrias tradicionais enfrentam o *obsoletismo*, outras estão prosperando e se transformando. A dinâmica da indústria no mundo ocidental é complexa, portanto, sujeita a uma série de influências econômicas e tecnológicas.

A preferência pelo desenvolvimento da agropecuária em detrimento da indústria não extrativa, no Brasil, pode ser atribuída a vários fatores históricos, econômicos e sociais. Durante grande parte da história do Brasil, a economia estava centrada na produção agrícola, especialmente durante os períodos colonial e imperial, onde o país era um grande produtor de produtos agrícolas destinados à exportação, como café e açúcar.

A industrialização no Brasil começou a ganhar força, de maneira mais significativa, apenas em meados do século XX. Antes, havia apenas produção de bens de consumo por poucas fábricas de tecidos e alimentação.

Durante certos períodos, a moeda nacional desvalorizada favoreceu a expansão da agropecuária exportadora em detrimento da industrialização importadora de máquinas, equipamentos e insumos.

Influenciaram-na as pressões políticas, os interesses de grupos econômicos e a carência de infraestrutura.

Com a *alternância democrática de poder*, diferentes governos adotaram abordagens variadas em relação à agropecuária e à indústria, dependendo das circunstâncias e de suas metas. Nem sempre houve continuidade ou sequenciamento da política industrial.

Na primeira Era Vargas (1930-1945), houve um impulso significativo para a industrialização. Criou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, uma usina siderúrgica integrada, desde a produção de matéria-prima até a fabricação de aço. A Vale foi fundada, em 1942, como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma empresa estatal para explorar depósitos de minério de ferro na região de Itabira, Minas Gerais.

Na segunda Era Vargas, a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) foi fundada, em 1953, como uma empresa estatal com o objetivo de consolidar as operações de exploração, produção e distribuição de petróleo no Brasil. A Petrobras desempenhou um papel fundamental no crescimento econômico do Brasil, investindo em tecnologia, infraestrutura e empregos. Tornou-se uma das maiores empresas de energia do mundo.

Na primeira Era Lula (2003-2010), a Petrobras teve papel crucial na descoberta e desenvolvimento das reservas de petróleo no pré-sal, uma camada de rocha localizada abaixo do leito do oceano, gerando mais receitas e empregos. Ela desempenha um papel estratégico na segurança energética e na exportação do país.

Nos últimos anos, depois de enfrentar escândalos de corrupção por nomeações políticas, houve uma mudança para políticas mais liberais, incluindo desinvestimentos em postos e abertura do setor de petróleo e gás para a participação de empresas privadas.

Todo o neoliberalismo foi contra o realizado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Implementou o Plano de Metas (1956-1961), visando acelerar o desenvolvimento econômico, incluindo a construção de rodovias e a instalação de indústrias de base, como a indústria automobilística. A Usiminas foi fundada em 1956, durante um período de intensificação do processo de industrialização no

Brasil, formada como uma *joint venture* entre o governo brasileiro e empresas japonesas.

A Eletrobras foi criada em 1962 com o objetivo de consolidar o setor elétrico brasileiro, reunindo diversas empresas. A empresa desempenhou um papel central no desenvolvimento de grandes hidrelétricas no Brasil, como a Usina de Itaipu, em parceria com o Paraguai. Foi inaugurada em 1984.

Mesmo o regime militar, instalado pelo Golpe de Estado (1964), implementou políticas econômicas típicas de um *nacional-desenvolvimentismo de direita*. Incentivaram a industrialização por meio de subsídios e empréstimos, mas principalmente através de criação de importantes empresas estatais.

A Embraer foi fundada em 1969 como uma iniciativa estatal para promover a indústria aeroespacial nacional. Seu foco inicial era a produção de aeronaves agrícolas e executivas, mas ganhou destaque no cenário internacional com o desenvolvimento e produção de jatos regionais, como a família de jatos *E-Jet*, conhecidos no mundo.

A Embrapa foi fundada em 1973 com o objetivo de impulsionar a pesquisa agropecuária no Brasil. Tem sido pioneira no desenvolvimento de tecnologias agrícolas e na adaptação de práticas eficazes às condições climáticas e de solo do Brasil. Suas pesquisas abrangem diversas culturas, gado, recursos naturais e sistemas de produção.

Durante os anos 1980, o Brasil enfrentou o endividamento externo e as conseqüentes desvalorizações cambiais em busca de superávit comercial, provocando o regime de altas taxas de inflação. Mas a história "como se fosse" (ou "*as if*") sugere pensar cenários alternativos com base em hipóteses ou conjecturas, por exemplo, caso não houvesse a submissão ao Consenso de Washington, em 1989, pregado pelas instituições financeiras multilaterais e os neocolonizados culturalmente. Visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. De fato, impactaram a industrialização brasileira.

A abertura ao exterior, durante a década de 1990, influenciou a indústria brasileira, estimulando a competição predatória e forçando

ajustes. Logo, em 1991, a Usiminas foi privatizada. Em 1993, a CSN passou para o controle do setor privado. Em 1994, a Embraer sofreu privatização, justificada por maior flexibilidade e agilidade na sua gestão.

Em 1997, a Vale foi privatizada, tornando-se uma empresa de capital aberto, também com base no argumento de maior flexibilidade e acesso a recursos financeiros para expansão. A Vale S.A. é uma das maiores empresas de mineração do mundo.

A Eletrobras foi privatizada em junho de 2022. O governo de aliança entre o neofascismo e o neoliberalismo colocou ações da empresa à venda e reduziu sua participação nela de 65% para 42%. Com isso, o governo brasileiro deixou de ser acionista majoritário e perdeu o controle da companhia.

No entanto, assim como a Petrobras e os bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), apesar das ameaças, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) sobrevive como uma instituição pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. As pesquisas e inovações da Embrapa têm impacto direto na economia brasileira, influenciando a produtividade agrícola, a competitividade no mercado global e a segurança alimentar do país.

Imagine se essas estatais tivessem sido privatizadas... *Seria mais dinheiro público em bolsos privados!* Tal como revelou a divulgação de fitas gravadas por meio de grampo ilegal em telefones do BNDES de um esquema montado para favorecer o consórcio liderado pelo banco Opportunity ao privatizar a Telebrás em julho de 1998.

No fim de 2024, completarei 50 anos de vida como economista profissional. A *Antroposofia* sugere uma “pedagogia do viver”, na qual o ser humano tem de conhecer a si para poder assim conhecer o universo, pois todos fazem parte integrante de um sistema.

Neste estudo, uma forma cíclica de entender a vida chamada “Teoria do Setênios” é elaborada a partir da *observação dos ritmos da*

natureza aliados aos sentidos da vida. Tal teoria divide a vida em fases de sete anos, isto é, "setênios".

Esta teoria deve ser entendida como uma *metáfora sistêmica*: a cada ciclo soma-se os conhecimentos adquiridos no anterior e busca-se um novo desafio. Os *setênios*, dos quais já vivi mais de dez no tempo cronológico, significam quaisquer mudanças de ciclos de tempos em tempos.

No campo profissional – *crianças, eu vivi, vi e li* –, os acontecimentos mais relevantes no último meio século na economia brasileira. Nas últimas cinco décadas, a economia brasileira passou por diversas transformações e eventos significativos.

No início da década de 1970, quando comecei a estudar Ciência Econômica, o Brasil experimentou um período de rápido crescimento econômico, conhecido como o "Milagre Econômico", impulsionado por políticas industriais e investimentos em infraestrutura.

Durante meu mestrado, presenciei o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado durante o governo do presidente Ernesto Geisel, de 1974 a 1979. O plano mantinha o objetivo promover o desenvolvimento industrial no Brasil, buscando reduzir a dependência de importações e fortalecer a capacidade de produção nacional. Isso incluía investimentos em setores estratégicos, na Indústria de Bens de Capital, e modernização da infraestrutura.

O II PND direcionou esforços significativos para expandir a capacidade energética do país, com foco especial na geração de energia elétrica. Isso envolveu investimentos em usinas hidrelétricas (como a de Itaipu) e nucleares (em Angra dos Reis).

Ele tinha o objetivo de fortalecer a posição do Brasil no comércio internacional, incentivando as exportações e buscando uma participação mais ativa na economia global. Foi implementado durante o "choque do petróleo" pelo cartel da OPEP a partir de 1974.

Provocou mudanças significativas na conjuntura internacional, incluindo inflação, reciclagem dos petrodólares, choque do juro norte-americano no endividamento externo e instabilidades financeiras globais. No início da minha vida profissional, no IBGE (1978-1985), o

Brasil enfrentou uma *crise da dívida externa*, levando a dificuldades financeiras, ajustes econômicos e políticas de estabilização.

Diversos planos de estabilização, em tentativas e erros, foram implementados para controlar a inflação, entre o Plano Cruzado (1986) e o Plano Real (1994). Este último obteve estabilidade inflacionária por o país já ter acumulado uma reserva cambial suficiente para adotar um *regime de banda cambial*, depois do simulacro de dolarização via URV.

Depois de meu doutorado, em 1989, o neoliberalismo dominante adotou políticas de abertura externa e desregulamentação, incluindo privatizações e reformas liberalizantes. Visavam atrair investimentos estrangeiros e melhorar a eficiência do setor público.

No primeiro governo Lula, quando eu estava como vice-presidente da Caixa, a economia brasileira se beneficiou do *boom das commodities*, com exportações significativas de produtos como soja, minério de ferro e carne. Mas não foi só isso o fator de crescimento econômico, pois, diferentemente do governo anterior do FHC, houve uma política de crédito e uma política social ativa para expandir o mercado interno, cujos componentes internos da demanda agregada foram muito mais relevantes diante da exportação líquida.

Porém, o impacto da Grande Crise Financeira (GCF) global afetou também a economia brasileira. Foram adotadas políticas anticíclicas por meio dos bancos públicos federais muito bem-sucedidas, porque a taxa de desemprego caiu até 2014.

Foi tanto a ponto de, apesar dos protestos em defesa do "Padrão Fifa" em tudo, inclusive em transporte urbano gratuito. O período entre 2013 e 2016 foi marcado por protestos.

Apesar deles, a primeira presidenta da República, minha ex-aluna Dilma Rousseff, foi reeleita. O derrotado não aceitou a democracia eleitoral e apelou para o *golpismo*, aliado ao vice-presidente do PMDB/MDB, levando ao *impeachment* (golpe semiparlamentarista) da presidenta em 2016.

Como erro técnico, o Banco Central do Brasil combateu uma quebra de oferta com inflação de alimentos, provocada por seca, por

meio de um choque de juros a partir de abril de 2013. Com isso, provocou uma Grande Depressão (2015-2016) e o fenômeno cíclico de *desalavancagem financeira* das empresas não-financeiras endividadas pelas obras do PAC.

Discussões e tentativas de implementação de reformas neoliberais, incluindo a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, foram esforços para melhorar a política fiscal do país com a famigerada Lei do Teto, sugerida pelo governo golpista (2016-2018).

A pandemia de COVID-19 (2020), devido ao deliberado genocídio promovido pelo presidente da *família*, resultou em 700 mil mortos. O drama social e econômico não foi pior pela responsabilidade do Congresso Nacional ao impor uma política social ativa e o Banco Central ao adotar uma política de crédito. Mas teve impactos profundos na economia brasileira, causando recessão, desafios de saúde pública e aumento do endividamento governamental.

Esses eventos, citados de memória, ilustram a complexidade e a dinâmica da economia brasileira ao longo das últimas décadas. Inclui períodos de crescimento e recessões, reformas estruturalistas e neoliberais, além de influências externas.

Ao longo do último meio século, a economia brasileira passou por várias *mudanças estruturais*. Moldaram seu cenário econômico. Relembro algumas das mudanças mais significativas.

Durante os anos 1960 e 1970, o Brasil deu sequência às políticas de substituição de importações. Promoveu o desenvolvimento da indústria nacional para reduzir a dependência de produtos importados.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, com a predominância cada vez maior da população urbana, houve um crescimento notável de serviços urbanos. Foi acompanhado de uma maior participação do setor terciário na economia, inclusive serviços financeiros e de comunicação.

Na década de 1990, as políticas de abertura econômica e um amplo programa de privatizações, não conseguiu atrair investimentos

estrangeiros na indústria, mas sim em infraestrutura e telecomunicações. Melhoraram a eficiência ou os lucros de empresas anteriormente controladas pelo Estado?

Durante a década de 2000, o aproveitamento do *boom* nas exportações de *commodities*, como soja, minério de ferro e petróleo, impulsionou, de fato, o crescimento econômico. Mas por trás disso estavam a Embrapa, a Vale e a Petrobras, ou seja, empresas estatais.

E, pela primeira vez com grande impacto, políticas sociais ativas foram implementadas para combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Programas como o Bolsa Família visaram melhorar as condições de vida de parcelas mais vulneráveis da população.

Evidentemente, a explosão da crise financeira global, em 2008, teve impactos significativos na economia brasileira, afetando setores como exportações e investimentos diretos externos. Nos últimos anos, após o golpe de 2016, o neoliberalismo fez tentativas de implementação de reformas, incluindo reformas previdenciárias e fiscais, com o objetivo de melhorar a sustentabilidade fiscal do país. Só.

O país viu avanços significativos em tecnologia e digitalização, com o crescimento de *startups*, inovações tecnológicas e uma transformação digital em vários setores da economia. Pretendo aqui analisar as consequências dessas mudanças estruturais.

Elas refletem as complexidades, devido a múltiplos fatores, enfrentados pela economia brasileira, bem como os esforços para se adaptar a um ambiente econômico global em constante evolução da divisão internacional do trabalho. Qual espaço cabe ao Brasil não integrado à Cadeia Global de Valor, exceto a da automobilística, em arbitragem cambial com a produção argentina?

Este estudo de pesquisas existentes pretende ser uma resenha de leituras, inclusive de séries temporais estatísticas. Dá continuidade ao livro digital [Fernando Nogueira da Costa. *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* – novembro 2023.](#)

Como visto no Sumário, os capítulos estão divididos por setores de atividades. Complemento *a visão da estratégia de sobrevivência*

em serviços urbanos com a visão da estratégia de sobrevivência cambial.

Capítulo 1. Agropecuária

Introdução

No Prefácio do livro da Embrapa, *Brasil em 50 Alimentos* (2023), seu presidente, Celso Moretti, escreveu uma boa introdução para leitores leigos no assunto. Especialistas em outras áreas de atividade econômico-financeira acabam estreitando sua visão e perdendo a visão macroestrutural do sistema complexo emergente como “a economia brasileira”. Vou resumir as principais ideias introdutórias.

Ao longo das últimas cinco décadas, o Brasil transformou-se de grande importador em um dos maiores produtores mundiais de alimentos, fibras e bioenergia. Na década de 1970, o Brasil importava do exterior até leite, feijão e carne!

Os solos eram pobres e ácidos, a área de produção era pequena, a tecnologia era importada e pouco adequada para nossas condições. A partir da criação da Embrapa, em 1973, a agricultura brasileira passou a ser movida a ciência, transformando-se e impactando a economia do País.

Criou-se um sistema de inovação agropecuária, reunindo instituições públicas, associações, assistência técnica e extensão rural, cooperativas, empresas e o produtor rural. Ocorreu, por exemplo, a adaptação definitiva do trigo ao Cerrado brasileiro, com potencial de tornar o Brasil autossuficiente na produção do grão em pouco tempo.

É possível o Brasil se tornar o maior produtor de alimentos em alguns anos. Nestes últimos 50 anos, a Embrapa e seus parceiros desenvolveram sistemas produtivos, softwares, equipamentos, cultivares, processos agropecuários e agroindustriais e raças melhoradas.

Tecnologias foram incorporadas a diferentes sistemas de produção, de variados tamanhos e tipos de propriedade, por todo o Brasil e em outras nações do *cinturão tropical*. Nessa trajetória, foram fundamentais a inclusão produtiva, o desenvolvimento, e a

transferência e adoção por produtores dessas tecnologias, em diferentes níveis tecnológicos.

Moretti (2023) destaca três grandes conjuntos de conhecimentos adotados para a mudança. Sintetizam a capacidade brasileira de inovação agropecuária:

1. a transformação de grandes extensões de solos ácidos e de baixa fertilidade em solos férteis, particularmente nos Cerrados;
2. a tropicalização e a adaptação de plantas e de animais originários de todas as partes do mundo aos biomas brasileiros; e
3. o desenvolvimento de uma plataforma de práticas conservacionistas e sustentáveis inéditas, inclusive com os sistemas integrados e a fixação biológica de nitrogênio.

Para tanto, a Embrapa conta com uma equipe altamente qualificada. São mais de dois mil pesquisadores especializados nas mais avançadas áreas do conhecimento.

Eles lidam com áreas de impacto no futuro da agricultura e da alimentação humana, como:

- zoneamento agrícola de risco climático;
- bioprodutos e bioeconomia;
- diversificação;
- intensificação sustentável;
- proteínas vegetais; e
- convergência entre bio, nano e geotecnologias.

Atuam ainda em temas localizados na *fronteira do conhecimento*, por exemplo, edição genômica, agricultura digital e big data, e microbiomas, entre outros.

Em 2022, o planeta ultrapassou oito bilhões de habitantes. A população mundial continuará a crescer e a demandar mais

alimentos, fibras e energia – com maior pressão sobre os recursos naturais. Por isso, em articulação com uma rede de parceiros a Embrapa investe na maior agenda de pesquisa e inovação agropecuária no mundo tropical.

Maturidade tecnológica e institucional, inovação aberta, parceria e proximidade com o setor produtivo constituem o seu atual estágio quando atingiu 50 anos. O Brasil será demandado para garantir a segurança alimentar global.

Linha do Tempo da Embrapa

O ano de 1973 marca o auge do "milagre econômico" brasileiro, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 14%. No campo, a situação é diferente. Com características próprias de solo e clima, o País precisa adaptar tecnologia externa para aproveitá-la. Além disso, faltava gente especializada para desenvolver a agropecuária nacional.

No início da década de 1970, a inclusão dos fertilizantes na agricultura brasileira viabilizou a exploração agrícola contínua em uma mesma área, reduzindo a necessidade de derrubar florestas, além de abrir novas fronteiras para a produção de grãos, como no caso do Cerrado.

Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851. Autorizava o Poder Executivo a instituir uma empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. O ato de instalação da Empresa aconteceu em 26 de abril de 1973.

Em 1973, a Empresa herdou do Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação (DNPEA) 92 bases físicas: 9 sedes dos institutos regionais, 70 estações experimentais, 11 imóveis e 2 centros nacionais. Com a desativação do DNPEA, a Embrapa iniciava a sua fase operativa, passando a administrar o sistema de pesquisa agropecuária no âmbito federal.

Na década de 70, a construção da infraestrutura da Embrapa foi acompanhada do *investimento em recursos humanos*. Em setembro

de 1974, havia 273 pesquisadores em cursos de mestrado, sendo 20 no exterior. Dos 44 pesquisadores em doutorado, 19 estavam fora do País. Ao todo, apenas naquele ano, eram 317 pesquisadores adquirindo conhecimentos para estabelecer e ampliar as bases científicas da pesquisa brasileira

Além da construção da infraestrutura inicial da Embrapa e da seleção e preparo de seu quadro de pessoal, os anos 70 foram marcados pela *ampliação do conhecimento sobre os solos do Brasil*. Viabilizou o nascimento de uma agropecuária tropical. Anos mais tarde, ela se tornaria a mais importante do mundo.

Em 1977, foi criada a Rede de Bancos de Germoplasma ex-situ e in-situ. São preservadas plantas e animais para suas características genéticas serem empregadas futuramente.

Anos 80

A Embrapa se consolida no cenário da agricultura nacional como fonte de inovação nos anos 80. Em meio ao processo de redemocratização e aos períodos de crise econômica, o Governo Federal continua apoiando a Empresa com investimentos crescentes.

A pesquisa agropecuária, irmanada com a assistência técnica e a extensão rural, promove o surgimento de soluções para o desenvolvimento do espaço rural. Assim ganha maior dimensão e entra em uma nova fase.

Como resultado desse esforço conjunto, a oferta de leite, couro, pele, embutidos, queijo e ovos aumenta consideravelmente. O mesmo ocorre com hortaliças, frutas, flores, fibras e essências florestais. Por outro lado, os custos de produção vão diminuindo ao longo da década.

O Brasil começa a inverter a condição de importador de alimentos e se torna *o maior produtor mundial* de álcool, café, cana-de-açúcar e laranja. Hoje, é um ofertante fundamental no mercado mundial de alimentos, fibras e energia.

O Cerrado conhece o desenvolvimento de cultivares adaptadas às suas condições de clima e solo, como as de *soja*, associadas a novas técnicas de manejo do solo. Responsável por 20% da produção

nacional da oleaginosa em 1980, a região dobraria a participação, na década de 1990, e atualmente ultrapassa os 50%.

A produtividade do milho e sua qualidade nutricional e agronômica tornou-se adaptável em muitas regiões com o melhoramento do manejo e novas cultivares. Foi produzido o primeiro híbrido duplo nacional de alta tolerância a solos ácidos; outro, de polinização aberta, traz maior produtividade aos pequenos produtores; e um terceiro tem melhor valor nutritivo e proteico.

Tecnologias introduzidas na pecuária aumentaram a *produtividade da carcaça bovina*. Melhoramento genético das raças dos animais, sanidade, manejo, instalações e, especialmente, plantas forrageiras melhoradas geneticamente, para suportar mais animais em uma mesma área e diminuir o tempo de entressafra, proporcionaram maiores ganhos aos produtores.

A Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) é o processo por meio do qual alguns gêneros de bactérias captam o nitrogênio presente no ar, tornando-o assimilável pelos vegetais.

Exemplo de *tropicalização de culturas* ocorre com a uva: extrapola os limites do Sul do País e chega ao Semiárido nordestino. A pesquisa busca aumentar a produtividade e baixar os custos de produção das lavouras de trigo no Centro-Sul e no Cerrado, contribuindo para o desenvolvimento da economia regional e a melhoria das condições de vida da população.

O melhoramento genético bovino com sêmen certificado era realidade possível a poucos pecuaristas. A metodologia para testes da progênie dos touros de leite e de corte, criada pela Embrapa, quantificou a capacidade produtiva transmitida por cada touro, e os Sumários, daí decorrentes, permitiram a qualquer produtor adquirir sêmen de qualidade certificada, promovendo efetivo melhoramento genético do seu rebanho.

A consolidação dos sistemas de produção sob irrigação, sobretudo no Centro-Oeste e no Nordeste, trouxe a estabilidade na produção de grãos, frutas, flores, hortaliças, fibras e até mesmo leite, encerrando o ciclo das *crises de abastecimento*. Garantiu a produtividade da safrinha e viabilizou a *terceira safra*, no período seco, fazendo do Brasil um exportador de alimentos.

Em 1986, foi lançada *a primeira levedura nacional para elaboração de vinhos*. Essa levedura beneficiou as indústrias brasileiras, diminuindo a necessidade de importações de leveduras selecionadas.

Até 1984, as leveduras utilizadas no Brasil eram totalmente importadas. Hoje, o Brasil conta com várias outras leveduras lançadas pela Embrapa.

Em busca de alternativas energéticas, esta foi a década quando ela iniciou trabalhos em pesquisas com microdestilaria e biodigestores. Merece destaque o Sistema Rural de Bioenergia desenvolvido para demonstrar a exequibilidade técnica e econômica de se produzir álcool para autoconsumo em qualquer região do país.

O programa de Manejo Integrado de Pragas (MIP) tem mantido a vespa-da-madeira, principal praga de plantios de pinus no país, sob controle, desde 1988, evitando um prejuízo de cerca de U\$ 25 milhões anuais ao setor de base florestal. O MIP utiliza técnicas silviculturais para a prevenção e o controle biológico que não provocam qualquer impacto negativo ao ambiente.

Anos 90

A Embrapa sempre manteve um forte programa de pós-graduação, enviando pesquisadores a vários países. O bom desempenho dos estudantes, aliado ao amplo intercâmbio com universidades e centros de excelência científica internacionais em agropecuária, contribuíram para a Embrapa se tornar *um centro de ciência e tecnologia de destaque*.

Mais tarde resultaria na criação e consolidação do programa Labex - Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior. O primeiro deles foi criado em 1998, nos Estados Unidos.

Esse caminho para o exterior foi muito importante para os avanços apresentados pela Embrapa e seus parceiros na fronteira da pesquisa agropecuária entre os anos 1990 e 2000, como a estruturação de bancos de germoplasma animal e vegetal e o desenvolvimento do primeiro clone bovino da América Latina.

A pesquisa agropecuária brasileira nos anos 90 também buscou soluções para os problemas da monocultura e agregou prioridades de trabalhos com meio ambiente, qualidade dos alimentos, bem-estar da sociedade e desenvolvimento de sistemas agroindustriais. Nessa fase, a Embrapa criou os centros de Agroindústria Tropical, Agroindústria de Alimentos e Meio Ambiente.

O intercâmbio de *germoplasma* impulsionou os programas de melhoramento genético de plantas. Proporcionou a obtenção de cultivares de soja, milho, arroz, feijão, hortaliças e frutíferas adaptadas às condições de clima brasileiro e altamente produtivas.

Destacam-se, ainda, lançamentos de diversas *cultivares de arroz e feijão*, com ciclo de desenvolvimento precoce, alta qualidade de grãos e resistência à seca e às principais doenças. Foi grande contribuição para os produtores e a intensificação dos sistemas produtivos locais.

Em parceria com produtores e outras instituições, a Embrapa modernizou *a cultura do algodão* em todo o País, com destaque para os Cerrados. Foram lançadas cultivares capazes de obter um produto de alta qualidade e competitividade internacional.

Em 1997, chegava ao mercado o *Macho Suíno Sintético 60*. Desde então, o suíno *light* desenvolvido pela pesquisa agropecuária brasileira permitiu produtores de todo o país terem acesso a um animal capaz de atender às novas exigências do mercado quanto ao alto teor de carnes magras e pouca gordura.

Cenoura Brasília é um cultivar desenvolvida para produção nos meses de verão, principalmente nas regiões do Planalto Central, Nordeste e Norte do País. Veio preencher uma lacuna no abastecimento do mercado causada pela escassez do produto nos meses de fevereiro a abril

As pesquisas e tecnologias geradas na instituição viabilizaram o desenvolvimento do maior pólo de fruticultura irrigada do País, no Submédio do Vale do São Francisco, responsável pela exportação de 91% da manga e 98% da uva produzida no Brasil. Com técnicas de plantio, manejo e irrigação, é possível produzir no Semiárido nordestino em todas as épocas do ano e exportar frutas tropicais de qualidade para o mundo inteiro.

Em 1995, foram lançados os primeiros *softwares para simulação de manejo florestal e análise econômica de plantios de pinus*. Esses sistemas deram base a uma série de softwares simuladores de manejo de plantios florestais de diversas espécies, inclusive com cálculo de sequestro de carbono em ILPF. Esses softwares são amplamente utilizados no país.

O *Sistema Plantio Direto* diminui os efeitos da erosão, melhora os atributos do solo, a conservação de água e o sequestro de carbono, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. Isso porque não há revolvimento do solo antes do plantio, garantindo cobertura com restos vegetais das culturas anteriores ou de plantas vivas.

Anos 2000

Os anos 2000 foram uma fase de globalização com a abertura de mercado. Para a Embrapa, foi o momento de se posicionar definitivamente na fronteira do conhecimento científico, assumindo um papel cada vez mais importante no cenário internacional.

No caso da biotecnologia, poucos fatos foram tão emblemáticos quanto o nascimento da bezerra *Vitória*, o primeiro clone bovino da América Latina, em 17 de março de 2001. Da raça simental, *Vitória* foi gerada na Fazenda Sucupira (Brasília, DF), utilizando-se praticamente o mesmo método da origem da *ovelha Dolly*, o primeiro animal clonado do mundo, apresentado em 1997.

Outras conquistas da biotecnologia nesse período foram o *sequenciamento do genoma do café* e o *desenvolvimento do feijão resistente ao vírus do mosaico dourado*, cujo cultivo comercial viria a ser aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 2011.

Além dos benefícios ambientais, o *zoneamento agroclimático* trouxe uma redução significativa nos gastos com seguros agrícolas. Ele é elaborado para minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares.

A pesquisa agropecuária também busca soluções para erradicar a pobreza e incluir a agricultura familiar no setor produtivo. O Sistema Embrapa de Planejamento contempla o desenvolvimento de projetos direcionados especificamente para o estrato de produtores familiares.

Embrapa está na fronteira da ciência.

Em *nanotecnologia*, um dos grandes marcos foi o lançamento da Língua Eletrônica. Permite, a um custo baixo, avaliar o paladar de café, vinho, leite e outras bebidas, além de verificar a qualidade da água.

Em *biotecnologia*, a pesquisa agropecuária desenvolveu marcadores moleculares. Detectam a capacidade genética das plantas de resistirem às principais pragas e doenças com rapidez e especificidade.

Agricultura de Precisão é um sistema de manejo integrado de informações e tecnologias. Resulta no uso racional de máquinas, insumos e recursos para definir o manejo mais adequado de culturas anuais e perenes.

Equipamentos altamente sofisticados permitem manejar o uso de fertilizantes e corretivos, minimizar o uso de herbicidas e outros produtos químicos.

Em lugar de ser apenas uma simples fonte de nutrientes, a alimentação passou a ser uma aliada na prevenção de doenças. Nos anos 2000, a pesquisa desenvolveu uma série de produtos nessa linha de *Alimentos Biofortificados*, como cultivares de mandioca e batata-doce com maiores teores de pró-vitamina A e arroz, feijão e feijão-caupi mais ricos em ferro e zinco.

Sisteminha Embrapa é uma tecnologia social, promove a produção de alimentos em pequenos espaços em áreas urbanas ou rurais. Já retirou milhões de pessoas da situação de fome. Aprimorada recentemente para apoiar empreendedorismo e desenvolvimento comunitário: *Sisteminha Comunidades*.

As pesquisas em nanotecnologia na agropecuária avançaram muito nas últimas décadas, especialmente no desenvolvimento de *embalagens biodegradáveis*. Aumentam a vida de prateleira dos

alimentos, como o morango, ovo e outras frutas de importância socioeconômica.

Pesquisadores da Embrapa, por meio de melhoramento genético, desenvolveram o *algodão colorido*, um produto diferenciado para o mercado de consumo natural. Respeita o meio ambiente, a saúde do homem do campo e o consumidor.

Houve o lançamento do *Selegen*: software estatístico desenvolvido para subsidiar o melhoramento genético de espécies florestais. É muito usado em programas de melhoramento das empresas, além de ser usado para outras espécies vegetais perenes ou semi-perenes e animais, nos quais a seleção de indivíduos prevalece sobre a seleção de grupos de indivíduos.

A partir dos anos 2000, países em desenvolvimento passaram a buscar informações e apoio para a transferência de tecnologias da Embrapa. Para essa cooperação internacional, foram criadas representações da Empresa na África, na Venezuela e na América Central.

De 2010 até 2023: Sustentabilidade como Pré-requisito para o Desenvolvimento Agrícola

O Brasil é peça-chave no *agronegócio global*. O País é referência na geração de tecnologias agrícolas tropicais, e tem a missão de atender à crescente demanda de alimentos, fibras e energia pela sociedade mundial.

Há o imenso desafio de produzir com sustentabilidade, compromisso traduzido em metas quantitativas de redução de emissões de gases de efeito estufa propostas durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 15), em 2009, e atualizadas durante a Cop 16, realizada em 2022.

Diante disso, a pesquisa agropecuária vem desenvolvendo e aperfeiçoando sistemas de produção não só mais eficientes, como mais sustentáveis econômica, ambiental e socialmente, a exemplo da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e dos sistemas agroflorestais.

Têm sido intensificadas, ainda, as pesquisas sobre tecnologias prestadoras de serviços ambientais e ecossistêmicos, como sequestro

de carbono pelo solo e pelas plantas e melhoria da qualidade da água.

Novas geotecnologias, como o sensoriamento remoto e o geoprocessamento, são ferramentas da gestão ambiental territorial. Ajudam a determinar o local exato, em todas as regiões brasileiras, onde cada atividade agrícola pode expressar a máxima capacidade produtiva de maneira sustentável, subsidiando a formulação de políticas públicas.

Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) é uma estratégia de produção sustentável. Integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais na mesma área em cultivo consorciado, em sucessão ou em rotação.

O solo permanece produtivo por mais de 90% do ano. Busca efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema e gera mais emprego e renda no campo, além de qualidade ambiental.

Agroenergia é uma alternativa aos combustíveis fósseis, não renováveis e prejudiciais ao ambiente. Biocombustíveis originados da atividade rural, como o etanol de 2ª geração (a partir do bagaço e da palha da cana) e o óleo de dendê, da macaúba e de pinhão manso são pesquisados para aumentar a renda no campo e reduzir a emissão de gases de efeito estufa e os efeitos das mudanças climáticas.

A bezerra “Brasília da Cerrados”, nascida no dia 23 de abril de 2013, na Embrapa Cerrados (Planaltina, DF), não é um clone convencional, cujo desenvolvimento se dá a partir de células embrionárias ou da pele.

Inaugurado em 2014, o Banco Genético da Embrapa abriga um conjunto de coleções de recursos genéticos animais, vegetais e de microrganismos, conservando milhares de espécies nativas e exóticas de importância para a agricultura e a alimentação. É apresentada como espécie de Arca de Noé em tempos modernos.

Na última década, a *Aquicultura* com produção de organismos aquáticos no Brasil deu um salto. Graças à pesquisa, piscicultores superaram um importante desafio: saber o sexo de pirarucus e

tambaquis ainda jovens (alevinos), os peixes nativos mais importantes de cultivo.

A Embrapa produziu o *efeito poupa-terra*. O aumento da produtividade evita a abertura de novas áreas para lavouras. Resultado do uso de práticas sustentáveis na agropecuária, garante aumento de produtividade, sem expansão da área agrícola.

Microrganismos são parceiros cada vez mais presentes no campo. O controle biológico de pragas, a disponibilização à lavoura de nutrientes presentes no ambiente e a obtenção de plantas maiores, capazes de crescerem mais rápido, são alguns dos serviços promovidos por produtos compostos por microrganismos. São novos *bioinsumos*.

O setor mais pujante da economia brasileira tem de buscar ser também ambientalmente sustentável para a sua própria sobrevivência. Nessa área, as emissões de gases de efeito estufa estão no centro das preocupações mundiais. Graças à ciência, o agro brasileiro tem potencial para estar entre os mais sustentáveis do mundo com a descarbonização da agropecuária.

A pesquisa alia renda, diversificação alimentar e preservação da biodiversidade. As frutas amazônicas, por exemplo, alcançaram projeção nacional e internacional.

Acompanhando as tendências mundiais de consumo, em busca de produtos mais saudáveis, funcionais e nutritivos, a Embrapa entregou ao longo da última década vários produtos que aliam nutrição e saúde, como bebidas, queijos e sorvete com adição de probióticos. São alimentos funcionais e proteínas alternativas.

Há *tropicalização* de novas culturas. Por exemplo, o *trigo* chegou para ficar no Cerrado e deve ajudar o país a ser autossuficiente nesse cereal nos próximos anos. Cultivares desenvolvidas para a região estão ajudando produtores a baterem recordes de produtividade. Até estados do Nordeste passaram a cultivar o *cereal*.

O que antes se restringia ao esforço do homem do campo para garantir produtividade, hoje a *agricultura digital* ganhou o apoio de recursos apenas parte de cenários de ficção.

Nos últimos anos, a Embrapa desenvolveu cultivares exclusivamente para esse sistema, como a cenoura BRS Paranoá, capaz de aumentar a produtividade e facilitar o cultivo da raiz em sistemas orgânicos de produção.

O fortalecimento de ações de *bioeconomia* é uma das prioridades da Embrapa para impulsionar o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Reduzirá o paradoxo entre a riqueza de recursos naturais e a extrema pobreza das populações e comunidades locais.

Desde 1977, a Embrapa vem conduzindo o Programa de Melhoramento Genético 'Uvas do Brasil', voltado para a obtenção de cultivares para mesa, suco e vinho, especialmente adaptadas às diferentes condições edafoclimáticas brasileiras.

Sistemas integrados de produção, como o ILP e ILPF, melhoramento genético, boas práticas de manejo da planta forrageira, do animal e da água e uso de ferramentas de precisão contribuem para a redução de gases de efeito estufa na pecuária e garantem o desenvolvimento sustentável da pecuária.

Sistema Erva 20 refere-se à sistematização de pesquisas com erva-mate capaz de auxiliar o produtor a elevar a produtividade e qualidade dos ervais, com um modelo tecnológico e sustentável.

Trajectoria Recente da Agricultura Brasileira

Entre os indicadores mais ilustrativos da trajetória recente da agricultura brasileira estão os números de produção e os índices de produtividade. Entre 1977 e 2017, a produção de grãos era de 47 milhões de toneladas. Cresceu mais de cinco vezes, atingindo 238 milhões, enquanto a área plantada não chegou a dobrar: de 37.380 ha em 1997 para 60.889 ha em 2017.

Sobre a trajetória da agricultura brasileira encontra-se mais em:

https://www.embrapa.br/visao/trajectoria-da-agricultura-brasileira#p_p_id_56_INSTANCE>IfUr0Wmc0Zf2

O maior crescimento da produção em comparação à área pode ser visto por meio da evolução do rendimento médio (quilos por hectare) das lavouras de arroz, feijão, milho, soja e trigo, no período de 1975 a 2017. Destaque para os aumentos de rendimento de 346% para o trigo, de 317% para o arroz e de 270% para o milho. Soja e feijão praticamente dobraram o rendimento no período analisado. Outro gráfico mostra a evolução do rendimento médio.

Incrementos de produção e de produtividade também foram conquistados na pecuária. O número de cabeças de gado bovino no país foi além do dobro, nas últimas quatro décadas, enquanto a área de pastagens teve pequeno avanço. Em determinadas regiões houve até redução de terras destinadas ao pastejo.

O Brasil figura atualmente como um dos principais países na produção e no comércio mundial de *carne bovina*. É o 2º maior produtor, atrás apenas dos Estados Unidos, e o principal exportador, com quase 2 milhões de toneladas de carne bovina vendidas a outros países em 2017.

A *avicultura* era uma atividade voltada para subsistência na primeira metade do século XX, mas rapidamente tornou-se uma sofisticada criação comercial. Entre 1950 e 1970, o setor foi radicalmente transformado pela entrada de empresas processadoras no mercado, estabelecendo o *modelo de integração vertical*.

Neste formato, as empresas controlam e padronizam o processo produtivo, fornecendo pintos, insumos e assistência técnica aos criadores, que, por sua vez, conduzem o crescimento das aves até o abate. A modernização da produção levou a um aumento expressivo da produção de carne de frango, que passou de 217 mil toneladas em 1970 para 12,9 milhões de toneladas em 2016, consolidando o Brasil como o maior exportador mundial do produto.

A *suinocultura* também experimentou processo de intensificação semelhante à avicultura. Com a entrada de animais híbridos na década de 1970, o melhoramento genético de suínos teve um grande salto.

Por conta de exigências do consumidor por uma carne com menos gordura, foram desenvolvidos suínos com mais massa muscular – especialmente em carnes nobres como o lombo e o pernil

- e com menores teores de gorduras na carcaça. A evolução foi também evidente nas áreas de sanidade, manejo e instalações.

O resultado foi um grande aumento de produção: um salto de 705 mil para 3,7 milhões de toneladas de carne suína produzidas, realizado entre 1970 e 2017. Hoje, o Brasil é o quarto maior produtor e exportador mundial do produto.

No *cultivo de árvores*, houve expansão de 52% na área de florestas plantadas entre 1990 e 2014. Em 2016, as plantações de eucalipto foram responsáveis por fornecer 98,9% do carvão vegetal, 85,8% da lenha, 80,2% da madeira para celulose e 54,6% da madeira em tora para outros usos no Brasil. A madeira produzida por árvores cultivadas reduz a pressão por desmatamentos de florestas nativas.

Boom nas Exportações

A partir da década de 1990, demandas crescentes e políticas macroeconômicas de estabilização, como controle da inflação e taxas de câmbio mais realistas, impulsionaram ainda mais o crescimento do setor agrícola. Passou a ser o principal responsável pelo superávit da balança comercial brasileira.

Entre 1990 e 2017, o saldo do balanço agrícola do País aumentou quase dez vezes, alcançando, nesse último ano, US\$ 81,7 bilhões. Seus valores contribuem para o equilíbrio das contas externas do país.

A organização e o intenso processo de modernização das cadeias produtivas do agronegócio fizeram os elos anteriores e posteriores às atividades agrícolas, como os de produção de insumos, processamento e distribuição, apresentassem importância cada vez maior no Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2016, o agronegócio como um todo gerou 23% do PIB e 46% do valor das exportações. Em 2017, o setor foi responsável por 19 milhões de trabalhadores ocupados. Agroindústria e agrosserviços empregaram, respectivamente, 4,12 milhões e 5,67 milhões de pessoas, enquanto 227,9 mil pessoas estavam ocupadas no segmento de insumos do agronegócio.

Explicação para o Desenvolvimento da Agricultura

A trajetória recente da agricultura brasileira é resultado de uma combinação de fatores. O cenário para isto é um país com abundância de recursos naturais, com extensas áreas agricultáveis e disponibilidade de água, calor e luz, elementos fundamentais para a vida.

Mas a grande diferença, nestes últimos 50 anos, foram:

1. os investimentos em pesquisa agrícola com avanços nas ciências, tecnologias adequadas e inovações,
2. a assertividade de políticas públicas e
3. a competência dos agricultores.

O *caso da cultura da soja* é um bom exemplo de como a tecnologia pode transformar a produção agropecuária. Os primeiros cultivos comerciais surgiram na década de 1960, no Rio Grande do Sul, especialmente por uma razão climática

A soja era uma planta de regiões frias e os cultivos no mundo se limitavam às proximidades do paralelo 30. No Brasil, passava por Porto Alegre. Cultivar soja em outras regiões do país era um desafio biológico e tecnológico.

As respostas surgiram depois de anos de pesquisas realizadas pela Embrapa, por universidades, por instituições estaduais de pesquisa agropecuária e, mais tarde, pela iniciativa privada. Com técnicas de melhoramento genético, foram desenvolvidas plantas de soja adequadas às condições de solo e clima do Brasil. Eram cultivares menos sensíveis aos dias longos e mais tolerantes às pragas do mundo tropical.

Outra contribuição radical tem relação com *correção e adubação de solos*. As pesquisas apontaram os caminhos para otimizar o uso de corretivos e de fertilizantes, permitindo o plantio nos solos de Cerrados, até então considerados improdutivos. Justamente nessas áreas a soja ganhou terreno na agropecuária nacional.

De fato, o *uso de fertilizantes* se tornou um elemento-chave (apenas os fertilizantes nitrogenados foram responsáveis pelo incremento de cerca de 40% na oferta de alimentos no mundo), mas gerou também um problema para o país: a dependência de importações. O Brasil passou a consumir muito mais fertilizantes diante da quantidade produzida internamente.

A resposta da pesquisa foi uma tecnologia para fixar o nitrogênio do ar nas raízes das plantas por meio de bactérias, a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), presente hoje em 75% da área cultivada de soja e responsável por uma economia da ordem de R\$ 2 bilhões por ano em compra de fertilizantes nitrogenados. A FBN contribui ainda para a redução do consumo de energia e das emissões de gases de efeito estufa.

Uma das mais impactantes inovações da pesquisa agropecuária é resultado de estudos da interação de microrganismos com as plantas.

Plantio direto, zoneamento de riscos climáticos, manejo de pragas, manejo de plantas daninhas, mecanização, sucessão de até três cultivos anuais na mesma área e integração da lavoura da soja com pecuária e floresta são outras abordagens e tecnologias de grande impacto. São resultados diretamente relacionados com investimento em pesquisa, extensão rural, políticas públicas e empreendedorismo.

Quando se considera a agricultura como um todo, a tecnologia explica, em grande parte, *a evolução da produtividade*. No período entre 1975 e 2015, os avanços tecnológicos foram responsáveis por 59% do crescimento do valor bruto da produção agrícola, enquanto o trabalho respondeu por 25% e a terra por 16%.

A tecnologia, no entanto, não teria sido suficiente sem a atuação do produtor e da produtora brasileira. Em parte, pela postura empreendedora, com investimentos em terra, equipamentos, gestão, trabalho e conhecimento, e em parte pela coragem de encampar severas migrações.

Um dos *movimentos migratórios* de maior impacto na geografia da produção agrícola do país se intensificou no final da década de 1980. Pequenos produtores, na década anterior, aprenderam a usar

tecnologia no Sul e no Sudeste do Brasil, depois migraram para outras regiões em busca de terras e oportunidades.

Muitos se instalaram em Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, no Sul de Goiás e na região em torno de Sorriso e Lucas do Rio Verde, já em Mato Grosso. Essas regiões se consolidaram como importantes produtoras de grãos do país.

Questões a Superar

Fazer uma leitura crítica da trajetória da agricultura brasileira é importante para se imaginar um futuro mais sustentável e para subsidiar ações efetivas. Um dos problemas é a grande desigualdade de produtividade e de renda no campo.

Isso tem sido atribuído ao fato de a maior parte dos pequenos produtores não ter sido capaz de adotar novas tecnologias. Essa “não adoção” é consequência de inúmeros fatores, como o elevado custo de incorporação das novas tecnologias, baixa escolaridade e carência de políticas públicas.

Em 2006, apenas 0,43% dos estabelecimentos rurais, correspondente a cerca de 22 mil dos 5.175.489 existentes no Brasil, respondia por *mais da metade do valor produzido*. Esses números se opõem à vasta maioria dos estabelecimentos (3,9 milhões), cuja renda bruta (em salários mínimos mensais) atinge, no máximo, dois salários mínimos.

Um dos fundadores da Embrapa e autor de estudos sobre o assunto, o pesquisador da Embrapa Eliseu Alves fala das causas da concentração no campo no vídeo no link:

<https://www.youtube.com/watch?v=kUIBpcOVBuU>

Brasil em 50 Alimentos: Resumo

A agricultura é uma das atividades humanas mais complexas, porque as escolhas referentes às culturas a serem cultivadas e ao local de cultivo dependem de variadas circunstâncias e fatores. Vão desde aqueles de natureza histórica, cultural, ambiental, tecnológica e comercial, até aqueles relacionados à origem dos cultivos e

criações, clima dominante, qualidade do solo, disponibilidade de água, entre muitos outros.

O Brasil com dimensão continental possui biomas capazes de abrigar enorme diversidade de paisagens e potencialidades. Outro aspecto marcante da agricultura no país é a diversidade étnica e cultural com sua formação étnica vasta e diversa, principalmente pela miscigenação entre portugueses, indígenas e africanos.

Este processo influenciou os *hábitos alimentares* dos brasileiros. Uma grande diversidade de espécies exóticas, introduzidas pelos colonizadores, e espécies nativas já utilizadas pelos indígenas, fazem parte do cardápio nacional.

Os portugueses adotaram uma política mercantilista para viabilizar a colonização. Influenciou a formação e a trajetória da sociedade brasileira, logo caracterizada pelo extrativismo e pelas lavouras. Depois do curto *ciclo extrativista do pau-brasil*, o nascente País passou pelos *ciclos da cana-de-açúcar, do algodão, do café e da borracha*, além dos *ciclos do ouro e do diamante*. Deixaram marcas profundas em suas paisagens, cultura, hábitos e relações comerciais com o resto do mundo.

Plantas vindas da Europa, das novas terras descobertas e das possessões portuguesas na África e na Ásia. Da Europa e dos domínios portugueses, os colonos e os navegadores trouxeram, além da cana-de-açúcar e da videira, inúmeras fruteiras, como limoeiros, laranjeiras, cidreiras, figueiras, romãzeiras; além de hortaliças como alfaces, couves, repolhos, nabos, cenouras, pepinos, espinafres, cebolas, alhos, mostardas, tomates, gengibres, inhames, entre muitas outras espécies.

O tráfico de escravos, durante séculos, fez fluir da África diversas espécies de alimentos para as tripulações e os escravos durante as longas viagens marítimas.

Essas influências perduram até os dias de hoje em diversos alimentos, como a cenoura, trazida ao Brasil pelos açorianos em meados do século XVIII. O gado zebuíno, de origem indiana, foi introduzido em 1534, do arquipélago de Cabo Verde, e logo se

mostrou adaptado aos climas e biomas dos trópicos, inclusive como animais de tração em arados e carros-de-boi.

Para a ampliação da nossa diversidade alimentar, mandioca originária da América do Sul tem no Brasil o principal centro de dispersão. Ela é a terceira fonte mais importante de calorias em todo o mundo, sustentando cerca de 700 milhões de pessoas, atrás apenas do arroz e do milho.

Entre os séculos XIX e XX, instalaram-se no País imigrantes alemães, italianos, espanhóis, sírios, libaneses, japoneses, coreanos, entre outros. Agregaram ainda mais camadas de diversidade.

Ajudaram a diversificar os hábitos, as tradições e os valores culturais. Tiveram grande repercussão na agricultura e no sistema alimentar do Brasil.

O movimento mais marcante de transformação da agricultura e do sistema alimentar no Brasil foi iniciado, nos anos 1970, quando o governo federal decidiu promover *a ocupação da região central do País*. Até então era um grande vazio populacional e econômico. Optou pelo avanço da agricultura como instrumento de *interiorização do desenvolvimento*.

Políticas governamentais anteriores, como investimentos em armazenamento, extensão e crédito rural, não aumentaram a produção agrícola ao ritmo da crescente demanda. A moeda nacional sobrevalorizada pelo regime de câmbio fixo barateava as importações industriais e encarecia as exportações agrícolas na conversão cambial.

Para elevar a agricultura a um outro patamar de eficiência, concluiu o nacional-desenvolvimentismo da época, seria necessário investir em ciência e inovação, com infraestrutura de pesquisa moderna e distribuída no território e, principalmente, com pesquisadores de experiência e competência internacionais. A partir de 1979, *a China também faria isso, visando a industrialização* – e não a agropecuária.

A pesquisa agropecuária inseriu diferentes produtos na pauta brasileira de produção e de exportação. As grandes extensões de terras do interior do país, por séculos consideradas improdutivas,

transformaram-se em *uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo*.

Alimentos antes raros nas prateleiras dos supermercados tornaram-se acessíveis, ao longo de todo o ano, de norte a sul do País.

A *soja*, cujo cultivo ficava restrito à região Sul, foi tropicalizada e ganhou os Cerrados, para dali se espalhar para toda a faixa tropical do Brasil. A *fruticultura de clima temperado* hoje floresce e gera renda e empregos a partir de polos de produção localizados no Semiárido, como os de Petrolina-Juazeiro, nos estados de Pernambuco e Bahia.

É o caso da uva, mas também do mamão, da manga, da melancia, da goiaba, do melão e da acerola, entre outras tantas frutas tropicais, com alta produtividade e qualidade, porque foram melhoradas para se adaptarem às diversas condições de clima e solo e às técnicas de irrigação, manejo de pragas e melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Os brasileiros passaram a ter, no dia a dia, alimentos antes vindos de longe, seja de estados mais distantes, seja de outros países. A pesquisa agropecuária fez da maçã e da cenoura, por exemplo, alimentos comuns nas refeições de grande parte das famílias.

A *ciência* acabou com a sazonalidade, diminuiu os custos de produção e os preços ao consumidor, melhorando sua dieta. Focou em alimentos com atributos relacionados a características nutricionais, de sanidade, qualidade da produção e cuidados com o meio ambiente.

Em 1960, a *pauta de exportações agrícolas* do Brasil reunia cerca de 40 produtos e rendia US\$ 8,6 bilhões. Café em grão (63% do total), cacau, açúcar demerara, algodão, madeira de pinho serrada, sisal, fumo, castanha-do-pará, manteiga de cacau e cera de carnaúba eram os itens mais importantes.

Soja, milho e carne in natura eram exportações residuais. Não se exportava álcool, carne de frango ou suco de laranja.

Sessenta e dois anos se passaram e a agricultura do Brasil se tornou exportadora de várias centenas de itens para mercados ao redor do globo. *O País é hoje o terceiro maior produtor de alimentos do mundo*, agregando cerca de 14 milhões de agricultores familiares, médios produtores e grandes empresários do agronegócio, atendendo os mercados interno e externo.

Comparando a safra de 1980 de 58,2 milhões de toneladas com a estimativa de 310,9 milhões em 2022/2023, o aumento esperado é de 437,8% na oferta de grãos. Multiplicou-se mais de cinco vezes em 40 anos!

A multiplicação de itens e do valor tem a mesma explicação: *densidade tecnológica*. O desenvolvimento tecnológico da agricultura ampliou a oferta de produtos tradicionais, como o milho e o café, e adaptou, com sucesso, novos cultivos e criações, como a soja, a maçã e o frango.

A principal mudança foi a intensa modernização dos processos de produção agrícola, hoje tão diferentes daqueles de 1960, a ponto de *perder sentido qualquer tentativa de distinguir produto básico de produto industrializado*.

A agricultura de agora é uma "indústria" sofisticada e em constante evolução. Cada tonelada de alimento consumido no País ou no exterior sustenta um bom pedaço da indústria de insumos, de máquinas e equipamentos, de embalagens, dos serviços de logística de armazenagem e distribuição, e assim por diante.

Por essa razão, a *cadeia produtiva* se tornou um conceito capaz de explicar melhor o valor de um produto. Revela seu impacto na produção de outras riquezas em diversas áreas de atividades econômico-financeiras.

O Brasil superou a inibição diante da sua dimensão semi continental (quase 1/2 da América do Sul) e das limitações e rigores do ambiente físico. Antes, impediam os avanços da produção de alimentos no *cinturão tropical* do globo.

A extensão da América do Sul é de 17.819.100 km², abrangendo 12% da superfície terrestre e 6% da população mundial. O território brasileiro tem 8.510.000 km².

Esse investimento tecnológico fez o Brasil deixar de ser importador de grande parte dos alimentos consumidos para se transformar em *um dos maiores produtores mundiais de uma vasta diversidade de itens*. A agricultura do Brasil revela uma trajetória envolvente de universidades, institutos de pesquisa, empresas, cooperativas, produtores, extensão rural e redes de pesquisadores no Brasil e no exterior

Os alimentos alcançaram novas áreas geográficas e foram produzidos em climas diferentes dos originais. Alcançaram adaptabilidade, produtividade e qualidade inéditas no cinturão tropical do globo.

Futuro da Agropecuária Brasileira

O livro da Embrapa-Superintendência Estratégica, *O Futuro Da Agricultura Brasileira: 10 Visões* (Brasília, DF: Embrapa, 2023) oferece ótimos artigos para uma visão panorâmica do não especialista. Argumenta, para manter a vanguarda produtiva na agricultura e na pecuária, será necessário:

1. manter o arcabouço institucional,
2. baixar o custo da alimentação para o brasileiro,
3. abrir canais de exportação,
4. escoar o excedente de produção,
5. incluir mais agricultores na dinâmica produtiva agropecuária.

Os três primeiros capítulos conduzem os leitores pela reflexão sobre o Brasil como fonte de tecnologias, de alimentos, de bioenergia e de agroprodutos para o mundo.

Dos capítulos quatro ao sete, tem a oportunidade de acompanhar análises singulares sobre ampliação da conectividade no campo, uso das tecnologias para além da produção, transformação de dados em insumos para a estratégia do agro e compartilhamento das responsabilidades socioambientais com a sociedade. Tudo isso seria orientado para:

1. a busca da segurança alimentar,
2. a adaptação às novas formas de financiamento,
3. a educação voltada para a ciência e
4. a importância do bem-estar intergeracional.

A obra segue com reflexões sobre como *o setor de biocombustíveis* pode dinamizar a economia verde no Brasil, agregando valor à produção agropecuária e industrial. Há também uma análise sobre *a atividade de regulação* como elemento chave para alimentar o mundo de forma nutritiva e sustentável.

No fechamento do livro, a análise da agropecuária de baixo carbono mostra a relevância dessa questão para lidar com agendas relacionadas à produtividade, à adoção de inovações, aos gases de efeito estufa, à fertilidade do solo, entre outras.

Enquanto a *economia linear* é baseada no consumo de recursos e na produção de resíduos, seguindo um fluxo de extrair, produzir e descartar, a *economia circular* busca maximizar a eficiência dos recursos, prolongar a vida útil dos produtos e diminuir o impacto ambiental. O desafio atual é mudar da primeira para esta.

O que esperar da Produção Agropecuária no Brasil

Eliseu Alves e José Eustáquio R. Vieira Filho escreveram uma curta e excelente Introdução, no citado livro, sobre *o que esperar da produção agropecuária no Brasil*.

Afirmam, para o país manter a vanguarda produtiva na agricultura e na pecuária, é necessário, além de manter o arcabouço institucional construído, responder a três grandes problemas:

1. baixar o custo da alimentação para o povo brasileiro;
2. abrir canais de exportação e escoar o excedente de produção;
3. incluir a maior parte de agricultores, excluídos da modernização, na dinâmica produtiva agropecuária.

Conforme indicam, a *tecnologia* explicou a maior parte do crescimento no valor bruto da produção. Esta parcela tecnológica aumentou de 50,6% para 60,6% de 1995 para 2017.

Esse fato se associa diretamente à modernização da agricultura, *cada vez menos intensiva em trabalho*, fator produtivo com redução de sua participação de 31,5% para 19,5%, de 1995 para 2017. A contribuição da *terra* praticamente se estabilizou de 18,1% para 19,8%.

O aumento do excedente produtivo contribuiu para a redução dos preços e ocasionou o *maior programa de redistribuição de renda* no Brasil – o de riqueza seria relacionado à política habitacional para aquisição da própria moradia. Desde a criação da Embrapa, o valor bruto da produção agrícola nacional foi multiplicado por 5,5, enquanto a quantidade per capita de alimentos, por 2,6.

De 1978 a 2005, o *preço dos alimentos* caiu 75%, aumentando o poder aquisitivo de todas as famílias, mesmo no período inflacionário da segunda metade dos anos 1980. De 1995 a 2022, período posterior à implantação do Plano Real, o *custo da cesta básica no salário mínimo* caiu de 86% para 52%. Em parte, esse resultado esteve atrelado ao ganho de renda real das famílias e ao crescimento da oferta de alimentos no mercado doméstico.

Alves e Vieira Filho (2023: 12) ainda narram a expansão agropecuária ter contribuído para a *interiorização e ocupação do Brasil*, incorporando o Cerrado por meio do conhecimento e da pesquisa. Em uma área de 204 milhões de hectares, *esse bioma se tornou em uma das maiores fronteiras agropecuárias do mundo*. Veja a figura abaixo.

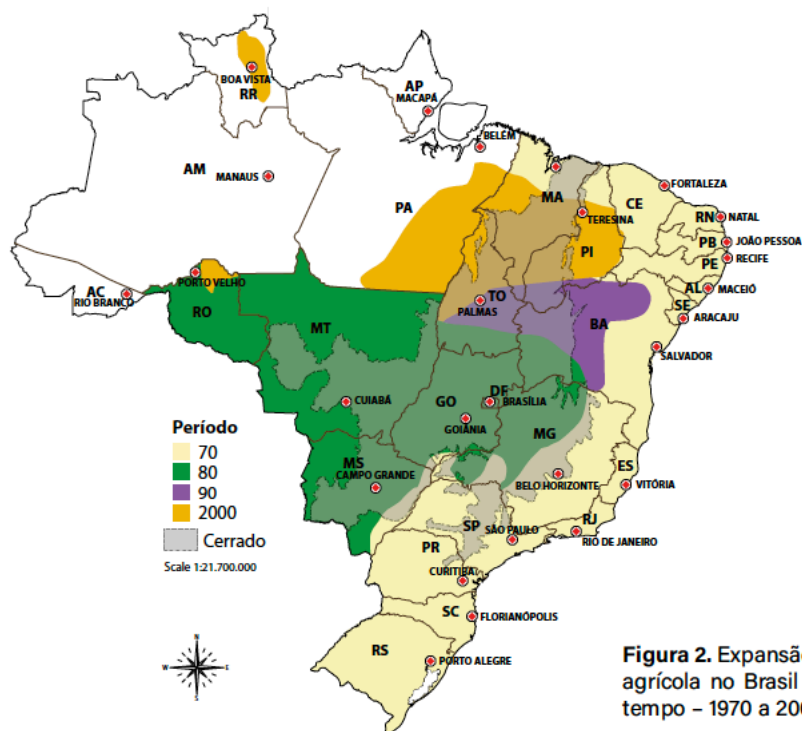


Figura 2. Expansão da fronteira agrícola no Brasil ao longo do tempo – 1970 a 2000.

Fonte: Fishlow e Vieira Filho (2020).

Destacando-se na produção de grãos, frutas e carnes, o País é o maior exportador de açúcar, café, suco de laranja, soja, carne bovina e carne de frango, sendo também grande exportador de algodão e de milho, bem como de vários outros produtos agropecuários.

Entretanto, poucos agricultores, devido ao enorme progresso tecnológico, são responsáveis pelo abastecimento dos mercados interno e externo. Infelizmente, uma parcela grande dos agricultores não participa desse empreendimento tão produtivo.

A *agricultura intensiva em tecnologia* exige muito capital, recursos humanos qualificados e escala produtiva para reduzir custos relativos. Então, os pequenos agricultores, sem condições de se inserir de forma competitiva, não se integram formalmente às cadeias produtivas e ficam excluídos do mercado.

Por exemplo, de 1970 a 2017, a frota de tratores cresceu mais de sete vezes. O número de máquinas agrícolas para cada mil hectares cultivados saiu de 5, em 1970, para mais de 17, a partir de 2017.

Simultaneamente ao crescimento da frota, houve o *aumento da potência*. Era em média 77 cavalos, em 1970, e ultrapassou os 100

cavalos, em 2017. Tratores mais potentes são capazes de produzir em áreas cada vez maiores.

Quanto maior a escala produtiva, melhores são os preços de venda e menores são os custos produtivos, porque se tem maior poder de barganha diante os fornecedores e melhor acesso a mercados mais exigentes. O resultado é o aumento da rentabilidade do produtor.

No geral, *propriedades de tamanho médio e grande*, com adequada escala produtiva, possuem maior lucratividade, melhor nível de modernização e elevada produtividade. Conseqüentemente, possuem melhor perspectiva em relação à sustentabilidade produtiva do negócio.

Em 2017, 9% dos estabelecimentos mais ricos responderam por 85% da produção. Em contrapartida, 91% dos estabelecimentos mais pobres foram responsáveis por apenas 15% da produção.

Alves e Vieira Filho (2023: 14) indicam dois padrões nas tendências demográficas.

Primeiro, constata-se o *envelhecimento da população de agricultores* nos países onde a atividade rural é importante, como Brasil, Estados Unidos, Austrália etc.

Segundo, observa-se uma *redução da população ocupada* nesses países.

No Brasil, essa queda é observada desde a década de 2000. A população ocupada no Brasil é de 14 milhões de pessoas no campo, sendo *a metade desse contingente habitante no Nordeste*.

O grande desafio é o de repensar o desenvolvimento econômico dessa região, porque nela se observam:

1. os mais baixos índices de produtividade,
2. os menores rendimentos monetários,
3. a presença do trabalho não remunerado,
4. a concentração de pequenas propriedades.

O sucesso dos ganhos de produção no setor agropecuário brasileiro foi muito influenciado pelos investimentos em ciência e tecnologia. Auxiliaram o crescimento da produtividade.

Além da redução do preço dos alimentos, é preciso exportar o excedente aos mercados capazes de comparar os produtos a preços mais favoráveis. Para o desenvolvimento de todo o país com menor desigualdade social é necessário *inserir o Nordeste na dinâmica produtiva*.

A barreira imposta à produção nos anos 1970 foi transposta via incorporação de tecnologia – e não pelo caminho da reforma agrária. A adoção e a difusão de tecnologias foram essenciais nessa dinâmica.

Sem preconceito ideológico, nesse sentido, foi relevante o *ambiente de livre mercado*, aceito pelos brasileiros. Se não fosse o *ambiente competitivo*, os grandes agricultores (muitos acionistas estrangeiros) não seriam capazes de buscar as melhores tecnologias no mercado.

Ao contrário do passado, quando a agricultura era taxada para subsidiar o desenvolvimento da indústria, e as políticas protecionistas de fomento à indústria eram prejudiciais à modernização agrícola, o *regime de câmbio flexível evitou a anterior sobrevalorização cambial*. Ela deprimia os preços dos bens agrícolas exportados, reduzindo a rentabilidade na conversão cambial e, conseqüentemente, os investimentos.

No entanto, parece ser falsa a seguinte afirmação dos coautores de “o setor agropecuário foi pouco subsidiado e o seu excedente foi voltado para atender a mercados mais atraentes, justamente aqueles capazes de remunerarem melhor os fatores produtivos”. Os fatos, como mostrarei mais adiante, mostram um papel histórico do crédito agrícola do Banco do Brasil e do financiamento do BNDES através do Moderfrota.

É fato o Brasil ter conseguido sair da condição de importador líquido de alimentos para se tornar um grande exportador. Foi possível adentrar em mercados fechados e com elevadas barreiras à entrada.

Se “o desenvolvimento do setor agropecuário já caminha com as próprias pernas” poderia se cortar os subsídios do Tesouro Nacional na equiparação das taxas de juro do crédito direcionado com as do crédito com recursos livres...

Também não é um exagero contrafactual dizer “o setor agropecuário puxará o crescimento do setor industrial e do restante da economia nacional”?! Basta conferir sua baixa participação no valor adicionado pelo Sistema de Contas Nacionais, crescendo um pouco (para cerca de 20%), quando se considera todo o agronegócio, inclusive a agroindústria e os serviços relacionados como transporte, armazenamento, informática, comunicações etc.

Por fim, os especialistas advertem quanto às condições macroeconômicas serem favoráveis ao investimento privado no campo. “Qualquer retrocesso nesse sentido, como taxar exportações, poderá inviabilizar a trajetória já alcançada”.

Portanto, acrescentam, cabe também à Embrapa se mostrar *atenta ao debate econômico*. Pode influenciar, não somente o ambiente institucional de pesquisa, como a competitividade setorial conquistada.

O Brasil plantou um Futuro Verde

Aline Maldonado Locks apresentou sua visão, no citado livro, sob o título “O Brasil plantou um Futuro Verde”. Segundo sua argumentação, a revolução agrícola das últimas décadas do século 20 transformou um país importador de alimentos em uma potência exportadora de *commodities*, com papel estratégico na garantia da segurança alimentar global.

Esse quadro:

1. interiorizou o desenvolvimento do País,
2. viabilizou o uso de solos antes considerados impróprios para a atividade agrícola em escala e
3. criou uma cultura de inovação e empreendedorismo no meio rural.

Agora, uma nova revolução está em curso: *a da sustentabilidade no campo*. Visa a implantação de modelos de produção responsável, de modo a atenderem à demanda por volumes cada vez maiores de alimentos produzidos sob estritas condições socioambientais.

Em lugar de ser um celeiro de *commodities* agrícolas, o Brasil necessita se consolidar como um manancial de soluções agroambientais. Com apoio da tecnologia digital, criam-se políticas de desenvolvimento sustentável capazes de gerar novas oportunidades para os pequenos e médios produtores, sobretudo por meio da integração às cadeias de valor do agronegócio para abastecimento das cidades.

As soluções encontram-se em:

1. intensificação dos sistemas agropecuários de baixo carbono,
2. redução do uso de insumos químicos,
3. universalização de tecnologias digitais voltadas para o monitoramento e decisão.

O país necessita chegar a 2050 não como *o celeiro do mundo*, mas como *o principal centro de desenvolvimento e difusão de tecnologias*, para a produção responsável. Combina soluções agronômicas, ambientais, biotecnológicas e digitais.

Um exemplo é a *fertilização de precisão*: análises mais sofisticadas de solo aliadas à digitalização da agricultura possibilitam aplicação de diferentes nutrientes em doses precisas e na medida do necessário para cada parcela da área cultivada. A meta é otimizar os sistemas produtivos agropecuários e agroindustriais por meio da automação de processos e da agricultura de precisão e digital.

Outro exemplo é o *Zarc – Plantio Certo*. É um aplicativo para celulares e tablets com a finalidade de colocar dados oficiais do Zarc *ao alcance das mãos*.

Permite acesso, por exemplo, à indicação das diferentes taxas de riscos (20%, 30% e 40%) de perdas por eventos meteorológicos adversos, atrelados às épocas de plantio de mais de 40 culturas em todos os municípios do território nacional. O produtor rural pode

tomar decisões, baseado em conteúdo digital, de acesso ágil e prático. Tem versões para Android e iOS.

O Brasil tem abundância de recursos naturais, mas isso teria sido insuficiente caso não tivesse, sistematicamente:

- a) *investimentos maciços em pesquisa agrícola* (sob liderança da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa), responsáveis pelos avanços na ciência, tecnologia e inovação e capazes de permitir a expansão das fronteiras agrícolas para regiões antes vistas como improdutivas, como o Cerrado, além de colocar o País como líder mundial desde os anos 2000 em produtividade agropecuária;
- b) *a competência e a postura empreendedora do produtor rural*, capaz de fazer investimentos em terra, equipamento, gestão e com coragem para encarar essas novas fronteiras, em um processo migratório, onde se levou desenvolvimento ao interior do País, em especial, no Centro-Oeste e Matopiba.

Segundo Locks (2023: 20), a mesma geração de empreendedores rurais, a qual redefiniu o mapa produtivo brasileiro a partir dos anos 1970 e 1980, preparou seus sucessores nas décadas seguintes. O investimento em formação de pessoal, combinando as ciências agrárias à gestão, forjou um corpo de líderes com olhar mais técnico para o negócio.

Um estudo realizado pela EY em parceria com a CropLife Brasil revelou uma proporção maior de produtores jovens com níveis médio e superior de escolaridade em 2020, equivalente hoje a 30,1% contra 23,6% em 2016. Capacita gente para um novo salto tecnológico e, no século 21, a chegada da *agricultura digital*.

Porém, o agro brasileiro é bastante heterogêneo. Há grande desigualdade de produtividade e de renda no campo, com crescente concentração de recursos produtivos nas mãos de grandes grupos agrícolas.

Essa concentração pode ser atribuída ao fato de a maior parte dos pequenos produtores não ter sido capaz de adotar novas tecnologias. Inúmeros fatores contribuíram para isso, entre os quais:

1. o elevado custo de incorporação das novas tecnologias,
2. a baixa escolaridade e
3. a carência de políticas públicas específicas para a inclusão dos pequenos produtores.

Os temas centrais ainda a serem enfrentados são:

1. erradicar a fome,
2. alcançar a segurança nutricional,
3. gerir de forma sustentável os recursos hídricos e
4. proteger e restaurar os ecossistemas terrestres.

Para alcançá-los, as políticas alimentar e agrícola precisam se tornar mais holísticas. Devem se equilibrar entre *produtividade, meio ambiente e saúde humana*.

Locks (2023: 20) cita, entre outros, *o desafio da inclusão social no agronegócio*. Necessita-se adaptar as inovações transformadoras para tornar os sistemas agrícolas mais produtivos e sustentáveis, como *a agricultura de precisão* a escalas menores, pois nem sempre são projetadas para uso dos pequenos produtores. Promoveriam saltos evolutivos em segmentos hoje ainda defasados tecnologicamente.

Os pequenos produtores devem incorporar práticas sustentáveis ao seu cotidiano produtivo. Não se faz transição de modelo produtivo sem apoio técnico, sobretudo, ao pequeno produtor.

Pequenos e médios, assim como os grandes produtores, sofrem com uma pressão enorme sobre a otimização do uso dos recursos naturais. Mas carecem de condições financeiras e técnicas para responder a tal pressão.

O Brasil conta hoje com 12,7 mil extensionistas. Atendem a 2,2 milhões de propriedades rurais familiares, segundo a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 2017. O número é grande, mas representa *menos da metade do total de estabelecimentos agropecuários no País*, ou seja,

a outra metade fica à margem desse serviço essencial para levar educação e conhecimento ao campo.

No mesmo sentido, *as políticas de crédito agrícola têm papel fundamental no processo de inclusão*. A alocação de recursos oficiais tem sido uma alavancagem financeira do crescimento dos volumes de produção.

As safras recordes de grãos, nos últimos anos, coincidem com quantias igualmente recordes aplicadas no financiamento de custeio e investimentos nas propriedades rurais. Tão importante quanto o volume de recursos, no entanto, é o acesso a eles e a forma como são direcionados.

Não se deve priorizar apenas a quem já atende a indicadores elevados de desempenho. Outros critérios sociais devem se encaixar nos critérios de análise de risco das instituições financeiras.

Revertidas em *ferramentas de inclusão*, as *políticas de crédito* terão impacto na redução do fenômeno de concentração da produção na mão dos grandes grupos agrícolas. Diante do aumento constante do custo de produção, pequenos e médios produtores com margens cada vez mais apertadas desistem do negócio agropecuário.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, menos de 1% dos estabelecimentos rurais concentravam cerca de 50% do valor da produção no Brasil!

Planeja-se a agricultura se tornar cada vez mais natural. Será preciso equacionar *o custo socioambiental no agro* e isso deve, inevitavelmente, provocar um aumento no custo dos produtos agropecuários, sejam alimentos, fibra ou energia – e restringir o acesso a eles.

A duplicação da produtividade global das colheitas experimentada entre os anos 1960 e o fim dos anos 1990 foi acompanhada por um aumento de sete vezes no uso de fertilizantes nitrogenados e uma triplicação do uso de fósforo.

Para as lavouras brasileiras, de fato, o uso de fertilizantes se tornou um elemento-chave, mas o aumento de consumo tornou o País dependente da importação desses nutrientes. Precisa agora

produzir mais na mesma área cultivada, mas com o suporte de outras tecnologias como os *bioinsumos*, cuja produção ainda precisa ganhar escala.

Também as *análises de solo*, historicamente concentradas em físicas e químicas, passarão a incorporar cada vez mais *análises microbiológicas*.

Em suas Considerações Finais, Locks (2023: 23) reafirma: “os *pequenos agricultores* se beneficiarão de novas oportunidades de crescimento, sobretudo, por meio da integração às cadeias de valor do agronegócio para abastecimento das cidades, enquanto as *corporações agropecuárias* se encarregarão do fornecimento de *commodities* ao mercado global”.

Em geral, as pequenas propriedades rurais terão um papel cada vez menor na alimentação das populações urbanas com alimentos básicos. Contudo, muitas dessas propriedades terão sucesso na produção de alguns produtos de alto valor agregado e mão de obra intensiva.

Para ela, a palavra-mágica é *digitalização*. Soma-se à *inclusão agroambiental dos pequenos e médios produtores* para ser a marca do futuro do agronegócio brasileiro.

O Brasil como fornecedor mundial sustentável de alimentos, bioenergia e outros agroprodutos

Marcos Fava Neves, em seu capítulo “O Brasil como fornecedor mundial sustentável de alimentos, bioenergia e outros agroprodutos”, apresenta alguns dados interessantes para o conhecimento do público interessado.

O comprometimento dos agentes produtivos do agronegócio tem possibilitado a preservação e proteção das áreas de florestas, as quais totalizam 66,3% do território nacional.

Isso decorre de alguns fatores, dentre os quais se destacam:

- a) *o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis*, como a integração lavoura-pecuária-floresta e o plantio direto na palha;

- b) *a ampliação na adoção de fontes renováveis na matriz energética nacional, com a predominância da biomassa de cana-de-açúcar e fontes alternativas de biocombustíveis; e*
- c) *aumentos expressivos na produtividade das lavouras, com menor necessidade na expansão de áreas cultivadas, demonstrando a sustentabilidade dos sistemas produtivos adotados pelo País.*

O Brasil provavelmente precisará de algo entre 250 a 300 milhões de hectares para produção, dos 850 milhões existentes. Logo, de 550 a 600 milhões de hectares não serão usados pela agricultura.

Possui um Código Florestal, elevados índices de energia renovável e biocombustíveis na matriz e as novas tecnologias de sistemas regenerativos na produção. O uso de energias renováveis nos sistemas de produção, tal como *a fotovoltaica e o biogás/biometano*, produzidos localmente, possibilita substituir *insumos fósseis*, de modo o elo agrícola e industrial se beneficiar do mercado de carbono.

O aumento populacional e da renda per capita, a urbanização e o envelhecimento da população têm como consequência um expressivo crescimento na *demanda global por alimentos, fibras e energia*.

Um estudo divulgado pela OCDE-FAO, em 2020, mostra: o consumo das principais *commodities* agrícolas deve crescer de forma significativa nos próximos 10 anos, com destaque para o arroz (+20%), o milho (+18%) e o trigo (+5%) – culturas majoritariamente destinadas à alimentação humana e/ou à fabricação de rações animais para a produção de carnes.

No entanto, a produção agrícola tem enfrentado um ambiente com volatilidade e risco, entre outros, devido a:

- eventos climáticos extremos (secas, geadas, chuvas etc.);
- pandemia animal (peste suína africana) e humana (covid-19);
- acirramento de guerras comerciais e bélicas;

- inserção de tarifas de exportações e outros fatores capazes de tirarem a previsibilidade do comércio externo.

O País vendia ao mundo, em 2000, cerca de US\$ 20 bilhões e, em 2022, algo próximo a US\$ 160 bilhões (Brasil, 2023). Nas últimas quatro safras, o País adicionou 12 milhões de hectares de grãos, em média 3 milhões por ano, em velocidade inédita.

A produção de grãos no Brasil era de cerca de 50 milhões de toneladas em 1980. Passou a 100 milhões de toneladas em 2011 (31 anos após), chegou a 200 milhões de toneladas em 2015 (35 anos depois) e chega a 310 milhões de toneladas em 2023 (43 anos depois).

Em 30 anos, os ganhos de produtividade elevaram a produção em 370% e a área em apenas 95%.

Também houve uma mudança surpreendente do mercado para os produtos do Brasil. Em 2000, Europa e EUA representavam 60% das vendas do Brasil; até 2021, caíram para 22%. A China passou de pouco mais de 2% para 34% do total exportado pelo país.

Outros países populosos da Ásia, como Vietnã, Indonésia, Bangladesh, Coreia do Sul, Tailândia, também passaram a comprar grandes volumes do Brasil. No futuro, a Índia também representará oportunidades de crescimento.

Cerca de 80% das pessoas do planeta em 2050 estarão na Ásia e na África. O mercado de alimentos na Ásia hoje é de US\$ 4 trilhões e será de US\$ 8 trilhões em 2030.

Na visão de futuro, o estudo *Perspectivas Agrícolas 2020-2029*, da OCDE-FAO (2020), aponta fortes crescimentos da produção brasileira. Terá as seguintes oportunidades em tripé de crescimento:

- *Mercado de grãos*: a demanda mundial cresce ao redor de 35 a 40 milhões de toneladas por ano, e uma parte importante desse crescimento poderá ser conquistada pelo Brasil por causa dos fatores de produção existentes.
- *Mercado de carnes*: da mesma forma, as projeções de aumento das importações são animadoras, puxadas principalmente pelo

crescimento asiático e africano, em processos de urbanização e alteração de hábitos alimentares.

- *Mercado de bioenergia*: com os aumentos de misturas sendo propostos em diversos países, abre-se espaço no mercado internacional para expansão brasileira.

Subsistema do Agronegócio com Cadeia Produtiva-Comercial

No passado, a agregação habitual no campo englobava só o sistema de alimentos. Com a globalização e a conseqüente abertura externa para as economias participarem do comércio exterior, percebeu-se dentro desse sistema haver dois subsistemas:

1. *agricultura familiar*, para alimentos ofertados no mercado interno, e
2. *agricultura de exportação*, para oferta de *commodities* agrícolas ao mercado externo.

Nos anos 1940, na *Harvard Business School* [Escola de Negócios de Harvard], já tinha sido criada uma área disciplinar com o objetivo de pesquisar as relações entre *agriculture* [agricultura] e *business* [negócio]. Elas se intensificavam nos Estados Unidos desde a II Guerra Mundial. Foi denominada de *agribusiness*.

Quando se percebeu o apoio financeiro com *crédito rural* – e mais adiante o *seguro rural* contra acidentes climáticos –, ambos subsidiados pelo governo, serem fundamentais para compensar prejuízos com quebras de safra, reconheceu-se ser uma *área intersetorial*.

Conforme cresciam as verticalizações, promovidas por grandes corporações da indústria de alimentos, até incorporar o domínio direto sobre terras, buscou-se nova racionalização para esses *empreendimentos intersetoriais*.

A agricultura tinha a necessidade de uma gestão integrada com atividades secundárias e terciárias relacionadas a ela. Foram realizadas pesquisas para ajudar a qualificar essas relações.

Com o conseqüente *empoderamento do agronegócio*, os gestores adotaram um discurso de liberalização também na agricultura, tendo como pontos centrais a menor dependência dos produtores em relação ao Estado e o maior potencial da iniciativa privada para reequilibrar a oferta e a demanda em toda a cadeia produtiva-comercial intersetorial.

Em conjunturas de crises, entretanto, os neoliberais continuam a recorrer ao Estado para “salvamento da lavoura”. Pedem sempre perdão de dívidas e concessão de subsídios fiscais.

Seria oportuno, em princípio, garantir a renda dos produtores e, ao mesmo tempo, manter os ganhos de produtividade sem depender tanto do governo, embora no Brasil tenham sido cruciais ao desenvolvimento do *agribusiness* o Banco do Brasil, o BNDES com o Moderfrota e a EMBRAPA com suas decisivas pesquisas de técnicas agrícolas. Na longa *cadeia produtiva-comercial*, é necessário o entendimento entre os agentes privados presentes tanto na agricultura quanto nos negócios relacionados a ela.

Não à toa, surgiu o paradigma “cooperativo” entre a agricultura e os negócios. Hoje, destacam-se as Cooperativas Agrícolas e de Crédito por meio de associação dos pequenos produtores.

Dentro e fora das porteiras, “*agribusiness* significa a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, a estocagem, o processamento e a distribuição de *commodities* agrícolas. Em suma, *agribusiness* refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras”. Define assim o criador do termo, John Davis, citado por Caio Pompeia, no livro “*Formação Política do Agronegócio*” (São Paulo: Elefante, 2021).

Outra referência bibliográfica, para entendimento dessa cadeia produtiva-comercial, é o décimo número da série Cadernos do CADE. Para análise das Fusões e Aquisições, enfoca os *mercados de insumos agrícolas*, mais especificamente, *os mercados de sementes, defensivos agrícolas, fertilizantes e máquinas e implementos agrícolas*.

A produção agropecuária tem respondido por uma parcela média de 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro desde 1995. Para comparação, a Indústria de Transformação no mesmo período obteve participação média trimestral de 14,3%, porém atingiu o pico de 17,4% em 2005, antes da crise mundial. A “desindustrialização” levou-a a 12% em 2019.

A Indústria Geral, inclusive a de Transformação, tem participação média entre 1995 e 2021 em 25,2%. Em 2022, obteve 26,3%. Por isso, há de ter cuidado ao falar na chamada “desindustrialização”, pois a Indústria de Transformação (15,1% em 2022) representa cerca da metade da Indústria Geral – e esta equivale a $\frac{1}{4}$ do PIB brasileiro.

Dedutivamente, no período 1995-2021, Serviços tiveram a participação média de 69,2%. Era 67,2% no início dessa série temporal e obteve exatamente a essa participação em 2022. No quadriênio 2016-2019, superava 73%.

Uma *visão holista* observa a estrutura produtiva da economia brasileira não ter sofrido nenhuma alteração profunda durante a Era Neoliberal de ferrenha crítica à intervenção estatal como ocorria na Era Nacional-Desenvolvimentista. Foi *fundamental na fase da indústria nascente*, ou seja, para a implantação da Indústria Geral no Brasil.

Para compreender a devida importância do setor para a economia do país é necessário acompanhar o cálculo do PIB do Agronegócio, desenvolvido pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da ESALQ/USP. Esse cálculo considera os ramos agrícola e pecuário além dos demais componentes do subsistema.

Dentro do Agronegócio, em 2023, havia os seguintes componentes no critério da CEPEA: Insumos 5,5%, Agropecuária 27,5%, Indústria 23,5% e Serviços 43,5%.

Estritamente, a Agropecuária teve participação crescente ao longo da série 1996-2023, saindo de 11,7% para 27,5% do total do Agronegócio. Observa-se, nitidamente, duas fases:

- a primeira de 1996 a 2009, quando sua participação média (embora crescente) foi de 16% do total, e
- a segunda de 2010 a 2023, quando sua participação média se elevou para 23,5% do total.

	Agronegócio				Agronegócio Total (A+B+C+D)
	(A) Insumos	(B) Agropecuária	(C) Indústria	(D) Serviços	
1996	1,6%	11,7%	34,7%	52,1%	100,0%
1997	1,8%	12,5%	34,3%	51,4%	100,0%
1998	1,8%	13,2%	33,8%	51,1%	100,0%
1999	2,0%	13,7%	33,5%	50,8%	100,0%
2000	2,3%	12,8%	33,8%	51,2%	100,0%
2001	2,5%	14,7%	32,4%	50,4%	100,0%
2002	3,0%	16,9%	31,2%	48,9%	100,0%
2003	3,9%	19,2%	29,6%	47,2%	100,0%
2004	4,7%	18,3%	30,4%	46,6%	100,0%
2005	4,0%	16,3%	32,3%	47,4%	100,0%
2006	3,4%	18,3%	31,5%	46,7%	100,0%
2007	4,1%	19,0%	30,3%	46,6%	100,0%
2008	5,0%	20,0%	29,0%	46,1%	100,0%
2009	4,2%	17,9%	30,5%	47,5%	100,0%
2010	3,9%	20,1%	29,1%	46,9%	100,0%
2011	4,2%	23,1%	27,6%	45,1%	100,0%
2012	4,6%	21,9%	28,3%	45,2%	100,0%
2013	4,7%	22,5%	27,8%	45,0%	100,0%
2014	4,5%	22,4%	27,6%	45,5%	100,0%
2015	4,3%	21,5%	27,5%	46,6%	100,0%
2016	4,1%	22,7%	26,8%	46,5%	100,0%
2017	4,1%	22,0%	27,3%	46,6%	100,0%
2018	4,6%	21,3%	27,8%	46,3%	100,0%
2019	4,7%	21,2%	27,5%	46,6%	100,0%
2020	4,1%	27,1%	23,8%	45,0%	100,0%
2021	5,7%	29,4%	22,3%	42,7%	100,0%
2022	7,2%	27,0%	23,2%	42,7%	100,0%
2023*	5,5%	27,5%	23,5%	43,5%	100,0%

*estimado com dados até set/2023

Fonte: Cepea/CNA

Dentro do PIB do Brasil (R\$ 10,874 trilhões em 2023), Insumos eram 1,3%, Agropecuária 6,6%, Agroindústria 5,7% e Agroserviços 10,5%, somando 24,1%, participação próxima da média histórica no período 1996-2003 (28 anos) de 24,7%.

A maior perda de participação relativa, diante dessa média de 1996-2023 (24,7% do PIB), ocorreu após a explosão da bolha de

commodities em setembro de 2011, durante o governo Dilma Rousseff (2011-2015), com média de 19,4% do PIB.

	PIB total_BR (a preços de mercado em R\$ milhões correntes - ref 2010)	Agronegócio				Agronegócio Total (A+B+C+D)
		(A) Insumos	(B) Agropecuária	(C) Indústria	(D) Serviços	
1996	854.764	0,6%	4,1%	12,1%	18,1%	34,8%
1997	952.089	0,6%	3,9%	10,8%	16,1%	31,3%
1998	1.002.351	0,5%	3,9%	10,1%	15,2%	29,7%
1999	1.087.710	0,6%	4,0%	9,8%	14,9%	29,4%
2000	1.199.092	0,7%	3,9%	10,3%	15,6%	30,5%
2001	1.315.755	0,8%	4,4%	9,7%	15,2%	30,1%
2002	1.488.787	0,9%	5,1%	9,4%	14,7%	30,1%
2003	1.717.950	1,2%	5,8%	9,0%	14,4%	30,4%
2004	1.957.751	1,3%	5,1%	8,4%	12,8%	27,5%
2005	2.170.585	1,0%	4,0%	7,9%	11,6%	24,4%
2006	2.409.450	0,8%	4,3%	7,4%	10,9%	23,4%
2007	2.720.263	0,9%	4,3%	6,9%	10,6%	22,7%
2008	3.109.803	1,1%	4,5%	6,5%	10,4%	22,6%
2009	3.333.039	0,9%	3,8%	6,5%	10,1%	21,3%
2010	3.885.847	0,8%	4,3%	6,2%	10,1%	21,5%
2011	4.376.382	0,9%	4,8%	5,7%	9,3%	20,7%
2012	4.814.760	0,9%	4,2%	5,4%	8,6%	19,1%
2013	5.331.619	0,9%	4,2%	5,2%	8,4%	18,7%
2014	5.778.953	0,8%	4,2%	5,1%	8,5%	18,6%
2015	5.995.787	0,9%	4,3%	5,5%	9,3%	20,0%
2016	6.269.328	0,9%	5,0%	5,9%	10,2%	22,0%
2017	6.585.479	0,8%	4,5%	5,6%	9,6%	20,5%
2018	7.004.141	0,9%	4,3%	5,6%	9,3%	20,0%
2019	7.389.131	1,0%	4,4%	5,6%	9,5%	20,5%
2020	7.609.597	1,1%	7,0%	6,2%	11,6%	25,9%
2021	9.012.142	1,5%	7,8%	5,9%	11,4%	26,6%
2022	10.079.677	1,8%	6,8%	5,8%	10,8%	25,2%
2023*	10.874.566	1,3%	6,6%	5,7%	10,5%	24,1%

*estimado com dados até set/2023

Fonte: Cepea/CNA

Nas últimas 3 décadas, a cadeia produtiva do setor agrícola, incluindo insumos, produção agrícola, agroindústria e serviços dedicados a essa atividade, tem produzido bens e serviços, em termos reais, em torno de R\$ 2 trilhões, com pico em 2021, quando atingiu R\$ 2,72 trilhões. Serviços (R\$ 1,14 trilhão) e indústria (R\$ 616,8 bilhões), fora das atividades de campo propriamente dito, somam a maior parte do PIB do agronegócio: 67% nas cidades.

Entretanto, segundo a CEPEA, essas duas categorias apresentam tendência de declínio, considerando o início da série de dados em 1996, quando as participações eram de 52,1% (serviços) e 34,7% (indústria). A produção agrícola, dentro do subsistema, aumentou sua participação, durante esse período, de 11,7% para 27,5%. A mesma tendência de crescimento apresentou o segmento de insumos agrícolas ao passar de 1,6% (1996) para 5,5% (2023) no total do agronegócio.

Nas últimas décadas, o agronegócio brasileiro passou por um intenso processo de modernização, deixando de ser um setor caracterizado por baixa produtividade e incapaz de abastecer a demanda interna de alimentos, como se observava até meados dos anos 1970, para se tornar *o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo* atrás de Estados Unidos e União Europeia. Elevou sua participação no comércio internacional de *commodities* agrícolas de 3,2%, no ano 2000, para 5,7%, em 2016 (FAO, 2018).

O *setor de insumos agrícolas* dobrou sua participação de 0,6% em 1996 para 1,3% em 2023 no PIB do Brasil, porém seu desempenho em termos de comércio internacional tem resultado líquido negativo. Os saldos positivos nos balanços comerciais de sementes e máquinas e implementos agrícolas são superados pelos resultados negativos encontrados nos segmentos de defensivos e fertilizantes.

O *setor de máquinas e implementos* tem apresentado saldos positivos no comércio exterior. Nos anos recentes, o valor das exportações ficou acima do dobro das importações de máquinas e implementos agrícolas.

O balanço comercial de *sementes* também apresenta resultados positivos nos últimos anos, porém em menor magnitude. Importações ficam, geralmente, pouco abaixo da metade do valor das exportações.

No *setor de fertilizantes* a realidade se mostra completamente diferente, o valor das importações superou largamente o das exportações. No período compreendido entre 2005 e 2014, por exemplo, o valor anual das exportações manteve-se inferior a US\$ 500 milhões, enquanto o valor médio das importações atingiu US\$ 7,6 bilhões.

No *setor de defensivos agrícolas*, o déficit do balanço comercial também é significativo. No período de 2011 a 2016, as importações, em média, superaram US\$ 2 bilhões, enquanto as exportações se mantiveram abaixo de US\$ 500 milhões, pior, com tendência de redução no período.

Dada a intensa publicidade com o *slogan* “agro é tech, agro é pop, agro é tudo” parece a economia brasileira ser só agro. É necessário desmistificar o agronegócio através de fatos e dados.

O superávit acumulado pelo setor agro nos últimos doze meses (até setembro de 2023) do balanço comercial brasileiro atingiu a marca de US\$ 145,48 bilhões, representando uma alta de 10,45% ante igual período anterior. Essa melhora é resultado tanto do aumento de 9,0% no valor acumulado das exportações quanto da queda de 2,5% no valor acumulado das importações do setor.

Em termos de participação, as *importações do agronegócio* representaram 6,74% do total importado pelo Brasil nos últimos doze meses, aumento de 0,34 ponto percentual (p.p.) ante igual período anterior. Já a participação do setor no total exportado entre outubro de 2022 e setembro de 2023 subiu 2,19 p.p. em comparação com igual período anterior, chegando a 48,59%.

Balança comercial: total, agronegócio e demais setores – acumulado em doze meses (setembro-outubro)

Setores	Exportações			Importações			Saldo	
	Out./2021 a Set./2022 (US\$ bilhões)	Out./2022 a Set./2023 (US\$ bilhões)	Variação (%)	Out./2021 a Set./2022 (US\$ bilhões)	Out./2022 a Set./2023 (US\$ bilhões)	Variação (%)	Out./2021 a Set./2022 (US\$ bilhões)	Out./2022 a Set./2023 (US\$ bilhões)
Total	320,83	333,83	4,1	268,44	248,47	-7,4	52,38	85,36
Agronegócio	148,87	162,21	9,0	17,17	16,74	-2,5	131,71	145,48
Demais bens	171,95	171,62	-0,2	251,27	231,73	-7,8	-79,32	-60,11
Participação do agronegócio (%)	46,40	48,59	-	6,40	6,74	-	-	-

Fonte: Comex Stat/Secint.

Elaboração: Coordenação de Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Dimac/Ipea.

Quanto às *importações de produtos do agronegócio*, trigo (US\$ 114,18 milhões), milho (US\$ 41,18 milhões), pescados (US\$ 91,26 milhões), malte (US\$ 65,46 milhões), borracha (US\$ 22,56 milhões) e arroz (US\$ 45,25 milhões) se mantiveram como os principais itens comercializados em setembro de 2023.

A alegação dos lobistas do agronegócio é no total de importações da Agropecuária ser bem inferior à da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação. No entanto, como já dito, os insumos agrícolas estão considerados dentro dessas importações industriais – e não na agropecuária.

A conclusão é não se deve tratar os interesses dos diversos setores produtivos como conflituosos, pois *eles se encadeiam em uma complexa rede de muitos componentes interativos*, inclusive internacionais. Especialmente, para fornecimento externo de

fertilizantes e defensivos agrícolas, é necessária uma intensa “diplomacia dos insumos”.

Com a quebra de cadeias globais de valor, tanto com desproporcionalidades nas cadeias produtivas, quanto com rupturas nas cadeias comerciais de transportes, como *containers* e portos insuficientes e desaparelhados para atender ao choque de demanda por produtos estrangeiros, ficaram evidentes certos limites na globalização durante a pandemia/o distanciamento social.

A *interdependência produtiva* foi muito além das fronteiras dos Estados nacionais. Mas percebeu-se as políticas públicas sempre serem muito necessárias, inclusive as de incentivo à substituição de importações de insumos estratégicos, como os agrícolas e os necessários para fabricação interna de vacinas.

Digitalização do Campo

Resumo aqui um estudo-de-caso interessante, publicado por Marcelo Toledo (FSP, 23/09/23), para indicar *o avanço tecnológico necessário (e em andamento) na zona rural brasileira*. Visa tornar totalmente conectada qualquer propriedade rural, mesmo distante dos grandes centros urbanos. O fazendeiro poderá ter acesso em tempo real a dados sobre a produção e o funcionamento das máquinas, monitorada por uma central.

Foi feita uma experiência com uma fazenda localizada em Água Boa (MT), município de 25 mil habitantes no Vale do Araguaia e distante 641 quilômetros da capital, Cuiabá. Tornou essa fazenda conectada.

Projetada por uma fabricante de máquinas agrícolas, surgiu com o objetivo de mostrar *as vantagens do uso total e online da tecnologia no campo*. Ainda não é possível na maior parte das propriedades rurais do país.

Na safra 2022/23, a conectividade total fez a produtividade de soja na fazenda de 3.200 hectares (equivalente a 4.481 campos de futebol) crescer 3,5% em relação a uma fazenda vizinha. Foi colocada como espécie de *placebo*, sem monitoramento de dados em tempo real, usada com a finalidade de comparar os resultados de tal

procedimento tecnológico. Tinha as mesmas condições de terra e microclima.

Implantado no segundo semestre de 2021, o projeto na fazenda foi desenvolvido pela fabricante Case em parceria com empresas como TIM, Nokia, Raven, FPT, Polaris e Stellantis. Consiste em aplicar todas as possibilidades tecnológicas disponíveis para permitir a lavoura ter maior produtividade.

Assim, a fazenda conectada mato-grossense:

1. utiliza em tempo real a *telemetria* nas dez máquinas disponíveis,
2. faz monitoramento de frota de forma integrada,
3. utiliza drones e
4. faz monitoramento meteorológico.

Com os recursos existentes nas máquinas, mas não utilizados pela maioria dos produtores do país pela *falta de conexão de internet*, os fazendeiros teriam maior precisão em suas lavouras. Na prática, significa *ganhar mais em menos tempo*.

A produtividade na fazenda vizinha subiu 0,8 saca por hectare entre as safras 2020/21 e 22/23, enquanto na unidade conectada o avanço foi de 3,15 por hectare, uma diferença de 2,35 sacas. Isso significa, na cotação de setembro de 2023, R\$ 329 de ganho por hectare.

Mais de 70% das propriedades rurais do país não têm acesso à internet, conforme a ConectarAgro. É uma associação criada por empresas ligadas ao setor com o *objetivo de difundir a conexão no campo*.

Por meio de uma antena 4G da TIM, ela opera a frequência de 700 MHz, disponível após o desligamento do sinal da TV analógica no país. As fazendas passaram a ser conectadas em 2019. Hoje são 14,4 milhões de hectares utilizando o sistema.

A fazenda Água Boa foi escolhida por ter histórico de produção superior à média brasileira. Permitiria mostrar, mesmo em uma

região já produzindo muito. seria possível melhorar com a conexão das máquinas.

Na propriedade modelo, a safra foi 7,4% superior à média regional, 7,6% acima do rendimento médio de Mato Grosso e 13,4% acima do rendimento médio do país.

Ficou demonstrado na experiência de campo a melhor eficiência agrícola e operacional, com redução de 5,7% de motor ocioso. Representa 30 horas. Graças à conectividade, é possível uma colheita menor em três dias.

Houve redução de 25% no consumo de combustível, em litros, por hectare, graças aos ajustes de rota nas lavouras e ao monitoramento *online*. Na safra toda, significou economia de R\$ 307.704 (51.284 litros) na fazenda.

A cada mil hectares, representa uma economia de R\$ 100 mil. Se Mato Grosso inteiro estivesse conectado, seria ganho total de R\$ 1,2 bilhão.

A partir dos resultados, a montadora tem a perspectiva de levar o sistema para outras regiões do país e para a Argentina, onde o grupo à qual a Case pertence (CNH Industrial) tem uma fábrica, em Córdoba.

Sem a conexão direta no campo, os produtores rurais só conseguem analisar os dados após descarregá-los em um pendrive. Só pode obtê-los com atraso, quando a máquina passar por algum lugar na zona rural, onde haja sinal.

Por conta desse problema na maior parte do país, máquinas saem de fábrica com um sistema capaz de armazenar ao menos 15 dias de dados. Não são só as destinadas à produção agrícola, mas também as de construção.

Em Contagem (MG), a *Case Construction*, ligada à construção civil da marca, mantém um centro de operações para atender seus clientes em tempo real, assim como na área agrícola. Dada essa dificuldade de conexão as máquinas, são produzidas com o *sistema de armazenamento*.

Uma das formas vistas pela *ConectarAgro* para acelerar a presença da internet no campo é usar recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). As empresas têm levado ao conselho gestor do fundo e a ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a proposta de o agro ser pujante, mas poderia ser ainda mais com a conectividade.

Um trabalho está sendo desenvolvido com a Universidade Federal de Viçosa. Quando concluído, mostrará um recorte da produtividade em Minas Gerais e poderá contribuir para destravar fundos do FUST.

Como vários outros projetos com o governo, é uma questão hoje muito mais de diálogo, com alguns projetos já acontecendo. Tenta manter esse canal aberto até o momento certo e a oportunidade certa para destravar algo possível de mudar a conectividade para o agro.

A conexão no campo não beneficia somente produtores rurais, mas também os moradores do entorno, porque a rede é aberta. No caso de Água Boa, foram atingidos 16 mil habitantes, 93 propriedades rurais e 21 escolas, segundo as empresas.

Recursos do FUST têm sido desejados por vários setores do governo, como a Educação. Pretende disponibilizar internet em 100% das escolas públicas do país, mas também na área social. Com isso, levará infraestrutura para áreas mais remotas do país e de menor potencial comercial para as operadoras.

Os cálculos da associação indicam a instalação de 3.000 a 4.000 torres mudariam o cenário da conectividade no agronegócio brasileiro. Hoje, poderiam ser totalmente viabilizados com os recursos no FUST.

A área social é um elemento importante dentro do programa da *ConectarAgro*. O impacto social será uma consequência do modelo econômico.

Capítulo 2. Indústria

Rigidez Produtiva e Importações no Brasil: 1995-2009

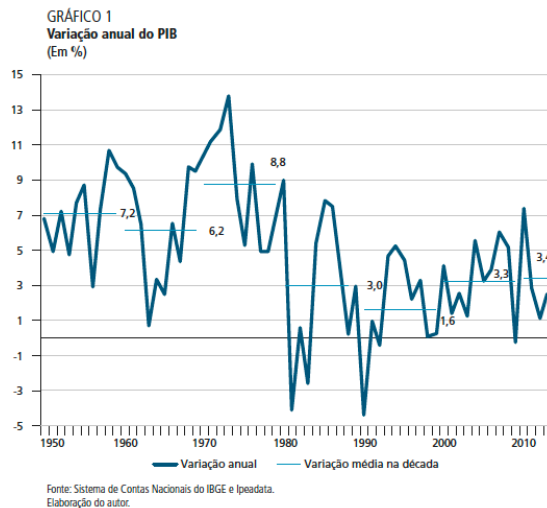
O livro *Dinâmica Macrossetorial Brasileira* foi organizado por Gabriel Coelho Squeff e Claudio Roberto Amitrano [et al.] (Brasília: Ipea, 2015). Interessou-me, para um panorama da história econômica recente, o capítulo inicial *Rigidez Produtiva e Importações no Brasil: 1995-2009* de autoria de Gabriel Coelho Squeff.

No início dos anos 1990, o governo brasileiro, submisso ao neoliberalismo do Consenso de Washington, adotou *um programa unilateral de liberalização comercial*. Caracterizou-se pela forte redução nas tarifas de importação e pela eliminação de barreiras não tarifárias.

As tarifas médias de importação totais caíram de 57,5%, em 1987, para 13,5%, em 1993, chegando a 10,7% em 2004. No caso da indústria de transformação, as tarifas médias passaram de 45,6%, em 1989, para 14,3%, em 1994, permanecendo neste patamar até 2003.

A implementação dessas medidas não implicou maiores taxas de crescimento econômico. Pelo contrário: o crescimento médio do PIB na década de 1990 foi de apenas 1,6% ao ano (a.a.), pouco mais da metade do verificado na década anterior (3% a.a.).

Não obstante uma leve elevação nos anos 2000 (3,3% a.a.), a taxa média de variação do PIB continua muito inferior à observada entre 1950 e 1970, conformando, na realidade, três décadas perdidas.



Apesar disso, economistas neoliberais “brigam contra os números”. Dizem a a abertura comercial ter contribuído positivamente para os dois principais motores do crescimento econômico: produtividade e investimento em capital físico. Defendem o baixo crescimento se dever a outros fatores, notadamente, o ambiente macroeconômico e a qualidade das instituições. Tudo de bom é responsabilidade do livre-mercado e de ruim é culpa do Estado!

Argumentam: muito possivelmente os ganhos teriam sido mais expressivos se o Brasil tivesse adotado políticas de liberalização comercial de maneira ainda mais pronunciada. Comparativamente a outros países, a participação do comércio exterior no PIB brasileiro ainda é pequena e a tarifa média de importações, em especial à relacionada aos bens de capital, é maior no Brasil diante da praticada em outros países, notadamente do Leste Asiático.

Esquecem-se da situação geoeconômica dos países abaixo da linha do Equador estar submissa ao contexto geopolítico do Império acima... Estão afastados das cadeias globais de valor, inclusive pelo custo de transporte mais elevado e o não domínio tecnológico de indústria com requisito de alta intensidade.

Os desenvolvimentistas alegam, pelo contrário, essas medidas de liberalização comercial ensejaram um *padrão de especialização produtiva*. Melhorou o balanço comercial e piorou o balanço de transações correntes com a remessas de lucros e juros, fora os pagamentos de outros serviços aos estrangeiros.

Eles identificam um crescimento muito forte da elasticidade-renda das importações a partir de 1994. A razão entre a elasticidade-renda das exportações e elasticidade-renda das importações, contribuiu para um crescimento compatível com o equilíbrio externo de 7% entre 1931-1993 e 1,3% entre 1994-2004, explicando a enorme perda de dinamismo do crescimento brasileiro.

Entre 2003 e 2008, o crescimento do PIB foi de 4,2% a.a.. Representou *um miniciclo de crescimento*, não observado desde os anos 1980. Ocorreu concomitantemente ao forte crescimento das importações de 12,3% a.a. suportado pelas exportações, devido à “bolha de *commodities*”, inflada pela demanda externa chinesa.

O objetivo deste capítulo, escrito por Gabriel Coelho Squeff, é discutir o papel desempenhado pelas importações nas estruturas de oferta e demanda brasileiras entre 1995 e 2009.

Embora as importações não respondam por uma grande parcela da oferta agregada, houve um inequívoco aumento de participação das compras externas, sendo a maior parte deste fenômeno verificada no período de baixo crescimento (1995-2002). Com efeito, a parcela de importações da oferta agregada passa de 5,1%, em 1995, para 6,8%, em 2002, e atinge 7,1%, em 2008. Por conta dos efeitos da crise financeira internacional, deflagrada nos Estados Unidos, há uma forte queda, em 2009, para 6,2%.

A relevância das importações foi muito maior na explicação da oferta total de alguns produtos, notadamente da *indústria de transformação*, cuja elevada participação importada na oferta total cresceu consideravelmente no período. Exceção feita à indústria de transformação de baixa intensidade tecnológica (IT), na qual houve ligeira queda, nos demais produtos manufaturados houve forte crescimento do *share* de importações, sendo o caso mais notório os produtos da indústria de transformação de alta IT, cuja elevada participação foi além do dobro entre 1995 e 2008, passando de 17,2% para 34,8%.

Em contrapartida, os produtos agropecuários e da indústria extrativa apresentaram redução da participação importada na oferta total de 1995 a 2009, respectivamente, a agropecuária de 4,6% para 2,5% e extrativa de 23,9% a 19,8%. Ao contrário do verificado para os demais produtos, esta tendência ocorreu de maneira mais ou

menos homogênea, tanto no período 1995-2002, quanto no período de maior crescimento (2003-2008).

Entre 1996 e 2009, a produção doméstica dos manufaturados de média-baixa, média-alta e alta IT variou em termos reais apenas +1,4%, +2,3% e +0,3% a.a., respectivamente. Logo, *coube às importações o papel principal de suprimento da oferta*: crescimento real de 4,2% a.a. dos bens de média-baixa IT; de 5,3% a.a. dos bens de média-alta IT; e de 8,8% a.a. dos bens de alta IT. Este processo ocorreu a despeito de uma evolução favorável nos preços destes produtos.

De acordo com o dito no meu livro *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* (2023), nesse mesmo período as taxas de crescimento reais da produção doméstica dos serviços foram mais elevadas diante das observadas para os bens industriais. Além disso, observou-se um forte crescimento dos preços e do quantum produzido localmente dos bens agropecuários e extrativos entre 1996 e 2009, levando ao aumento da parcela doméstica desses produtos na oferta total.

Houve forte crescimento real da oferta de bens manufaturados de média-alta (+6,2% a.a.) e alta IT (+5,2% a.a.). A despeito de terem sido verificadas taxas significativas de crescimento da quantidade produzida domesticamente, *as importações mais uma vez responderam pela dinâmica da oferta total*, com taxas de variação de duas a três vezes maiores diante das verificadas na produção doméstica.

A taxa média de crescimento nos anos 1990 (1,6% a.a.) e na primeira década dos 2000 (3,3%) foi da mesma ou menor magnitude diante da verificada nos anos 1980 (3% a.a.). Na realidade, diante da fase de indústria nascente com elevado crescimento, seriam *todas as posteriores décadas perdidas*.

Entre 2003 e 2008, houve um breve interregno nessa *trajetória de baixo dinamismo*, porque a variação média do PIB no período foi 4,2% a.a.. Foi um miniciclo de crescimento não observado desde a década de 1980. Em paralelo, houve um forte crescimento das importações de 12,3% a.a.

Ao subdividir este recorte temporal em período de baixo crescimento (1995-2002) e período de maior crescimento (2003-2008), constatou-se *impactos diferenciados das importações* sobre as estruturas de oferta de demanda.

Com relação à oferta, verificou-se a participação das importações na oferta total agregada ter crescido notadamente no período de baixo crescimento. Com a demanda inelástica, este crescimento foi ainda maior em alguns produtos, especificamente os manufatureiros. Nos produtos de alta intensidade tecnológica, a participação importada passou de 17,2% para 34,8% entre 1995 e 2008.

Squeff inferiu a existência de uma *elevada rigidez na estrutura de produção doméstica* do país, haja vista a forte associação entre as importações e o crescimento do PIB. Quando o preço das compras externas foi elevado, a economia cresceu pouco. Quando os preços das importações caíram sensivelmente vis-à-vis a produção doméstica, a economia apresentou taxas de crescimento mais elevadas.

Quanto à demanda total, optou por analisar o componente doméstico e importado de seus dois principais elementos, quais sejam, o consumo intermediário (CI) e a demanda final. Em termos agregados, a participação do CI importado no CI total cresceu quase 50% entre 1995 e 2008, passando de 7,5% para 11,1%, dinâmica ocorrida inteiramente no período de baixo crescimento (1996-2002).

Com relação aos produtos, novamente foram verificadas tendências distintas e predominantemente de aumento de participação importada. Tomando o caso dos manufaturados de alta IT, tem-se um quadro alarmante: *a participação importada no CI total passa de 17,9% para 60,9% entre 1995 e 2008!*

Constatou um fato extremamente preocupante: o consumo intermediário brasileiro está sendo cada vez mais atendido por importações. Este processo não culminou na obtenção de taxas de crescimento do produto mais elevadas...

As políticas de liberalização comercial no Brasil foram, em larga medida, nocivas ao crescimento econômico.

Em um primeiro momento, houve substituição do CI anteriormente atendido pelo mercado doméstico por CI importado. Além disso, o aumento da parcela de CI importado no CI total implicou na perda de densidade em algumas cadeias produtivas, explicando a rigidez da oferta doméstica em atender à expansão da demanda.

Esta interpretação é válida tanto para o agregado, quanto para diversos produtos, sobretudo manufatureiros. A participação deles nas importações cresceu vertiginosamente.

Ficou evidente, segundo Squeff (2015), a fragilidade desse arranjo.

Por um lado, a estrutura de oferta está calcada nas importações. Daí a obtenção de taxas mais elevadas de crescimento econômico está, necessariamente, condicionada ao desempenho externo – *o crescimento do PIB depende, em larga medida, de variáveis exógenas à política econômica doméstica.*

Por outro, a *reconstrução dos elos na cadeia produtiva* requer uma análise acurada de quais encadeamentos podem e devem ser reestruturados. Para tanto, cabe a adoção de *políticas de desenvolvimento produtivo*, considerando as especificidades citadas.

Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento

O livro *Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento* (Brasília: Ipea, 2017) tem como organizadores Ivan Tiago Machado Oliveira, Flávio Lyrio Carneiro, Edison Benedito da Silva Filho.

A *globalização econômica* e a *interdependência política* foram duas dimensões marcantes da ordem internacional nas três últimas décadas. Esses dois fenômenos convergiram, na virada do século XXI, para a prevalência de regimes políticos neoliberais e estratégias econômicas pautadas pela liberalização comercial.

Essa onda neoliberal passou a ser questionada após a Grande Crise Financeira (GCF) mundial, iniciada em 2008, em consequência dos efeitos negativos sobre o emprego industrial e o crescimento da

desigualdade nos países desenvolvidos. Houve nova emergência do populismo da extrema-direita como um *neofascismo* eleito.

As tendências de fragmentação das cadeias produtivas e integração financeira dos países e a relevância cada vez maior do setor de serviços nas economias ocidentais concorrem para a consolidação de determinado comércio internacional. Dá-se em torno dos padrões de produção e consumo estabelecidos pelas chamadas *Cadeias Globais de Valor* (CGVs) – objeto do citado livro.

Anteriormente, a trajetória de inserção econômica internacional do Brasil foi marcada pelo *modelo de substituição de importações*, no qual, apesar dos efeitos positivos sobre a diversificação de seu parque industrial, pouca atenção dedicou à eficiência produtiva doméstica e à competitividade das empresas nacionais no exterior. Os resultados foram igualmente decepcionantes em termos de ganhos de produtividade.

A análise da experiência bem-sucedida das economias do Leste Asiático em alcançar a liderança produtiva em diversos segmentos industriais de elevada complexidade tecnológica revela a importância de *se conjugar o engajamento comercial com estratégias pragmáticas e flexíveis de política industrial*. Muitas empresas desses países encontram-se hoje em posições de liderança incontestada ou destaque cada vez maior nas CGVs. O estudo de suas *trajetórias de aprendizado e conquista de novos mercados* constitui uma referência essencial.

Este livro propõe-se a qualificar e atualizar o debate sobre as características e a evolução de algumas das principais CGVs do setor industrial e de serviços. Busca construir uma nova agenda de políticas públicas voltadas ao aprofundamento da inserção econômica internacional do Brasil.

Conceitos Básicos de Cadeias Globais de Valor (CGVs)

As economias estão cada vez mais interligadas por complexos e intrincados canais de transmissão muito além do simples fluxo de comércio de bens. A alocação dos recursos e a formação de preços internos de bens e serviços são cada vez mais influenciadas, direta ou

indiretamente, por *fatores econômicos, financeiros, políticos e regulatórios internacionais*, e até mesmo as economias mais fechadas (como a brasileira) estão sujeitas a essas forças.

Um dos aspectos mais marcantes dessa interdependência é a *transformação do padrão do comércio*. Está caracterizado pelo comércio de bens e serviços intermediários em torno de sistemas produtivos fragmentados espalhados pelo planeta. Passou a ser conhecido como Cadeias Globais de Valor (CGVs).

As CGVs estão associadas a:

1. as mudanças tecnológicas, gerenciais, regulatórias e financeiras,
2. a crescente consolidação dos mercados e
3. o protagonismo das empresas multinacionais na gestão da produção, na alocação de recursos e na geografia global dos investimentos.

A interdependência ensina mudanças no padrão de comércio e na governança da produção não são neutras e afetam toda a economia. Na Era da Globalização da Produção, o importante não é apenas participar, mas também *como participar da economia global*: custos de produção estão perdendo influência como fator determinante de competitividade internacional.

Qual padrão de crescimento perseguir?

Qual inserção internacional deve-se buscar?

Quais são os requerimentos produtivos para se otimizar as chances de inserção?

Quais regras devem orientar as relações econômicas entre países e entre empresas?

Os condutores das políticas públicas, inclusive congressistas, estão, finalmente, mostrando-se dispostos a integrar a economia brasileira mais à global. Ela, uma das mais fechadas do mundo, em termos de fluxos comerciais/PIB, está marginalizada nas CGVs e delas participa, notadamente, com *commodities* e outros bens de

baixo valor adicionado, os quais custam muito em termos de perspectivas econômicas para as empresas e o país.

A indústria brasileira passa por profunda crise. Com isso, está sendo superado o grandioso projeto de industrialização do país, levado a cabo na segunda metade do século XX. Havia o mito do produto “genuinamente nacional”, elaborado inteiramente em solo pátrio, como resultado de esforço e engenho brasileiro.

Hoje, a meta é a construção de cadeias produtivas integradas internacionalmente. *Cada etapa é realizada onde é mais eficiente fazê-lo*, desde a concepção e o *design*, passando tanto pela produção de partes quanto de peças e componentes, até a montagem final – e inclui aí todos os serviços (financeiros, jurídicos ou de logística, por exemplo) necessários para seu funcionamento.

O conceito de Cadeias Globais de Valor (CGVs) busca captar o fato de o conjunto de etapas ou atividades componentes de um dado processo de produção de um bem ou serviço está sendo “fatiado” e disperso ao redor do planeta.

A existência de redes internacionais de produção não é um fenômeno novo, mas ao menos dois fatores a distinguem:

1. a escala na qual ocorre essa nova divisão internacional do trabalho e o crescimento do volume de comércio internacional;
2. a fragmentação internacional dos processos produtivos aprofundada de maneira inédita.

Atualmente, tarefas muito específicas, até recentemente realizadas lado a lado, são realocadas e transferidas para lugares distantes uma da outra, graças a avanços tecnológicos, logísticos e institucionais.

O processo de fragmentação internacional da produção culmina na estruturação desta em CGVs. Possui profundas implicações sobre a capacidade de ação estatal com vistas ao desenvolvimento econômico e subverte boa parte dos instrumentos tradicionais de políticas comercial e industrial.

Há três conceitos centrais na análise de CGVs:

1. o *upgrading*, isto é, a evolução de uma firma ou país participante de uma CGV em direção a elos mais elevados ou “nobres” dentro da cadeia,
2. a *governança* ou a estrutura de relações entre os participantes, determinante de como funciona a cadeia, e
3. o *papel das políticas governamentais* voltadas ao *upgrading*.

Cadeia Regional de Valor: CRV em vez de CGV

As CGVs estão associadas às mudanças tecnológicas, gerenciais, regulatórias e financeiras, mas, também, à crescente consolidação dos mercados e ao protagonismo das empresas multinacionais na gestão da produção, na alocação de recursos e na geografia global dos investimentos. Há o peso da geografia na constituição de cadeias de valor e mostra esse ser *um fenômeno mais regional em lugar global*.

A geografia é uma dimensão a não ser ignorada quando se trata de identificar políticas e estratégias pró-integração a cadeias internacionais de valor. Enquanto a especialização e a possibilidade de fragmentação dependem das características setoriais, a *decisão de localização e distribuição geográfica do processo produtivo* é influenciada por:

1. os *custos de produção e comércio*,
2. o *tamanho do mercado local ou regional* e
3. a *proximidade com mercados com consumidores de renda elevada*.

As cadeias globais não são distribuídas uniformemente pelo mundo. As cadeias de valor são mais um fenômeno regional em lugar de ser global. Todo o comércio internacional é bastante regionalizado, mas o comércio em cadeias de valor o é ainda mais.

Três características emergem da análise da matriz de comércio das cadeias de valor:

- i) as cadeias de valor não são globais, e sim regionais;

- ii) a matriz é muito esparsa porque poucos fluxos são relevantes em escala global; e
- iii) os Estados Unidos, a China, a Alemanha e o Japão dominam o comércio das cadeias em âmbito global.

Quando se calcula o *valor agregado estrangeiro* nas exportações de cada região, os países da Europa exibem o maior, seguidos pela Ásia-Pacífico e pela América do Norte. A América Latina vem em último lugar.

Entretanto, para mostrar a importância do viés regional na organização das cadeias, calcula-se a contribuição regional para o valor adicionado estrangeiro de cada região. Constata-se, na Europa, 51% do valor agregado estrangeiro tem origem na região. Esses percentuais são de 47% na Ásia-Pacífico e de 43% na América do Norte. Na América Latina, a participação da região no valor agregado estrangeiro é de apenas 27%.

Os blocos regionais de comércio, formados por países vizinhos com mercados expressivos, explicam... ou não? Os custos de deslocamento (transporte) e as políticas comerciais são variáveis decisivas.

Apesar do claro viés regional, existem cadeias organizadas realmente em âmbito global. Têm firmas de diferentes regiões do mundo interagindo entre si.

Contudo, existe evidência empírica de a maior parte dos fluxos de comércio das cadeias de valor estar concentrada no âmbito regional. Os *custos de transporte* são a razão mais óbvia para a regionalização do comércio nas cadeias de valor.

Os *acordos firmados pelos países asiáticos* caracterizam-se pelo pragmatismo e pela simplicidade. Foram moldados pelo interesse em facilitar a divisão do trabalho e a distribuição de tarefas entre países vizinhos.

A *expansão da União Europeia para os países do Leste Europeu* é também um bom exemplo de como os arranjos de política comercial propiciam um ambiente favorável ao desenvolvimento de cadeias de valor.

Além do caráter marcadamente regional, as cadeias de valor também se caracterizam por relações do tipo *hub-and-spoke* em torno dos quatro grandes gigantes da indústria mundial: Estados Unidos, Alemanha, China e Japão. Cada um desses países exerce a função de *hub* na organização da fragmentação da produção com firmas de sua vizinhança geográfica.

Há *assimetria tecnológica* nas redes internacionais de produção entre as *economias headquarter* e as *economias fábricas*. As firmas nas *economias headquarter* coordenam as redes de produção direta ou indiretamente, enquanto as *economias fábricas* buscam atrair investimentos e empregos.

A Coreia teria transitado *de economia fábrica para economia headquarter*. O México permanece como *economia fábrica*...

Esses dois componentes configuram um modelo onde as cadeias são eminentemente um fenômeno regional, organizado em torno de países atuantes como *hubs*. Eles organizam a produção na região.

A principal mudança da nova onda de globalização, com o compartilhamento do processo produtivo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, foi *a transferência de tecnologia e know-how*. Portanto, a nova configuração é reflexo de um sistema de produção no qual cresce *o comércio de produtos intermediários* e se intensifica *a mobilidade de know-how*.

Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística na Economia Mundial

O capítulo *A Dinâmica e o Funcionamento da Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística na Economia Mundial* tem como autor Uallace Moreira Lima. Suas Considerações Finais o resume bem.

A indústria automobilística nacional iniciou os anos 1990 enfrentando sérios problemas de competitividade em relação ao padrão internacional. A fabricação era fortemente baseada na produção em massa, com altos níveis de estoque e retrabalho pós-linha, além da produção ter baixa economia de escala.

Tudo isso levava a produtividade e a qualidade dos veículos nacionais serem extremamente baixas. As defasagens tecnológicas e o treinamento da mão de obra eram os principais fatores geradores desses problemas.

Apesar dos esforços para a modernização, nos anos 1980, foram obstáculos para o sucesso das novas formas de organização da produção e do trabalho:

1. os baixos índices de robotização e de automação,
2. o baixo nível da educação básica da força de trabalho,
3. a alta hierarquização dentro das empresas,
4. a falta de confiança entre os operadores e
5. a gerência e a ausência de trabalho em grupo.

Esse quadro distanciava a brasileira das novas estratégias da indústria automobilística com as transformações provocadas pelo processo de aprofundamento das CGVs.

Houve um amplo processo de transformações da indústria automobilística, nos anos 1990, com as reformas econômicas locais, especialmente a *abertura comercial*, levando as empresas instaladas no país a se adaptarem aos novos contornos e circunstâncias econômicas e institucionais. Estas reformas aconteceram junto ao *processo de globalização e reestruturação da indústria automobilística mundial*.

As mudanças ocorridas na indústria automobilística durante os anos 1990 estiveram associadas ao acirramento da concorrência e à saturação dos mercados dos países desenvolvidos. Culminaram no aumento da capacidade ociosa e na queda da rentabilidade do setor.

Esses fatores geraram uma *reestruturação produtiva* caracterizada pelos seguintes fatos:

- i) intensa globalização desta indústria, com aumento dos fluxos de IDEs;
- ii) aumento da concentração produtiva, especialmente via F&A; e

- iii) esforços em termos de desenvolvimento de produto, com o objetivo de dinamizar a demanda.

Em 1996, o governo brasileiro anunciou o Regime Automotivo Brasileiro (RAB). Tinha uma ampla oferta de benefícios e incentivos fiscais às *newcomers*, cujo objetivo principal era ampliar e modernizar a capacidade instalada para, no momento subsequente, alavancar as exportações e fazer do setor um instrumento de captação de recursos externos.

Entre os objetivos e as metas estabelecidos pelo RAB constavam atrair investimentos para o setor e estimular a exportação de autoveículos e autopeças. Aumentou a produção de autoveículos de 1,8 milhão para 2,5 milhões até 2000.

Os resultados das indústrias de autoveículos e de autopeças ficaram abaixo do esperado após a implementação do regime, devido ao baixo crescimento econômico interno e às crises externas (Ásia, Rússia, Argentina) no fim dos anos 1990 e início do novo milênio. Entretanto, ambos os setores apresentaram indicadores de uma maior inserção externa, tanto do ponto de vista das exportações quanto das importações.

Esse processo de internacionalização na *indústria de autopeças* esteve associado a *uma elevada desnacionalização do setor*, passando a ser dominado por empresas estrangeiras.

Naquela década, a abertura comercial promoveu uma mudança estrutural no comércio exterior do país. O aumento das importações, em todo o período, foi muito superior ao aumento das exportações e, especificamente no caso da indústria automobilística, esse aspecto pode ser verificado por meio da *maior participação das importações nas vendas domésticas* diante os níveis anteriores a 1991. Nem mesmo o aumento das tarifas de importação em 1995 ou a desvalorização cambial em 1999 reverteram esse processo.

Uma das principais fragilidades do RAB constitui-se em não estar articulado com um projeto de longo prazo de modo a promover transformações estruturais. A ignorância predominante no país – de alto a baixo – impediu a implementação de políticas para promover o desenvolvimento de P&D e C&T internamente.

Apesar desse atraso, a dinâmica da indústria automobilística no Brasil, a partir dos anos 2000, tornou-se substancialmente diferente daquela do início da década anterior. Houve:

1. um crescimento da capacidade instalada de produção,
2. a produtividade aumentou com investimentos em tecnologias de processos e produtos,
3. os custos das montadoras reduziram-se com a abertura à concorrência externa no setor de autopeças,
4. os veículos produzidos tornaram-se tecnologicamente mais avançados com melhorias na qualidade e nos preços, e
5. a especialização da indústria nos segmentos de carros populares garantiu escala eficiente por planta ser atingida na manufatura.

Os investimentos realizados pelo setor estavam longe de ser compatíveis com o faturamento alcançado. Logo, o Brasil exercia um papel de ator coadjuvante no processo de expansão dos investimentos da indústria automobilística em outras regiões.

O mercado interno continuava sendo a principal variável para direcionar os investimentos e a produção da indústria automobilística, com uma baixa inserção no mercado externo do ponto de vista das exportações. Predominava uma considerável importação de autoveículos, para a elite comprar.

A contração ou o crescimento das importações de autoveículos estava mais associada a um cenário conjuntural de crescimento econômico e taxa de câmbio favorável às importações em lugar de alguma mudança estrutural para um “processo de substituição competitiva de importações”.

O processo de abertura da economia brasileira propiciou uma maior internacionalização do setor. Os modelos produzidos no Brasil atendiam a um mercado “popular” restrito e exclusivo, com baixa tecnologia embarcada. Isso apesar de os preços dos veículos no país serem um dos mais altos do mundo, devido à elevada carga tributária, supostamente taxando “um produto de luxo consumido

pela elite”, impedindo o país ser competitivo no mercado internacional desse setor.

Nos anos 2000, no setor de autopeças no Brasil, ainda predominava fortemente a presença de empresas estrangeiras. Era um setor fortemente dependente da dinâmica da produção da indústria de autoveículos, ou seja, das montadoras instaladas no país.

Essas empresas estrangeiras tinham maior capacidade de inserção internacional diante das empresas nacionais. A estratégia dessas era focada no mercado interno e altamente dependente das empresas de autoveículos.

Em síntese, partir dos anos 1990, o Brasil ampliou seu processo de abertura econômica, levando em consideração particularmente a indústria automobilística, ampliando as relações entre montadoras e fornecedores na economia mundial como estratégia de fortalecimento das empresas automobilísticas e sua inserção na CGVs. Entretanto, essa indústria automobilística não teve uma inserção externa mais competitiva, ampliando a participação das exportações como destino da produção e reduzindo a forte dependência em relação ao mercado interno.

Transição da Indústria Automotiva Brasileira

Em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) apresentou um estudo sobre *a transição pela qual passa a indústria automotiva brasileira*. O objetivo foi identificar os desafios pelos quais a indústria deve passar para contribuir com uma mobilidade inclusiva e de baixas emissões, conservando, criando e melhorando empregos, bem como mantendo e desenvolvendo a capacidade de produção nacional.

O estudo foi realizado no período de janeiro a março de 2021, por meio de pesquisa documental e de entrevistas com representantes-chave do setor, incluindo diversos segmentos da indústria automobilística, da indústria de equipamentos e serviços de transporte público, gestores públicos da mobilidade urbana, trabalhadores, pesquisadores, ONGs e jornalistas especializados. A primeira parte do documento traz uma breve caracterização da indústria automobilística brasileira. Vou resumi-la.

A indústria automobilística é caracterizada pela atuação de grupos econômicos de grande porte. Concentram a produção mundial em poucas montadoras.

O setor apresenta altos e constantes investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos, propaganda e infraestrutura produtiva e tem a *economia de escala* como sua principal e emblemática estratégia. Em sua grande maioria, as empresas são transnacionais.

Operam em escala global ou no atendimento de regiões de países. A fabricação é comumente distribuída internacionalmente, de maneira a atender aos diversos mercados finais e às necessidades de filiais.

O sistema de produção de veículos automotores passou por grandes transformações, desde os anos 2000, caracterizado pela criação de condomínios e consórcios industriais. Reúnem fornecedores de peças e montadoras de veículos, com produção enxuta, modularizada e flexível, representando a passagem do "Fordismo" para o "Toyotismo".

Pode ser observada *uma organização da produção em níveis*: as montadoras transferem para fornecedores de primeiro, segundo e terceiro níveis a responsabilidade pelo fornecimento de peças e componentes para a montagem dos veículos.

Outro aspecto destacado é a *globalização da cadeia de suprimentos*, com maior integração entre países e dois tipos de estratégia:

- a primeira, conhecida como *follow sourcing*, incentiva os fornecedores a instalarem suas unidades produtivas próximo às unidades montadoras;
- a segunda é o *carry over*, quando o mesmo projeto é usado em diversos países com fornecedores distribuídos no globo.

O nível 1º e parte do nível 2º são formados por fornecedores multinacionais. Por sua vez, o nível 3º, geralmente de peças de menor valor e conhecimento agregado, é formado por empresas nacionais de pequeno e médio porte.

Desde o início na década de 1950, a indústria de veículos e equipamentos de transporte foi desenvolvida e estruturada com grande capacidade de produção. Diferentemente de muitos países da América Latina, o Brasil é atendido por fábricas localmente instaladas, apesar de a quase totalidade das empresas constituírem filiais de montadoras com sede no hemisfério norte.

O país conta com 26 fabricantes de veículos automotores rodoviários. Entre esses, 23 produzem veículos para o transporte de passageiros (três fabricantes são responsáveis exclusivamente pela produção máquinas agrícolas).

Atualmente, apenas seis fabricantes produzem chassis de ônibus (CNH-Iveco, Volvo, Scania, Agrale, Man Volkswagen e Mercedes), sendo a Agrale a única empresa com matriz no Brasil.

No período entre os anos 2000 e 2013, o Brasil aumentou sua capacidade instalada de produção de veículos, inclusive com a entrada de novas montadoras, e registrou grande aumento de produção de veículos novos, saindo de 1,3 milhão de unidades por ano para cerca de 3 milhões, chegando a ser *o sexto maior produtor mundial em 2009*.

Nesse mesmo período, houve também aumento do registro de veículos novos. Somados os importados, culminou no quarto maior mercado consumidor do mundo em 2013.

Desde então, os licenciamentos de novos automóveis arrefeceram em virtude da desaceleração da renda. Com a pandemia de covid-19, o ano de 2020 intensificou a trajetória de queda na produção brasileira.

Em 2021, a indústria apenas operou com cerca de 50% da sua capacidade instalada (da ordem de 5 milhões de automóveis/ano) para atender à demanda estimada de novos veículos.

Assim como outros países, o Brasil experimentava um momento de grande capacidade ociosa na indústria automobilística. Começou a gerar fechamento de outras linhas de produção no curto prazo, além dos casos confirmados da Mercedes, Audi e Ford.

O anúncio do encerramento das atividades de produção da Ford no país foi a mudança de estratégia de maior repercussão na imprensa e nos meios políticos. Em nota à imprensa, divulgada no dia 11 de janeiro de 2021, a Ford anunciou não apenas o encerramento da produção de veículos no Brasil, como também o atendimento do mercado por meio de importações, incluindo SUVs, picapes e veículos comerciais, produzidos principalmente na Argentina e no Uruguai.

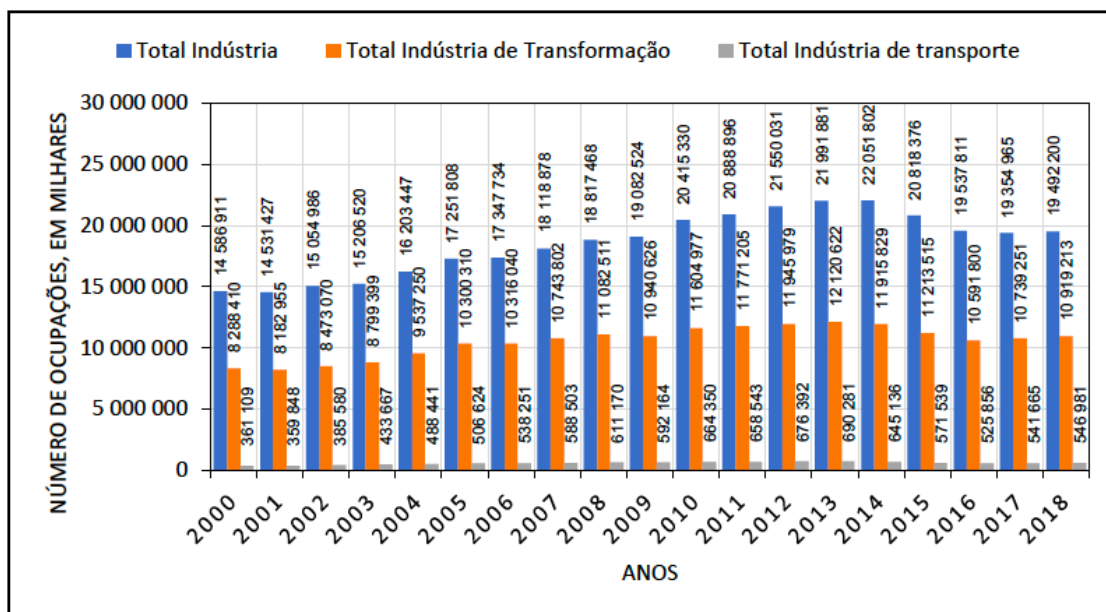
As mudanças estavam alinhadas com a estratégia global de “expansão de serviços conectados e de novas tecnologias autônomas e de eletrificação nos mercados da América do Sul”. Incluía o lançamento de um veículo híbrido “plug-in”, bem como o investimento para atingir “uma margem corporativa EBIT5 de 8% e gerando um forte e sustentável fluxo de caixa”.

O reajuste de preços foi adotado por muitas montadoras no Brasil ao longo de 2020 como forma de aumentar a lucratividade. A compra de carros “zero km” passou a ser “coisa de novo-rico”...

O segmento da indústria de transporte tem uma participação importante na geração de empregos e no PIB industrial no Brasil, apesar de tal participação estar diminuindo nos últimos anos. A indústria como um todo (transformação, extrativista e construção civil) participou com 19,5 milhões de ocupações em 2018, ano no qual o setor agropecuário gerou 13,4 milhões de ocupações e o setor de serviços, 71,5 milhões.

Quando se observam apenas as atividades da indústria de transformação, na qual está inserida a indústria de transporte (automobilística, ônibus, caminhões e outros equipamentos), nota-se o setor de transporte ter sido responsável pela geração de quase 547 mil ocupações de trabalho em 2018, respondendo por 1,42% dos empregos com todos os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil. A evolução das ocupações geradas no período de 2000 a 2018 pode ser observada no Gráfico 3.

Gráfico 3. Total de ocupações na indústria segundo as atividades (2000-2018)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais>. Acesso em: 21 maio 2021.

As ocupações da Indústria de Transporte, segundo os dados do IBGE em 2018, são divididas em "Automóveis, caminhonetas e ônibus" (160.623 ocupações), "peças e acessórios para veículos automotores" (305.030 ocupações) e "outros equipamentos de transporte" (81.368 ocupações). O máximo foi alcançado em 2013 com, respectivamente, 209 mil, 347 mil e 134 mil. Como visto no gráfico anterior, a ocupação na indústria de transporte caiu de 690 mil empregos em 2013 para 545 mil em 2018.

O Brasil tem também um forte parque industrial fornecedor de autopeças. O relatório de 2020 do Sindipeças, principal associação do setor, registrou 592 empresas associadas em 2019, contabilizando um total de 167.014 empregos formais nas associadas. Esse número representou uma queda de 4,5% sobre 2018.

A ANFAVEA, por sua vez, estima cada posto de trabalho nas montadoras de veículos e máquinas gerar *oito empregos na cadeia produtiva*, envolvendo setores como borracha, metal, vidros e comercialização. Segundo dados no Anuário de 2020 da entidade, o setor empregou 1,3 milhão de trabalhadores entre postos de trabalho diretos e indiretos em 2019.

A indústria de forma geral e, em específico, a de transformação, na qual está inserida a indústria de transporte, perdeu participação no PIB brasileiro de 2000 a 2022. O pico de participação da indústria geral e da transformação se deu em 2005, com 28,5% e 17,4%, respectivamente, e a menor participação da indústria geral ocorreu em 2017, com 21,1% e da transformação em 2019 com 12%.

Em se tratando do segmento da indústria de automóveis caminhonetas, caminhões e ônibus, sua participação no PIB brasileiro também tem sido cada vez menor quando se analisa o mesmo período. É possível observar um pico em 2008, quando a participação desses itens chegou a 1,1% do PIB do país, caindo para 0,3% em 2018.

A indústria de transporte é caracterizada pelo elevado e constante investimento na Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos. Pressupõe resultar em postos de trabalho qualificados e alta agregação de valor a esses produtos.

O tamanho do mercado interno no Brasil permitiria a implantação de políticas industriais impossíveis em um país com renda menor, como o estabelecimento de regras de conteúdo local e os incentivos fiscais. Dado o mito de sua importância para o PIB e a criação de empregos qualificados, devido ao forte lobby de associações patronais e sindicatos trabalhistas, o setor tem sido alvo de políticas próprias e de abrangência nacional nas últimas décadas, conhecidas como *regimes automotivos*. Contam com desoneração de impostos, principalmente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de responsabilidade do Governo Federal.

A desoneração fiscal para a indústria automobilística tem sido objeto de discussão e crítica há muitos anos no Brasil, principalmente por ser um setor de produtos com valor elevado, direcionado às parcelas de maior renda da população. Além disso, acontece inclusive em períodos de venda elevada de veículos – e não apenas em momentos de crises econômicas.

Em contraponto, a ANFAVEA divulgou, em fevereiro de 2021, uma breve apresentação intitulada “Carga Tributária x Incentivos”. Argumenta o setor ser um dos que mais arrecadam impostos no país e, proporcionalmente, com a menor desoneração tributária, também denominada “gasto tributário”.

Nesse caso, corresponde à redução dos impostos por conta de políticas setoriais ou regionais de estímulo à industrialização ou a investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. No período de 2011 a 2017, o setor proporcionou uma arrecadação da ordem de R\$ 292 bilhões e a desoneração foi da ordem de R\$ 25 bilhões.

Assim, o setor apresentou, segundo a ANFAVEA, a melhor relação entre todos os setores da economia, com R\$ 11,1 arrecadados para cada R\$ 1 desonerado pelo governo.

A implementação dos regimes automotivos, associada com outros incentivos, como a concessão de empréstimos em bancos públicos, a doação de áreas para implantação das montadoras pelas administrações municipais e a redução de impostos estaduais, não é consenso entre vários segmentos que acompanham o setor.

Segundo meus colegas do IE-UNICAMP, Sarti e Borghi (2015): “de 2008, quando se inicia a crise financeira internacional, até 2014, as remessas de lucro e dividendos atingiram o patamar de US\$ 24,6 bilhões, enquanto os novos fluxos de investimentos externos realizados pelas montadoras foram de apenas US\$ 11 bilhões. Enquanto promoviam uma elevada remessa de lucros e dividendos para suas corporações, as empresas automobilísticas tomaram volumosos empréstimos a taxas bastante favoráveis no BNDES para financiar seus investimentos. Embora a participação do setor automobilístico no total dos desembolsos do BNDES tenha se reduzido no período de 2008 a 2014, as montadoras obtiveram empréstimos da ordem de R\$ 37,8 bilhões, equivalente a US\$ 20 bilhões”.

O período de 2000 a 2013 foi de crescimento expressivo de vendas no setor automobilístico no Brasil, resultado de uma combinação entre a melhoria de condições macroeconômicas, mudanças no mercado de trabalho e nas condições de crédito, aumento de renda e incentivos à indústria. Houve investimentos na ampliação da produção, resultando, em anos recentes, na capacidade instalada de 5 milhões de automóveis para apenas 2,4 milhões produzidos. Confira o mapa abaixo.

Até uma década atrás, o mercado interno era suficiente para a indústria automobilística manter a atividade no Brasil. Não havia

necessidade de grandes esforços para exportar. A demanda nos países vizinhos era garantida e servia de complemento.

Desde então, porém, *o mercado doméstico encolheu e tornou-se insuficiente para preencher a capacidade produtiva instalada*. Para piorar, o país perdeu a liderança do mercado externo vizinho. Desde o ano passado, a China ultrapassou o Brasil e tornou-se a maior exportadora de veículos para a América Latina.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) reduziu a previsão de queda nas vendas externas em 2023. Espera o embarque de 420 mil veículos este ano, incluindo automóveis, caminhões e ônibus.

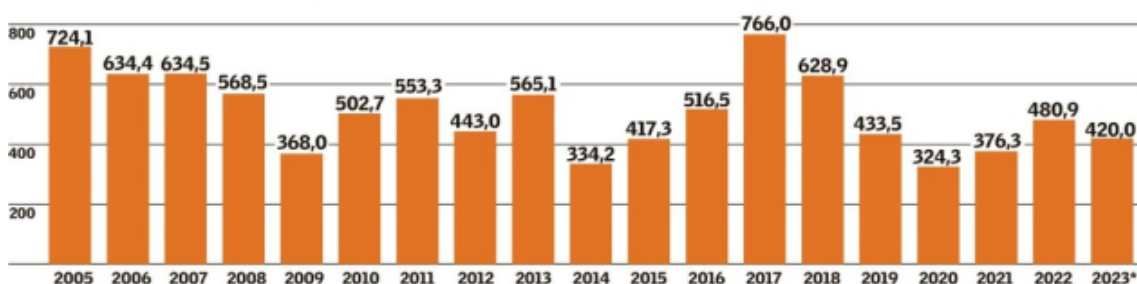
O volume representa uma retração de 12,7% na comparação com 2022 e, exceto por quedas maiores nos dois anos de pico da pandemia, volta ao nível exportado pelo país em 2015. Equivale a *58% do pico da venda externa de veículos*, em 2005, quando 724,1 mil unidades seguiram para o exterior.

Os dados da *Penta-transaction*, sistema de consulta de estatísticas de comércio exterior, mostram a participação de Estados Unidos e Canadá (17,9%) ter ficado bem próxima da brasileira no volume de veículos importados por Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Mas esses dois países também perderam espaço para os chineses.

Menos embarques

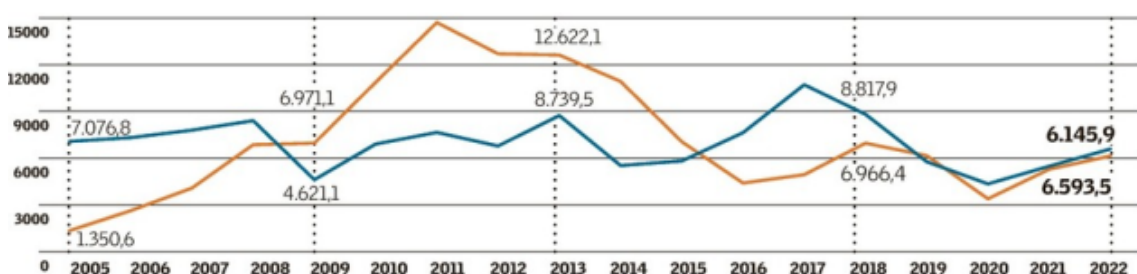
Veículos produzidos no Brasil perdem espaço no exterior

Volume de veículos exportados pelo Brasil (em mil unidades)

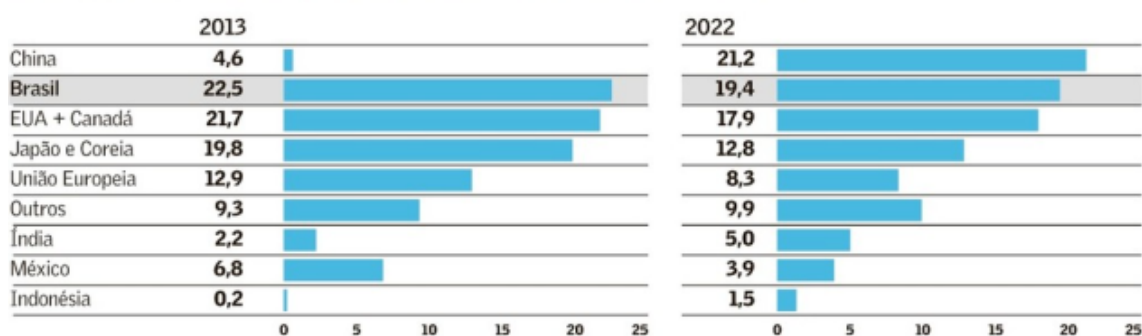


Balança comercial da indústria de veículos no Brasil (em milhões de US\$)

● Exportações ● Importações



Participação dos países nas importações de veículos na América Latina** (em %)



Maiores produtores de veículos (2022, em milhões)



Fontes: Anfavea e Penta-transaction e Comtrade (Nações Unidas). *Previsão. ** Considera Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru e Uruguai

Da mesma forma, Japão e Coreia, mesmo sendo países bem distantes, registraram participação significativa (12,8%).

Mas a concorrência chinesa é o principal obstáculo para as exportações brasileiras não apenas na Argentina, mas em toda a América Latina. As fábricas brasileiras não conseguem acompanhar o custo oferecido pelos chineses.

Os chineses também conseguem avançar na América Latina, incluindo o Brasil, porque foram rápidos no *lançamento de carros eletrificados*, tanto os 100% elétricos como os híbridos com um motor a combustão. Trabalha de forma alternada com outro, elétrico.

A indústria automobilística queixa-se do *custo Brasil*. "Produzir no Brasil ficou caro. E mesmo com tarifa zero exportamos impostos".

No passado, o Brasil era visto como um país de custo competitivo. Agora, "acordos comerciais são fundamentais, porque a indústria automobilística instalada no Brasil depende hoje de exportação".

Nos últimos 20 anos, a participação das exportações na produção brasileira de veículos oscilou em médias entre 25% e 28%. Se confirmada a previsão da Anfavea de embarcar 420 mil veículos, em 2023, a parcela será a mais baixa dos últimos dez anos: menos de 18%.

O Brasil é o *oitavo maior produtor de veículos* com 2,4 milhões. Conseguiu subir no ranking nas duas últimas décadas. Em 2003, ocupava o décimo lugar. Mas outros grandes produtores avançaram mais.

A China ocupava o quarto lugar, assumiu o primeiro com 27 milhões veículos. A Índia, na 14ª posição, foi para a quarta. O México passou de 11º para 7º. Já Alemanha e Japão mantiveram-se no sexto e no terceiro lugares, respectivamente, enquanto os Estados Unidos caíram do primeiro para segundo lugar com 10,1 milhões.

Política Industrial: Incentivo Fiscal Para Montadoras

O ano de 2024 se inicia com um elenco de medidas governamentais em benefício do setor automobilístico no Brasil.

O pacote inclui incentivos fiscais para o todo o setor, inseridos no programa *Mover*, dá continuidade aos benefícios para empresas no Nordeste e Centro-Oeste e, ainda, retoma a cobrança de Imposto de Importação em carros elétricos. Garante proteção a montadoras com temor diante a concorrência de produtos estrangeiros, sobretudo os chineses.

Em 2023, o governo brasileiro foi generoso quando, em meados do ano, decidiu socorrer as montadoras diante da queda nas vendas. Usou recursos da primeira fase da *reoperação do diesel* para cortar impostos e baratear carros de até R\$ 120 mil. Em menos de um mês, foram consumidos os primeiros R\$ 500 milhões destinados ao programa e, pouco tempo depois, mais R\$ 300 milhões.

Havia expectativa pela publicação da Medida Provisória 1.205, instituindo o Programa Mobilidade Verde e Inovação. O chamado *Mover* é a nova etapa do antigo Rota 2030, criado em 2018 para conceder incentivos fiscais para o setor.

Integrantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) o anunciaram diversas vezes, mas por envolver renúncia fiscal, a decisão precisava do aval do Ministério da Fazenda. Veio no fim do penúltimo dia do ano, com a publicação do texto do programa em edição extra do "Diário Oficial".

Esses novos incentivos somarão R\$ 19,3 bilhões entre 2024 e 2028. Em troca de créditos tributários, as empresas terão de se comprometer a investir em descarbonização e em pesquisa e desenvolvimento.

"É uma excelente notícia para toda a cadeia da indústria automobilística brasileira", destacou, por meio de nota divulgada na noite de sábado, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Os recursos do *Mover* virão do Imposto de Importação para carros elétricos e híbridos. No caso dos 100% elétricos, isentos do tributo desde 2016, a alíquota vai a 10% já neste mês.

A alíquota dos carros híbridos, antes em torno de 4%, subirá para 12%. Novos aumentos virão em julho e mais três etapas, até

chegar à alíquota máxima de 35% em julho de 2026. A fonte de custeio foi aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A volta do imposto, principalmente em carros 100% elétricos, todos importados, era uma reivindicação de grandes montadoras instaladas no país. Passaram praticamente todo o ano passado erguendo essa bandeira e juntando argumentos para levar à equipe econômica em Brasília. O setor teme pela concorrência do produto chinês.

Montadoras com fábricas no Nordeste e Centro-Oeste têm ainda mais motivos para comemorar: duas semanas antes da virada do ano, a Câmara aprovou a prorrogação, até 2032, do programa de incentivos fiscais específicos para fábricas de veículos nessas regiões. Criado em 1997 e em sua quarta prorrogação, o programa envolve renúncia fiscal de R\$ 5 bilhões por ano por meio de créditos de IPI.

Havia uma proposta de os benefícios para Nordeste e Centro-Oeste serem estendidos apenas para a fabricação de carros híbridos e elétricos. Mas, os deputados aprovaram o texto adicionando, na última hora, um parágrafo para incluir os veículos com motor a combustão. O assunto provocou grande polêmica no Congresso e a reação das montadoras concentradas na produção no Sul e Sudeste.

Combinadas, as três medidas indicam a preocupação do governo em preservar e proteger o atual e tradicional parque automotivo e os empregos nessas empresas. Indicam, ainda, no caso dos benefícios específicos para o grupo atuante no Nordeste e Centro-Oeste, a intenção de continuar a promover a descentralização desse setor e desenvolver as regiões distantes dos centros industriais.

As medidas de proteção à indústria se referem à chamada *neointustrialização*, conceito usado com bastante frequência no atual governo social-desenvolvimentista.

O programa *Mover* tem, de fato, o mérito de conduzir uma política industrial setorial. Dá continuidade a programas criados desde 2012, promove a pesquisa e fixa regras para melhorar a segurança dos veículos e a descarbonização do transporte.

O problema é o paradoxo prevalecente no setor: ao mesmo tempo, determinadas medidas representam uma evolução em termos de política industrial, outras servem para atender determinados interesses conservadores. Falta muito para o Brasil se inserir no atual contexto mundial de evolução do automóvel.

Segundo *The New York Times* (apud FSP, 02/01/24), a gigante chinesa BYD anunciou ter vendido 3 milhões de carros elétricos com bateria em 2023, o maior número já registrado. Com isso, a empresa terminou o ano ultrapassando Tesla, referência no setor: a companhia chinesa fabricou 526 mil veículos exclusivamente elétricos no quarto trimestre, enquanto a americana entregou 484 mil carros.

De propriedade do bilionário Elon Musk, a montadora americana fabrica cerca de metade de todos os veículos elétricos vendidos nos Estados Unidos.

Mesmo com as vendas em alta, a intensa concorrência e uma guerra de preços tiveram um impacto financeiro em muitas montadoras. A BYD, porém, vendeu no ano passado 1,6 milhão de veículos totalmente elétricos e mais 1,4 milhão de híbridos, alimentados tanto por baterias quanto por gasolina. Juntos, isso representa um aumento de 62% em relação a 2022. A BYD também triplicou seu lucro para US\$ 1,5 bilhão (R\$ 7,3 bilhões) no primeiro semestre do ano 2023.

No total, as montadoras chinesas devem ter vendido cerca de 9,4 milhões de veículos elétricos e híbridos no ano passado, um aumento em relação a 6,9 milhões em 2022, de acordo com a Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis.

Além de ser o maior mercado automobilístico do mundo, a China agora também é o com maior crescimento, avançando na transição para veículos elétricos e revolucionando a indústria global. A China domina a cadeia de suprimentos de carros elétricos, desde a mineração e processamento de cobalto e outros minerais usados em baterias até a implantação de robôs em fábricas produtoras de carros e caminhões.

Uma grande razão para a liderança precoce da China em veículos elétricos foi o pesado apoio financeiro do governo para o desenvolvimento da indústria. Após o vencimento dos incentivos

financeiros para os consumidores no final de 2022, as montadoras reduziram os preços dos carros para atrair compradores. Muitas empresas, incluindo a BYD, introduziram outra rodada de cortes no outono.

Em novembro, a BYD anunciou descontos de até 18 mil iuanes (R\$ 12.262) em cinco modelos. Outra empresa chinesa de veículos elétricos, Ji Yue, uma parceria entre Geely e Baidu, reduziu o preço de todas as versões de seu primeiro modelo em 30 mil iuanes (R\$ 20.436) em novembro.

Os cortes de preços do ano passado foram iniciados pela Tesla, a montadora americana possuidora de uma fábrica em Xangai. Em janeiro de 2023, ela reduziu os preços na China pela segunda vez em três meses, e outros seguiram o exemplo.

A Tesla perdeu sua posição como a fabricante de veículos elétricos mais popular do mundo apesar das vendas trimestrais superarem as estimativas dos analistas. A empresa americana, dirigida por Elon Musk, entregou 484 mil carros no quarto trimestre de 2023, acima dos 473 mil previstos pelos analistas consultados pela LSEG.

A BYD, por sua vez, anunciou vendas recordes de veículos movidos exclusivamente a bateria de 526 mil no quarto trimestre do ano passado, ajudada por um forte fim de ano para o mercado chinês de veículos elétricos.

Enquanto a Tesla e a BYD disputam o posto de maior fabricante de veículos elétricos totalmente elétricos do mundo, ambas as empresas enfrentam uma concorrência crescente de montadoras tradicionais, gastando bilhões de dólares para alcançá-las.

“Uma reestruturação da indústria é uma tendência inevitável”, disse Cui Dongshu, secretário-geral da Associação Chinesa de Automóveis de Passageiros. Representa a indústria doméstica do país. “Mas ainda é incerto quem vai assumir a posição de liderança no futuro”.

Enquanto as vendas de veículos elétricos na China aumentam rapidamente, as empresas estão investindo dinheiro em fábricas e pesquisas, com empréstimos de bancos estatais e apoio de

municípios. A Nio, uma das marcas chinesas mais vendidas de veículos elétricos, anunciou em novembro ter demitido 10% de seus funcionários.

No último ano, a Tesla perdeu participação de mercado para concorrentes como General Motors, Hyundai, Ford Motor e Volkswagen. Isto porque as montadoras tradicionais lançaram mais veículos elétricos.

A BYD enfrenta tarifas proibitivas no mercado dos Estados Unidos. Vende a maioria de seus carros na China, mas está expandindo globalmente, especialmente na Europa.

Em dezembro, anunciou a construção de uma fábrica de montagem na Hungria, sua primeira instalação de produção de carros com bateria na Europa. Na Alemanha, o centro da indústria automobilística europeia, ela lançou três modelos de carros elétricos no início de 2023. A BYD abriu concessionárias na Alemanha, Noruega e Suécia.

Conforme a competição global por veículos elétricos se intensifica, as ramificações políticas se tornam mais intensas. Os formuladores de políticas dos EUA dificultaram a parceria de empresas estrangeiras com empresas americanas.

Na Europa, os legisladores estão investigando os subsídios estatais da China, um passo possível de elevar a tarifas impostas pela União Europeia. No entanto, a indústria automobilística europeia não pode ignorar a China como cliente e parceira comercial.

A BMW possui mais de 30 mil funcionários na China. Anunciou na primavera passada o investimento de cerca de US\$ 1,4 bilhão em capacidade de montagem de baterias em sua fábrica em Shenyang, no nordeste da China.

A Volkswagen considera a China seu maior mercado de vendas. Está transferindo mais de sua cadeia de suprimentos e fabricação para a China. A gigante alemã está contratando milhares de engenheiros chineses para projetar carros elétricos em seu complexo industrial em Hefei, uma cidade no centro da China.

China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho

O livro *A China na Nova Configuração Global: Impactos Políticos e Econômicos* (Brasília: Ipea, 2011) tem como organizadores Rodrigo Pimentel Ferreira Leão, Eduardo Costa Pinto e Luciana Acioly. O capítulo intitulado *China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho*, escrito por Alexandre de Freitas Barbosa, é de especial interesse para análise da economia brasileira contemporânea.

Parte da premissa de a ascensão chinesa, ao reorganizar a divisão internacional do trabalho, ter imposto novos dilemas estruturais para os países latino-americanos, com impactos sobre a agenda do desenvolvimento. O contraste entre as duas opções de inserção externa nos permite compreender como e porque justamente neste cenário de ascensão chinesa as economias latino-americanas voltaram a apresentar dinamismo econômico, pelo menos até a GCF (Grande Crise Financeira), sentida sobre a região desde fins de 2008.

Barbosa (2011: 292), em suas Considerações Finais, discute como os vários desafios nacionais permitem recolocar a problemática do desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva influenciada pelas ideias cepalinas. Considera *o fator geopolítico*, indo além da dimensão meramente econômica.

Em lugar de uma política indiscriminada de atração de capital chinês, parece ser mais relevante para a entrada de investimentos do país asiático na região latino-americana é:

1. *o padrão de comércio* estabelecido por cada país com a China,
2. *a dimensão potencial dos mercados internos e regionais*, para os investimentos industriais, e
3. *a disposição ou capacidade de expansão da estrutura produtiva* por empresas nacionais, privadas ou estatais, para os investimentos em *commodities* minerais e agrícolas ou em infraestrutura.

Todas as nações, de diversas maneiras, se vêm forçadas a *revisar suas estratégias de desenvolvimento* em virtude da reestruturação da divisão internacional do trabalho ocasionada pela ascensão chinesa.

A China tende a acentuar as tendências de *extrema especialização produtiva das economias da região*, embora alguns países possam obter vantagens expressivas no curto prazo. Ela faz as relações comerciais dos países latino-americanos se aproximarem do descrito pela Cepal como *um padrão centro-periferia*.

Na realidade, o quadro internacional apresenta-se menos vulnerável para os exportadores de *commodities*. Principalmente, se eles diversificaram sua pauta de exportações.

A teoria do Imperialismo de Lênin não contempla exatamente o caso chinês do momento atual. Ela utiliza a expansão de suas empresas não somente para *obter mercados*, como também para *conquistar vantagens geopolíticas*. Trata-se de uma nação, na melhor das hipóteses, *proto-imperialista*, disposta a conceder vantagens, inclusive econômicas, na tentativa de *criar uma ordem multipolar*.

Os investimentos externos chineses estão, em grande medida, voltados para satisfazer a oferta de matérias-primas de uma economia ainda bastante distante da "maturidade capitalista" e caracterizada justamente pelas altas taxas de lucros internas. A extroversão chinesa resulta do próprio aprofundamento de seu mercado interno.

A China aparece como produto de uma aliança exitosa entre capital local, nacional e transnacional, estruturada no âmbito do Estado. Desorganizou por meio de seu dinamismo econômico, vertical e horizontal, as estruturas econômicas e sociais dos países do Norte e do Sul, e acarretou um conjunto de reações.

Barbosa (2011: 294) acha as teses cepalinas, embora possam parecer questionáveis no curto prazo – em virtude da melhoria dos termos de intercâmbio no curto prazo (produtos primários exportados a preços mais altos e produtos industriais importados a preços mais baixos) –, auxiliarem a compreender como a relação bilateral com a China pode levar a *um padrão de especialização produtiva*. Seria

incapaz de trazer por si mesmo transformações estruturais e aumento sustentado da produtividade para os países da região.

Neste sentido, a ascensão chinesa jogaria a “última pá de cal” na promessa de um desenvolvimento minimamente endógeno latino-americano. A “responsabilidade” deve ser imputada à *ausência de visão estratégica* por parte dos países da região.

Na visão cepalina, a deterioração dos termos de troca aparecia como um argumento empírico importante contra a Teoria das Vantagens Comparativas. Tal tendência talvez tenha até se invertido, embora ainda não se saiba o quanto esta inversão tem de estrutural, justamente por conta da ascensão chinesa com economia de escala e barateamento relativos dos bens industriais exportados.

Mas isso não parece ser suficiente para desmontar todo o edifício cepalino, na suposição ingênua de a Teoria das Vantagens Comparativas refletir o funcionamento real da economia internacional.

O risco da passividade é o de generalização de uma estrutura produtiva pouco agregadora de valor para os países da região, tanto para os países de mercado interno mais dinâmico como para aqueles sem jamais se industrializar de maneira integral. O resultado seria o congelamento de estruturas econômicas e sociais bastante desiguais.

Há a necessidade de agregar valor à dotação natural de recursos da região, com o intuito de elevar a participação e a competitividade no mercado internacional. O motor da transformação econômica e social deve partir de componentes endógenos.

Caso os preços dos produtos primários se sustentem no médio prazo e se possa agregar mais valor a eles por meio de novas tecnologias, seguirá existindo – e inclusive assumirá uma dimensão cada vez mais estratégica – o problema de *como internalizar as várias cadeias produtivas* e de *como repartir o excedente gerado* entre os agentes econômicos e sociais.

O debate a ser feito não gira em torno de uma opção simples entre “indústria ou agricultura”. Barbosa (2015) esquece-se do Terceiro Incluído no dilema binário: *serviços urbanos não exportáveis*. As distintas alternativas de desenvolvimento dependem de:

1. o nível de controle nacional das atividades exportadoras,
2. o alcance dos encadeamentos intersetoriais e
3. o papel do Estado na repartição do excedente.

Com a Era Neoliberal, transita-se de um “capitalismo dos sistemas nacionais” para um “capitalismo das grandes firmas”, configurando uma “autêntica mutação no sistema capitalista”. O desafio é *como escapar do desenvolvimento periférico sem autonomia tecnológica*.

Nele, a *estagflação* leva à subutilização da capacidade produtiva, porque o salário real básico mantém-se insuficiente, a reprodução da força de trabalho se ancora no “setor” informal, o Estado cumpre o papel de socializar parte dos custos de produção e as empresas nacionais pouco dão flexibilidade ao conjunto do sistema industrial.

A ascensão chinesa, neste sentido, deve ser encarada como forma de redistribuir (para a China concentrar) as vantagens de uma inserção externa, vista como estática e espontânea. Desse modo, tende a reduzir o potencial de expansão interna dos frutos do progresso técnico, gerados nesta nova etapa do capitalismo das “grandes firmas”.

Também poderia ser dos territórios nacionais ou regionais, caso políticas públicas se anteciparem e conduzirem as tendências do mercado. Brasil e México são os casos mais problemáticos, quanto aos desafios impostos pela ascensão chinesa, porque vivenciaram processos dinâmicos de industrialização no passado.

No México, a *estratégia maquiladora* da opção *North-America Free Trade Agreement* (Nafta) passa a ser questionada diante dos novos espaços abertos no mercado chinês com a dimensão necessária para alavancar os setores deslocados pela crescente pressão competitiva sofrida no próprio mercado interno mexicano, mas também no dos Estados Unidos. Desta forma, a China enfraquece o impacto “positivo” do Nafta e potencializa os negativos, sem colocar nada em seu lugar.

No caso brasileiro, cuja abertura não levou a uma total desindustrialização, tendo se mantido uma mínima coerência do

mercado interno, aproveitou-se da maior relevância do *mercado regional*, em especial para os produtos industriais. O avanço chinês junto aos parceiros comerciais da vizinhança latino-americana pode gerar uma pressão negativa, dificultando a diversificação desta indústria para fora e para dentro, além de postergar investimentos de transnacionais, antes vendo o país como plataforma de exportações para a região.

A própria liderança geoeconômica – e até geopolítica – do Brasil na região está, se não comprometida, ao menos atenuada. Percebe-se a ausência de definição acerca das prioridades dos países latino-americanos em termos de política industrial, inovação tecnológica e integração regional para se deparar diante da China.

Barbosa (2023: 292) busca quebrar alguns mitos sobre o “modelo” chinês. A competitividade chinesa não se deve, em última instância, ao baixo custo da mão de obra, porque ela não asseguraria o desenvolvimento tecnológico obtido.

A *competitividade chinesa* está relacionada a um conjunto de fatores:

1. escala de produção,
2. treinamento no exterior de cientistas,
3. mercado interno potencial,
4. taxa de investimento elevada,
5. planejamento do Estado e
6. crédito abundante e barato,
7. incentivos fiscais e
8. câmbio desvalorizado.

Tudo isso contribuiu para atrair empresas transnacionais com compromisso de transferência de tecnologia. Ficaram condicionadas a explorar o mercado interno e fazer exportações para o mercado externo.

O sucesso da experiência chinesa resultou da elaboração de uma estratégia própria de desenvolvimento, partindo de suas limitações e potencialidades, sem copiar *modelos exógenos*, mas também sem pudor de incorporar (copiar) perspectivas inovadoras. O Capitalismo de Estado ou Socialismo de Mercado, na China, renunciou a todos os preconceitos ideológicos.

Nos anos 1980, as pautas de exportação e importação da China eram muito similares às da maioria dos países latino-americanos. A complementaridade atual entre as economias das duas regiões resultou da transformação produtiva experimentada pela China, enquanto os países latino-americanos caminharam no sentido da especialização externa em exportação de *commodities* agrícolas e extrativas.

Barbosa (2011: 298) cita as diferenças entre a China e a América Latina, não estarem somente nas pautas de exportação, mas também nas políticas macroeconômicas, industriais, educacionais e tecnológicas. Por exemplo, o foco no desenvolvimento doméstico faz inclusive esta nação distensionar a sua política externa, assumindo um viés mais pragmático.

Não desafia abertamente os Estados Unidos. Somente ocupa os vazios deixados por esta potência em regiões como a África e a América Latina. No tocante à esta, a diplomacia chinesa adapta sua "grande estratégia" às especificidades regionais, partindo dos seguintes pressupostos:

1. ênfase na complementaridade de interesses políticos entre as duas regiões componentes do mundo em desenvolvimento;
2. reconhecimento da importância da América Latina como reservatório de matérias-primas e recursos naturais;
3. busca de capital político sem existência de conflitos de interesses.

Se a América Latina ocupa um papel secundário na estratégia da política externa da China, não deixa de ser um espaço relevante em sua busca de status de potência global, especialmente em virtude de sua motivação de *diversificar os fornecedores de matérias-primas*.

Trata-se essencialmente de uma diplomacia centrada no econômico, mas sem perder de vista o fator geopolítico.

Diante deste contexto, os *projetos de integração regional* passam a assumir um papel ainda mais estratégico. Trata-se de articular iniciativas políticas e econômicas concretas, por meio de vários caminhos institucionais e ritmos de adesão, entre os países da região.

Eles permitiriam dar novo sentido às estratégias nacionais de desenvolvimento e atenuar os impactos porventura negativos da *nova divisão internacional do trabalho*. Porém, o novo governo argentino com populismo de direita anunciou sua retirada do Mercosul e, paradoxalmente, seu discurso de campanha era hostil ao Brasil e à China, os maiores parceiros comerciais e financeiros da Argentina!

Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento

O livro "*Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento*", organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Brasília: Ipea-Assecor, 2017. 320 p.), em sua Parte II, quando trata dos condicionantes do futuro, apresenta em um capítulo a Dimensão Econômica.

A dimensão econômica é um dos eixos centrais dos cenários construídos. Além do ritmo de crescimento, a questão principal é se o Brasil vai conseguir desenvolver uma economia mais inovadora ou se manterá dependente dos setores tradicionais.

O grau de prioridade concedido ao crescimento econômico em lugar de uma aposta mais direta nas políticas sociais é outra clivagem nos cenários propostos. Na realidade, não são antagônicos, muito antes pelo contrário...

No cenário *Vai Levando*, o ambiente é de estagnação econômica e juros altos (+/- 1% a.m.). Os setores tradicionais da economia continuam a liderar a produção nacional e o país ainda permanece como um forte exportador de commodities agrícolas e minerais, embora exporte um pouco do setor aeronáutico, graças a Embraer

[Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A]. É pressuposto não haver espaço para um aprofundamento das políticas sociais e elas sofreriam retrocesso.

No *Novo Pacto Social*, as apostas se concentram no reforço das políticas sociais e no resgate da dívida social brasileira, aprofundada no início do período. Essa escolha tem impactos no ritmo de crescimento médio do PIB (3,2% ao ano – a.a.), e o investimento atinge 21% do PIB. A taxa de juros básica nominal da economia oscila em torno de 8,5% a.a (0,7% a.m.). Nesse ritmo, o Brasil consegue alcançar 1,4% de participação no comércio internacional, com uma indústria fortalecida, embora com baixa inovação e crescente gap tecnológico com relação aos países desenvolvidos.

Um ponto destacado é a *reforma tributária*. Pressupunha ainda a estrutura da carga tributária brasileira ser progressiva. O ambiente de negócios ainda seria hostil, principalmente para as pequenas e médias empresas. O *custo Brasil* seria outro um problema a ser enfrentado, embora para os setores mais tradicionais da economia ele tenha se reduzido.

De outro lado, o cenário *Crescer é o lema* traz a aposta principal no crescimento econômico. Investimentos em áreas prioritárias elevariam o crescimento médio do PIB para cerca de 4% a.a. A reforma tributária não seria muito abrangente, mantendo a regressividade, mas diminuindo os custos da produção. A taxa de investimento alcançaria taxas acima 22% a.a., e a taxa de juros nominais abaixa para o patamar de 7,5% a.a. (0,6% a.m.) no terço final do período.

Imagina os *investimentos em infraestrutura* terem dado resultados, com matriz de transporte e energia mais diversificada, embora os custos ambientais não sejam considerados na sua devida importância. Uma *política industrial* contemplaria os setores econômicos capazes de garantir vantagem competitiva ao país em setores com alto efeito multiplicador quanto gerar conhecimento científico e tecnológico e alta capacidade de agregar valor.

Isso, além da bioeconomia, ganhariam espaço na produção nacional os fármacos. A indústria da saúde, as tecnologias de informação e comunicações e a base industrial de defesa seriam outras áreas de desenvolvimento.

Um capítulo apresenta a justificativa dessas tendências e incertezas para o Brasil em meados da próxima década.

Uma das megatendências de grande impacto na economia brasileira, certamente persistente até 2035, é o *aumento da razão de dependência da população brasileira*. Razão de Dependência é o percentual da população considerada *inativa* (de 0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente *ativa* (de 15 a 64 anos).

Com o aumento da razão de dependência, estima-se a redução da fonte de custeio do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Isso reforça a tendência de pressão ainda maior sobre o Sistema de Proteção Social brasileiro, sendo incerta sua sustentabilidade demográfica e financeira até 2035.

Apesar das seguidas reformas do RGPS, permanece a tendência do aumento dos seus gastos. Isso gera mudanças constantes e sistemáticas nos modelos da previdência.

Com o envelhecimento populacional, tem-se *maior pressão sobre o sistema de saúde*. Fornecer uma proteção social efetiva à sociedade brasileira se trata de uma grande incerteza para os próximos dez anos.

Depara-se com a tendência de manutenção do *alto nível de desigualdade de renda* na sociedade brasileira. quase metade da massa de renda no país está concentrada nos 5% mais ricos e um quarto no 1% mais rico.

Em termos estruturais, o setor de serviços tem ganhado posição ao longo do tempo. A máxima participação da Indústria Geral no valor adicionado da economia brasileira ocorreu em 1987, com 45,8%. A menor destas ocorreu entre 2017 e 2019 com pouco acima de 21%.

Dentro dela, a Indústria de Transformação atingiu 12% em 2019 e se elevou para 15,1% em 2022. A Indústria Extrativa se elevou de 1,4% em 2000 para 5,5% em 2022. A Indústria de Construção caiu de 7% para 3,4% no mesmo período. A Indústria de Utilidade Pública (eletricidade, gás, água, esgoto etc.) girou em torno

de 3%. Com todas elas, a Indústria Geral voltou ao patamar de 26,3% em 2022, próximo ao 26,7% do ano 2000.

O setor de serviços passou a abranger mais da metade do PIB nacional em 1990, gerando 53,2% da produção nacional, e desde então tem apresentado crescimento quase constante atingindo o máximo de 73% 2016/17 e caindo depois até 67% em 2022.

A razão de emprego no setor serviços em relação ao emprego total também vem crescendo e acompanhando o crescimento do valor adicionado. É uma megatendência até 2035 *a manutenção do setor de serviços como principal setor de ocupação no mercado de trabalho*.

Quanto ao investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) é historicamente modesto no Brasil. Há, portanto, *a megatendência de manutenção do gap tecnológico brasileiro em relação aos países desenvolvidos até 2035*.

O Brasil investiu em PD&I em torno de 1% do PIB na Era Social-Desenvolvimentista. Outro indicador importante é o número total de *pedidos de patentes* – por residentes e não residentes –, historicamente baixo no Brasil.

Após relativa estagnação no indicador entre 1997 e 2005, o país voltou a aumentar os depósitos a partir de 2006, até alcançar o valor máximo em toda a série em 2013, com 30.884 pedidos.

Em toda a série, o número de pedidos de *não residentes* é bem superior ao de *residentes*. Isso reflete grande participação de empresas estrangeiras *na economia brasileira em direção à globalização e/ou desnacionalização*.

Em 2014, o Brasil foi o sétimo país com mais registros de pedidos de patentes por não residentes, atrás apenas de Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul, Canadá e Índia. O país, como esses, busca se inserir na nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

O Brasil é um grande produtor e exportador de *commodities*, tanto agrícolas quanto minerais, e demais produtos primários em âmbito global. Seu peso na pauta de exportação brasileira, diante de manufaturados e semimanufaturados, será examinado mais adiante.

O aumento em valores absolutos do comércio exterior brasileiro, no século XXI, deveu-se, sobretudo, ao crescimento da demanda por *commodities* agrícolas, petróleo e minério de ferro de outros países, em especial, a China.

Considerando-se a consolidação do Brasil como potência agrícola mundial, inclusive com notória importância no tocante à segurança alimentar de alguns países, o livro do IPEA-ASSECOR (2017) identificou a megatendência de manutenção do alto peso das *commodities* na pauta exportadora brasileira.

Lista também *outras megatendências e incertezas* da dimensão econômica:

1. *Crescente financeirização da economia e da concentração bancária*, não antecipando o efeito do surgimento posterior de bancos digitais e *fintechs*.
2. *Bioeconomia como vetor de crescimento e dinamização da economia*, mas com a incerteza-chave: haverá no Brasil, até 2035, um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento tecnológico nacional em bioeconomia?
3. *Crescimento da demanda por energia com ampliação das iniciativas de eficiência energética*, mas com a incerteza-chave: até 2035, haverá segurança e resiliência no setor energético capaz de garantir a oferta de energia necessária para o desenvolvimento do Brasil?
4. *As tecnologias da informação e comunicação (TICs) continuarão modificando o comportamento humano e a natureza do trabalho*, mas com a incerteza-chave: o setor de TICs proporcionará maior valor adicionado no país até 2035?

Além das incertezas apresentadas, atreladas às megatendências, justifica três incertezas-chave para o Brasil em 2035, concernente aos efeitos das políticas monetária e fiscal no futuro sob forma de dúvidas insuperáveis a priori. São as seguintes questões.

Até 2035, *as taxas de juros vigentes no Brasil* deixarão de estar entre as mais altas do mundo, causando ônus para os encargos

financeiros da dívida pública e para as despesas financeiras na alavancagem financeira das empresas não-financeiras?

Até 2035, o *arcabouço tributário e normativo brasileiro* contribuirá para um ambiente de negócio adequado e estável para as atividades produtivas?

O Brasil ampliará a *taxa de investimentos* para patamares, em média, acima de 25% do PIB até 2035?

A taxa de investimento é o resultado da relação entre o valor corrente da formação bruta de capital fixo e o valor corrente do produto interno bruto (PIB), sendo medida da capacidade produtiva da economia. Desde 1990, a *taxa de investimento no Brasil* ficou acima de 20% do PIB apenas em 1994 e 1995 e entre 2010 e 2013; abaixo da média mundial e mais abaixo ainda da média dos países emergentes.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2023 foi de 16,6%, apresentando uma queda em relação àquela observada no mesmo período do ano anterior (18,3%). A taxa de poupança foi de 15,7% no terceiro trimestre de 2023, inferior aos 16,3% obtidos no mesmo período de 2022.

Em estágios iniciais de industrialização, o *aumento da produtividade do trabalho* tende a ser mais acentuado diante ao ocorrido em etapas maduras da economia.

Se em 1955 o valor da *produtividade do trabalho por empregado* no Brasil era de US\$ 11,1 mil, em 1975 – período do “milagre econômico” –, o país apresentou o maior aumento em uma década, alcançado US\$ 21,8 mil. Entretanto, de 1975 e 2015, a produtividade do trabalho cresceu pouco mais de 22%, chegando a US\$ 28,3 mil em 2015.9

O *bônus demográfico* dos anos 2000 também é apontado como um dos principais fatores de aumento dessa produtividade no período, algo não sustentável com o seu fim em 2020.

Ações como melhorias em infraestrutura e educação, bem como expansão do comércio, dos negócios multinacionais e da exploração

das grandes reservas de petróleo do Brasil, poderão reforçar projeções maiores.

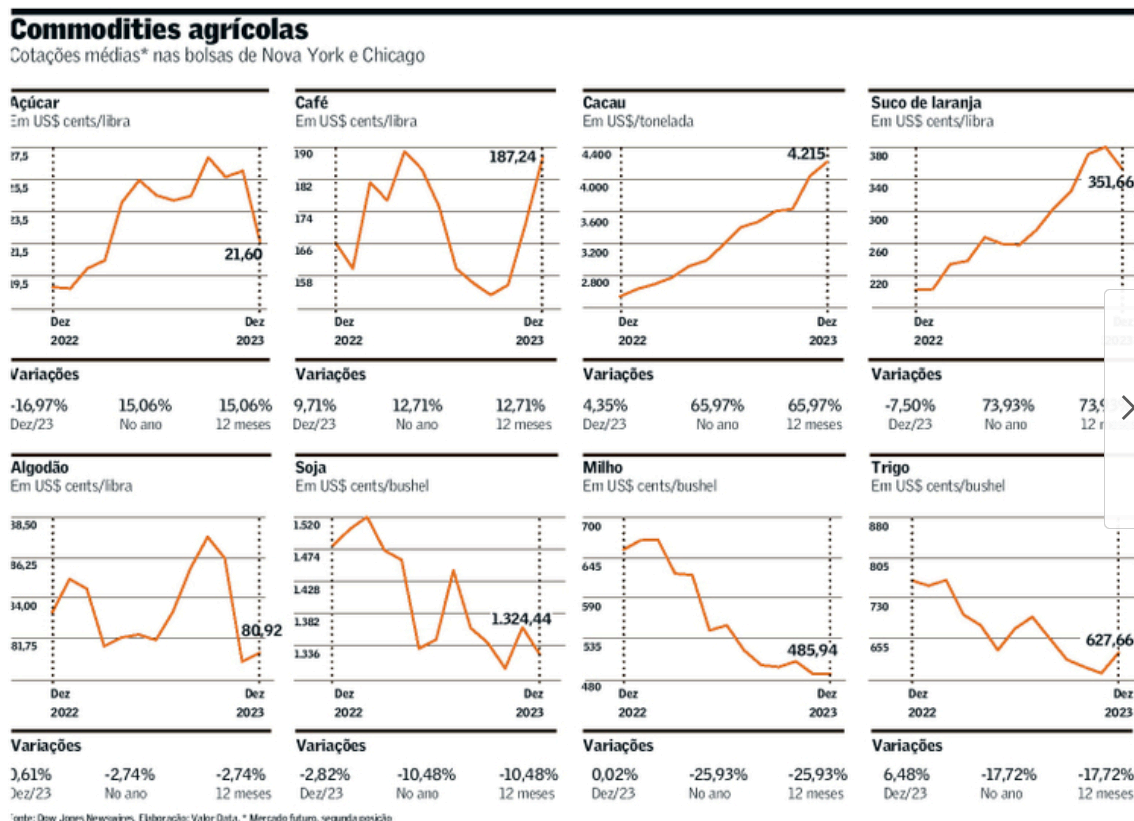
Se o PIB da economia crescer com o mesmo emprego de trabalhadores, a produtividade crescerá. O problema é a exportação líquida não ser a sustentação dinâmica de uma população economicamente ativa com ultrapassagem de 100 milhões de pessoas ocupadas. Sua estratégia de sobrevivência está em *serviços urbanos*, por definição, “de um para um”, ou seja, com baixa produtividade...

Capítulo 3. Balanço Comercial

Cotações de *Commodities*

No início do ano 2023, as expectativas eram de baixa para as chamadas "soft" commodities, como suco e cacau, negociadas na bolsa de Nova York. Mas o movimento foi o oposto, com altas expressivas, a ponto de muitas alcançarem valores recorde no mercado futuro em 2023. Já os grãos (soja, milho, trigo) registraram reduções na bolsa de Chicago com a forte produção global.

Em 2024, os problemas climáticos no Brasil podem dar fôlego a futuras altas dos preços da soja, enquanto as cotações das matérias-primas devem passar por mais volatilidade.



Em um ano com duas guerras e sanções contra a Rússia, surpreendeu o fato de o petróleo do tipo Brent não ter tido alta expressiva. A commodity começou 2023 aos US\$ 82,12 e encerrou aos US\$ 76,91. O preço mais baixo que o Brent alcançou no ano foi US\$ 71,82 em 12 de junho, e o mais alto foi US\$ 94,36 em 27 de setembro.

Os grandes agentes equilibraram as cotações do petróleo em 2023 foram países “não-Opep”, produtores sem fazer parte do cartel. As produções de Estados Unidos, Canadá, Brasil e Guiana garantiram ofertas maiores diante do aumento da demanda global.

Esses países contrabalançaram pesos de oferta e demanda em 2023 para garantir o equilíbrio dos preços. Como eles têm mais flexibilidade de mudar os níveis de produção, isso é possível. Os cortes dos países sem fazer parte da Opep+ não influenciaram os preços de maneira relevante.

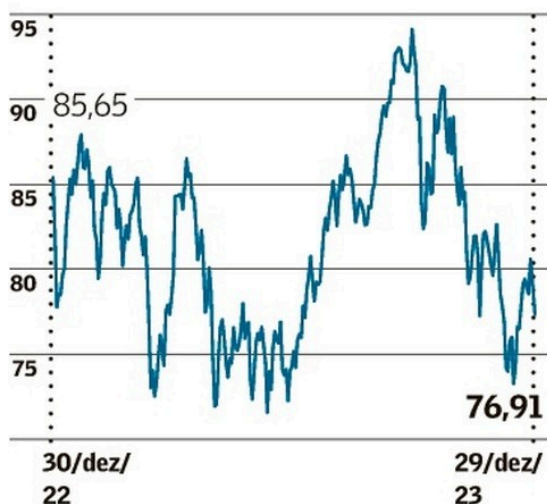
Outro destaque apontado por especialistas é a aproximação do Brasil com a Opep+. No fim de novembro de 2023, o cartel fez o convite, aceito pelo ministro de Minas e Energia. O Brasil não fará parte dos acordos de cotas de produção.

O ano das commodities

Enquanto petróleo teve ano negativo, minério subiu em 2023

Brent

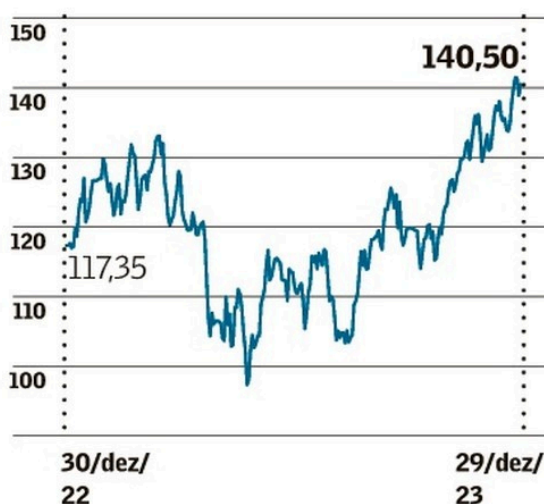
Em US\$/barril - 2º contrato



Varição no ano: **-10,20%**

Minério de ferro* 62%

Em US\$/tonelada



Varição no ano: **19,73%**

Fontes: Dow Jones Newswires e S&P Global Commodity Insights (Platts). Elaboração: Valor Data * No norte da China

O minério de ferro experimentou um ano de 2023 com forte alta e operou, na média, acima de US\$ 100 por tonelada durante os 12 meses do ano. A cotação média da tonelada com teor de 62% de ferro fechou dezembro em US\$ 140,5, com alta de 19,73%% na

comparação com dezembro de 2022, quando terminou o ano em US\$ 117,35 por tonelada.

Exportação e Importação Brasileira

Exportações, Importações, Corrente e Saldo Anuais - US\$ FOB Milhões				
<i>Data</i>	<i>Valor</i>			
	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>	<i>Saldo</i>	<i>Corrente</i>
2023	339.673	240.835	98.838	580.507
2022	334.136	272.611	61.525	606.747
2021	280.815	219.408	61.407	500.223
2020	209.180	158.787	50.393	367.967
2019	221.127	185.928	35.199	407.055
2018	231.890	185.322	46.568	417.212
2017	214.988	158.951	56.037	373.940
2016	179.526	139.321	40.205	318.847
2015	186.782	173.104	13.678	359.887
2014	220.923	230.823	-9.900	451.746
2013	232.544	241.501	-8.957	474.045
2012	239.953	225.166	14.786	465.119
2011	253.666	227.970	25.697	481.636
2010	200.434	183.337	17.097	383.771
2009	151.792	129.398	22.394	281.189
2008	195.765	174.707	21.058	370.472
2007	159.816	122.042	37.774	281.858
2006	137.581	92.531	45.050	230.112
2005	118.598	74.692	43.906	193.290
2004	95.122	63.814	31.308	158.935
2003	72.777	49.307	23.470	122.084
2002	60.147	48.275	11.872	108.422
2001	58.032	56.569	1.463	114.601
2000	54.993	56.976	-1.983	111.970
1999	47.946	50.260	-2.314	98.205

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

As *exportações* em 2023 subiram apenas 1,7% diante o ano anterior, mas atingiram US\$ 339,67 bilhões: *o recorde histórico!*

As importações caíram -11,7%, no mesmo período, para US\$ 240,83 bilhões. O fluxo comercial caiu -4,3%, de US\$ 606,75 bilhões para US\$ 580,51 bilhões, mas o saldo comercial atingiu o recorde histórico de US\$ 98,84 bilhões com variação absoluta de US\$ 37,3 bilhões (+60,6%).

Desde 2001, somente nos anos de 2013 (-US\$ 8,96 bilhões) e 2014 (-US\$ 9,9 bilhões) ocorreram saldos acumulados negativos.

Exportação Brasileira Anual - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas - US\$ FOB Milhões

Data	Valor				Part. do Setor no Total Brasil			
	Agro	Ind.Extr.	Ind.Transf.	Outros	Agro	Ind.Extr.	Ind.Transf.	Outros
2023	81.485	78.835	177.189	2.164	24,0	23,2	52,2	0,6
2022	74.787	76.199	181.401	1.748	22,4	22,8	54,3	0,5
2021	55.141	80.046	144.127	1.501	19,6	28,5	51,3	0,5
2020	45.155	49.052	114.073	901	21,6	23,4	54,5	0,4
2019	43.047	50.585	126.361	1.134	19,5	22,9	57,1	0,5
2018	45.697	49.598	133.327	3.268	19,7	21,4	57,5	1,4
2017	38.572	39.736	133.138	3.543	17,9	18,5	61,9	1,6
2016	31.179	26.622	118.778	2.948	17,4	14,8	66,2	1,6
2015	35.303	29.127	118.587	3.765	18,9	15,6	63,5	2,0
2014	37.285	45.582	132.508	5.549	16,9	20,6	60,0	2,5
2013	37.585	48.855	140.527	5.577	16,2	21,0	60,4	2,4
2012	33.512	54.436	145.554	6.451	14,0	22,7	60,7	2,7
2011	31.500	66.628	149.170	6.368	12,4	26,3	58,8	2,5
2010	21.566	47.796	126.340	4.731	10,8	23,8	63,0	2,4
2009	19.053	24.371	103.978	4.390	12,6	16,1	68,5	2,9
2008	19.269	33.115	137.997	5.384	9,8	16,9	70,5	2,8
2007	14.224	21.563	120.578	3.452	8,9	13,5	75,4	2,2
2006	10.636	17.245	106.676	3.024	7,7	12,5	77,5	2,2
2005	9.471	12.671	93.985	2.470	8,0	10,7	79,2	2,1
2004	9.317	8.223	75.862	1.719	9,8	8,6	79,8	1,8
2003	7.011	6.150	58.150	1.466	9,6	8,5	79,9	2,0
2002	5.288	5.162	48.454	1.243	8,8	8,6	80,6	2,1
2001	5.229	4.086	47.344	1.374	9,0	7,0	81,6	2,4
2000	4.448	3.657	45.658	1.229	8,1	6,7	83,0	2,2
1999	4.489	3.120	39.314	1.024	9,4	6,5	82,0	2,1
1998	5.163	3.632	41.488	794	10,1	7,1	81,2	1,6
1997	5.863	3.194	42.833	1.057	11,1	6,0	80,9	2,0

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

Nota: Agro – Agropecuária / Ind.Extr. – Indústria Extrativa / Ind.Transf. – Indústria de Transformação

Cerca de 24% de tudo exportado em 2023 constituíram-se de produtos agropecuários, com a soja e o milho em destaque. Os extrativos responderam por 23% das exportações, com muita relevância de óleos brutos de petróleo e minério de ferro.

A lista de itens da indústria de transformação, responsável nas estatísticas oficiais por 52% do fluxo de exportação em 2023, não passa, na verdade, de produtos agropecuários e extrativos submetidos a processo superficial de "industrialização", como o farelo de soja e de carnes, melaços, carne bovina resfriada, óleos combustíveis, celulose, ferro-gusa, lingotes de ferro ou aço, enfim,

todos derivados do chamado do chamado *setor primário*. Na lista dos mais vendidos da indústria de transformação, apenas *aeronaves e suas partes* são efetivamente vinculados, de fato, somente ao setor industrial.

De 1997 a 2002, produtos dessa “Indústria de Transformação” compunham mais de 80% da exportação brasileira. Foi extraordinário o ganho de participação da Indústria Extrativa ao sair de 6% de participação relativa até atingir o pico de 28,5% em 2021. O Agro teve uma participação média de 8,9% de 1999 a 2008 e, a partir da GCF, demonstra uma tendência crescente saindo de 9,8% em 2008 até 24% em 2023.

Exportações Brasileiras - Participações Relativas em %

Data	Part. (%) do Produto em Valor no Total Brasil								
	Soja	Farelos Soja	Açúcares	Minério de Ferro	Petróleo	Óleos Comb.	Automóveis	Aeronaves	Subtotal
2023	15,7	3,6	4,6	9,0	12,5	3,3	1,2	1,0	51,0
2022	13,9	3,3	3,3	8,7	12,7	3,9	1,4	0,9	48,1
2021	13,8	2,8	3,3	15,9	10,9	2,6	1,2	0,9	51,3
2020	13,7	3,0	4,2	12,3	9,4	2,4	1,3	1,1	47,4
2019	11,8	2,8	2,3	10,3	10,9	2,7	1,7	1,7	44,2
2018	14,3	3,0	2,8	8,7	10,9	1,7	2,2	1,7	45,4
2017	12,0	2,5	5,3	8,9	7,7	0,8	3,1	1,9	42,2
2016	10,8	3,0	5,8	7,4	5,6	0,6	2,6	2,7	38,6
2015	11,2	3,3	4,1	7,5	6,3	0,9	1,8	2,4	37,5
2014	10,5	3,3	4,3	11,7	7,4	1,8	1,4	1,8	42,3
2013	9,8	3,0	5,1	14,0	5,6	1,9	2,4	1,9	43,7
2012	7,3	2,8	5,4	12,9	8,5	2,2	1,6	2,2	42,8
2011	6,4	2,3	5,9	16,5	8,5	1,7	1,7	1,7	44,8
2010	5,5	2,4	6,4	14,4	8,1	1,5	2,2	2,2	42,8
2009	7,5	3,1	5,5	8,7	6,2	2,0	2,1	2,8	38,0
2008	5,6	2,3	2,8	8,4	7,0	2,4	2,5	3,0	34,1
2007	4,2	1,9	3,2	6,6	5,6	2,7	2,9	3,2	30,2
2006	4,1	1,8	4,5	6,5	5,0	2,6	3,3	2,5	30,4
2005	4,5	2,5	3,3	6,2	3,5	2,4	3,7	2,8	28,8
2004	5,6	3,5	2,8	5,0	2,7	1,9	3,5	3,5	28,6
2003	5,9	3,6	3,0	4,7	2,9	2,2	3,6	2,7	28,7
2002	5,0	3,7	3,5	5,1	2,8	2,0	3,3	4,6	30,1
2001	4,7	3,6	3,9	5,1	1,2	2,3	3,4	6,1	30,3
2000	4,0	3,0	2,2	5,5	0,3	1,3	3,2	6,5	26,0
1999	3,3	3,2	4,0	5,7	0,0	0,8	2,4	4,0	23,3
1998	4,3	3,5	3,8	6,4	0,0	0,6	3,2	2,6	24,3
1997	4,6	5,1	3,4	5,4	0,0	0,5	2,8	1,5	23,3

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

Quanto aos *produtos exportados*, os quatro maiores destaques foram soja (15,7%), óleos brutos de petróleo (12,5%) e minério de ferro e seus concentrados (9%). Os demais foram abaixo do percentual de açúcar (4,6%), mas somados correspondem a 58% da exportação total.

A mudança da pauta de exportação brasileira fica nítida na tabela acima. Os oito produtos destacadas somavam 23% em 1997 e

passaram a representar mais da metade (51%) do total exportado em 2023. A economia brasileira já não é estritamente *primário-exportadora*, mas sim *primário-industrial-extrativa exportadora*...

Em 1999, a exportação de petróleo bruto e óleo combustível somavam 0,8% do total. Em 2023, atingiram ambos 15,8%, ou seja, 15 pontos percentuais! *O Brasil virou também um país exportador de petróleo!*

Combustíveis e Lubrificantes participaram com 16% do total, em 2023, conforme a tabela abaixo. Bens Intermediários mantiveram a média histórica em torno de 2/3 do total exportado de 1997 a 2023

Exportação Brasileira Anual - Classificação por Grandes Categorias Econômicas - US\$ FOB Milhões

Data	Valor				Part. do Setor no Total Brasil			
	BK	BI	BC	CL	BK	BI	BC	CL
2023	18.237	224.891	42.335	54.185	5,4	66,2	12,5	16,0
2022	15.424	219.344	43.621	55.743	4,6	65,6	13,1	16,7
2021	12.552	195.810	34.633	37.819	4,5	69,7	12,3	13,5
2020	9.299	145.768	29.417	24.695	4,4	69,7	14,1	11,8
2019	13.202	146.841	31.051	30.029	6,0	66,4	14,0	13,6
2018	15.417	153.864	31.204	31.291	6,7	66,4	13,5	13,5
2017	15.806	143.803	34.317	20.922	7,4	66,9	16,0	9,7
2016	14.353	121.369	30.228	13.276	8,0	67,7	16,9	7,4
2015	13.342	127.510	29.497	16.256	7,1	68,3	15,8	8,7
2014	14.561	148.561	32.751	24.848	6,6	67,3	14,8	11,3
2013	16.176	158.364	35.740	22.084	7,0	68,2	15,4	9,5
2012	18.755	156.681	33.185	31.160	7,8	65,3	13,8	13,0
2011	17.069	168.273	35.560	32.591	6,7	66,4	14,0	12,9
2010	14.214	128.929	32.863	24.291	7,1	64,4	16,4	12,1
2009	11.188	94.729	28.239	17.492	7,4	62,5	18,6	11,5
2008	18.084	116.657	35.466	25.426	9,2	59,6	18,1	13,0
2007	16.069	94.776	31.439	17.401	10,1	59,4	19,7	10,9
2006	12.803	82.270	28.063	14.347	9,3	59,8	20,4	10,4
2005	12.226	70.902	25.624	9.760	10,3	59,8	21,6	8,2
2004	9.823	59.008	20.063	6.156	10,3	62,1	21,1	6,5
2003	5.913	45.679	16.114	5.014	8,1	62,8	22,2	6,9
2002	5.586	37.013	13.499	3.993	9,3	61,6	22,5	6,6
2001	6.634	35.109	13.011	3.202	11,4	60,6	22,4	5,5
2000	6.805	34.648	11.605	1.873	12,4	63,1	21,1	3,4
1999	4.817	31.889	10.018	1.159	10,1	66,6	20,9	2,4
1998	5.020	34.562	10.535	895	9,8	67,8	20,7	1,8
1997	4.617	36.945	10.269	1.030	8,7	69,9	19,4	1,9

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

Nota: BK – Bens de Capital / BI – Bens Intermediários / BC – Bens de Consumo / CL – Combustíveis e Lubrificantes

Quanto aos *produtos importados*, os maiores destaques foram óleos combustíveis de petróleo (7%), adubos ou fertilizantes químicos (6,1%), óleos brutos de petróleo cru (3,9%). O restante soma 83%, ou seja, as importações são muito diversificadas.

Importação Brasileira Anual - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas - US\$ FOB Milhões

Data	Valor				Part. do Setor no Total Brasil			
	Agro	Ind.Extr.	Ind.Transf.	Outros	Agro	Ind.Extr.	Ind.Transf.	Outros
2023	4.501	16.098	218.360	1.876	1,9	6,7	90,7	0,8
2022	5.697	22.051	242.537	2.325	2,1	8,1	89,0	0,9
2021	5.360	12.987	197.425	3.635	2,4	5,9	90,0	1,7
2020	4.117	6.483	146.158	2.029	2,6	4,1	92,0	1,3
2019	4.318	11.112	168.404	2.094	2,3	6,0	90,6	1,1
2018	4.182	12.430	166.314	2.397	2,3	6,7	89,7	1,3
2017	4.209	9.640	142.924	2.179	2,6	6,1	89,9	1,4
2016	4.879	7.999	124.333	2.111	3,5	5,7	89,2	1,5
2015	3.667	16.356	150.910	2.171	2,1	9,4	87,2	1,3
2014	5.024	26.482	196.970	2.347	2,2	11,5	85,3	1,0
2013	5.769	27.443	205.867	2.422	2,4	11,4	85,2	1,0
2012	4.878	22.818	194.941	2.530	2,2	10,1	86,6	1,1
2011	5.503	23.340	196.871	2.255	2,4	10,2	86,4	1,0
2010	4.270	17.649	159.432	1.986	2,3	9,6	87,0	1,1
2009	3.069	14.125	110.253	1.951	2,4	10,9	85,2	1,5
2008	4.243	24.091	144.211	2.163	2,4	13,8	82,5	1,2
2007	3.168	16.890	99.906	2.078	2,6	13,8	81,9	1,7
2006	2.326	13.499	75.062	1.644	2,5	14,6	81,1	1,8
2005	1.733	10.726	60.778	1.456	2,3	14,4	81,4	1,9
2004	1.797	9.095	51.695	1.227	2,8	14,3	81,0	1,9
2003	2.217	5.327	40.595	1.169	4,5	10,8	82,3	2,4
2002	1.769	4.631	40.567	1.308	3,7	9,6	84,0	2,7
2001	1.801	4.387	49.016	1.365	3,2	7,8	86,6	2,4
2000	2.190	4.297	49.080	1.409	3,8	7,5	86,1	2,5
1999	2.148	3.122	43.631	1.358	4,3	6,2	86,8	2,7
1998	2.888	2.989	51.294	1.502	4,9	5,1	87,4	2,6
1997	2.836	4.239	51.931	1.532	4,7	7,0	85,8	2,5

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

Nota: Agro – Agropecuária / Ind.Extr. – Indústria Extrativa / Ind.Transf. – Indústria de Transformação

Quanto às *grandes categorias econômicas dos bens importados* de todos os países, bens intermediários representaram 60,7% nas importações totais em 2023 (contra 63,3% em 2022), bens de consumo 13,4% (contra 10,3%), combustíveis 13,4% (contra 16,1%), bens de capital 12,3% (contra 10,3%).

As importações de bens de capital de 1997 a 2023 foram em média 13,6%, sendo nos anos 90 em patamar superior. Acompanha a Formação Bruta de Capital Fixo no país, ou seja, a tendência de queda dos investimentos.

No caso de importação de bens intermediários, a média nesse período foi de 59,5% sem grandes alterações nesses 27 anos. Quanto à importação de bens de consumo, a participação média anual foi de 12,7%, com a única fase abaixo (média de 9,1%) entre 2002 e 2005.

A parcela de *importação de combustíveis e lubrificantes* ficou em 2023 pouco abaixo (13,4%) da média anual de 14,3% no período 1997-2023. No período de crescimento dos governos social-desenvolvimentista entre 2005 e 2014, ficou acima: em média 17%.

Importação Brasileira Anual - Classificação por Grandes Categorias Econômicas - US\$ FOB Milhões

Data	Valor				Part. do Setor no Total Brasil			
	BK	BI	BC	CL	BK	BI	BC	CL
2023	29.576	146.093	32.795	32.246	12,3	60,7	13,6	13,4
2022	28.080	172.461	27.931	43.988	10,3	63,3	10,3	16,1
2021	24.368	144.851	24.017	26.093	11,1	66,0	11,0	11,9
2020	24.174	99.416	21.201	13.935	15,2	62,6	13,4	8,8
2019	25.653	113.138	24.838	22.170	13,8	60,9	13,4	11,9
2018	23.846	111.997	25.635	23.674	12,9	60,5	13,8	12,8
2017	16.900	99.366	23.354	19.221	10,6	62,6	14,7	12,1
2016	18.367	84.944	21.749	14.139	13,2	61,0	15,6	10,2
2015	23.312	99.404	26.832	23.369	13,5	57,5	15,5	13,5
2014	29.493	126.877	33.127	41.162	12,8	55,0	14,4	17,8
2013	32.700	131.660	34.676	42.360	13,5	54,5	14,4	17,5
2012	31.656	123.010	33.380	37.059	14,1	54,6	14,8	16,5
2011	30.514	124.674	34.858	37.841	13,4	54,7	15,3	16,6
2010	25.677	103.643	27.096	26.852	14,0	56,6	14,8	14,7
2009	18.468	73.179	19.260	18.374	14,3	56,6	14,9	14,2
2008	21.563	100.299	19.694	33.137	12,3	57,4	11,3	19,0
2007	14.290	72.080	14.017	21.648	11,7	59,1	11,5	17,7
2006	10.511	55.662	9.878	16.473	11,4	60,2	10,7	17,8
2005	8.588	46.144	6.831	13.123	11,5	61,8	9,1	17,6
2004	6.726	40.312	5.399	11.374	10,5	63,2	8,5	17,8
2003	5.527	31.651	4.408	7.619	11,2	64,3	9,0	15,5
2002	6.572	29.613	4.688	7.361	13,6	61,4	9,7	15,3
2001	9.180	34.157	5.753	7.433	16,2	60,4	10,2	13,1
2000	8.694	35.086	5.678	7.447	15,3	61,7	10,0	13,1
1999	9.088	29.885	5.944	5.331	18,1	59,5	11,8	10,6
1998	11.650	32.639	9.210	5.167	19,9	55,6	15,7	8,8
1997	12.179	32.705	8.964	6.676	20,1	54,0	14,8	11,0

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

Nota: BK – Bens de Capital / BI – Bens Intermediários / BC – Bens de Consumo / CL – Combustíveis e Lubrificantes

Parceiros Comerciais

Quanto aos *principais destinos das exportações brasileiras* foram na ordem: China (US\$ 104,3 bilhões com participação de 30,7%), Estados Unidos (US\$ 36,9 bilhões com 10,9%), Argentina (US\$ 16,7 bilhões com 4,9%), Holanda (US\$ 12,1 bilhões com 3,6%), México (US\$ 8,6 bilhões com 2,5%), Chile (US\$ 7,9 bilhões com 2,3%), Espanha (US\$ 7,8 bilhões com 2,3%), Singapura (US\$ 7,1 bilhões com 2,3%), Japão (US\$ 6,6 bilhões com 1,9%), Canadá (US\$ 5,7 bilhões com 1,7%), Alemanha (US\$ 5,6 bilhões com 1,7%).

A *progressiva dependência da exportação brasileira para a China* fica nítida na série temporal abaixo com os últimos 27 anos. No ano 2000, saiu do patamar de 2% do total até atingir o pico de 32,4% em 2020, desde o início do século XXI, a média anual passou para 30,3%. O grande salto foi após a GCF de 2008.

Em contrapartida, a União Europeia em bloco importava mais de ¼ da exportação brasileira até o ano 2000 e sua participação relativa caiu para a metade (13,6%), bem como a norte-americana

caiu de 25,5% no ano 2002 para 10,3% em 2023. Idem para a Argentina de 13,2% em 1998 para 4,9% em 2023.

Em compensação, esses quatro destinos continuam mantendo 60% do total. Isto graças à China, destino de 30,7% das exportações brasileiras.

A *progressiva dependência da exportação brasileira para a China* fica nítida na série temporal abaixo com os últimos 27 anos. No ano 2000, saiu do patamar de 2% do total até atingir o pico de 32,4% em 2020, desde então a média anual passou para 30,3%. O grande salto foi após a GCF (Grande Crise Financeira) de 2008.

Destinos das Exportações Brasileiras - Part. (%) no Total Brasil

Data	China	União Europeia	Estados Unidos	Argentina	Subtotal
2023	30,7	13,6	10,9	4,9	60,1
2022	26,8	15,2	11,2	4,6	57,8
2021	31,3	13,0	11,1	4,2	59,6
2020	32,4	13,2	10,3	4,1	59,9
2019	28,7	13,6	13,4	4,4	60,1
2018	27,6	14,8	12,4	6,4	61,2
2017	22,1	14,1	12,5	8,2	56,8
2016	19,6	15,1	12,9	7,5	55,1
2015	18,8	15,4	12,9	6,8	54,0
2014	18,4	16,4	12,2	6,5	53,4
2013	19,8	17,1	10,6	8,4	55,9
2012	17,2	17,9	11,1	7,5	53,7
2011	17,5	18,4	10,2	8,9	55,0
2010	15,3	18,7	9,6	9,2	52,9
2009	13,8	19,3	10,3	8,4	51,9
2008	8,4	21,6	13,6	9,0	52,6
2007	6,7	22,8	15,7	9,0	54,3
2006	6,1	20,5	17,8	8,5	52,9
2005	5,8	20,6	19,1	8,4	53,9
2004	5,7	22,5	21,0	7,7	57,0
2003	6,2	23,0	22,9	6,3	58,4
2002	4,2	22,9	25,5	3,9	56,5
2001	3,3	23,8	24,4	8,6	60,0
2000	2,0	25,2	23,9	11,3	62,4
1999	1,4	26,6	22,2	11,2	61,5
1998	1,8	27,3	19,1	13,2	61,3
1997	2,1	26,1	17,5	12,8	58,4

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia

Quanto às *principais origens das importações brasileiras* foram na ordem: China (US\$ 53,2 bilhões com participação de 22%), Estados Unidos (US\$ 37,9 bilhões com 15,8%), Alemanha (US\$ 13,1 bilhões com 5,5%), Argentina (US\$ 12 bilhões com 5%), Rússia (US\$ 8,5 bilhões com 3,8%), Índia (US\$ 6,5 bilhões com 2,9%), Itália (US\$ 5,4 bilhões com 2,4%), França (US\$ 5,1 bilhões com 2,3%), México (US\$ 5,5 bilhões com 2,3%), Japão (US\$ 5,1 bilhões com 2,1%).

Portanto, *o maior parceiro comercial é a China* com o fluxo corrente de US\$ 155,5 bilhões e o saldo positivo para o Brasil de US\$

51,1 bilhões em 2023. Nos 12 meses do ano anterior, o fluxo comercial tinha sido de US\$ 150,2 bilhões e superávit brasileiro de US\$ 26,7 bilhões, menor participação chinesa na exportação total (26,8%) e praticamente igual na importação (22,3%).

Os *principais produtos exportados para a China* foram soja (39%), óleos brutos de petróleo cru (19%), minério de ferro e seus concentrados (18%), carne bovina (5,5%), celulose (3,6%), açúcar (1,6%), carne de aves (1,6%).

Os *principais produtos importados da China* foram transistores (10%), equipamentos de telecomunicações (6,1%), compostos orgânicos-inorgânicos (5%).

As exportações para a China saíram de US\$ 63,4 bilhões, em 2019, até atingirem US\$ 104,3 bilhões, em 2023. A tendência é de alta, não só por *efeito-preço*, derivado dos choques da pandemia e dos conflitos geopolíticos, mas porque o Brasil exporta um *volume* cada vez maior para China em uma *pauta mais diversificada* diante do passado. Soja, petróleo e minério de ferro devem seguir liderando a pauta e respondendo por mais de 70% do total exportado, mas alguns itens se destacaram, nos últimos anos, como as proteínas animais, incluindo bovino, suíno e aves, além do milho.

Fonte dos dados : https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html

Capítulo 4. Financiamento

Desenvolvimento do Sistema de Crédito Rural

Guilherme Delgado, na obra "*Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia Do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)*", aborda as relações econômicas, sociológicas e ambientais da agricultura brasileira, em quase cinquenta anos de desenvolvimento dessa economia agrícola. Relembra a política governamental, a pressão econômica externa e das políticas sociais internas.

Aqui, interessa-me especialmente a especificidade do ciclo de produção agrícola. Caracteriza-se por *dois tipos de discontinuidades*, causadores de uma rotação mais lenta dos capitais empregados na agricultura, relativamente aos capitais aplicados em processos de produção contínuos.

A primeira discontinuidade se refere ao problema da interrupção do processo de trabalho dentro do período de produção. Implica em rotação mais lenta do capital e significa maior necessidade de imobilização no tempo do capital de giro, financiador das operações produtivas, desde o preparo inicial do solo até o fim da colheita e venda da produção.

A segunda discontinuidade se verifica entre os períodos de produção. Concluído o período de produção de um produto qualquer, em geral, não há renovação imediata do processo, na *entressafra*, mas tão somente em datas anuais ou sazonais preestabelecidas no calendário agrícola, variáveis por produto e latitude geográfica.

Essa característica da produção em *intervalos discretos* diante do caráter contínuo do consumo de produtos agrícolas determina condições especiais para a circulação mercantil desses produtos. Daí o papel especial das *bolsas de mercadorias* e do comércio a termo de commodities, formas capitalistas de "transportar no tempo" as mercadorias ou tornar continuamente reversíveis as decisões especulativas no mercado a futuro.

Outra característica peculiar do período de produção agrícola, apontada por Delgado (2012: 23), é o *caráter ilíquido do capital*

investido até o fim desse período. Por natureza, a agricultura, ao contrário da pecuária, não apresenta, durante o processo produtivo, estoques de mercadorias semielaboradas de uso intermediário.

Por isso, o retorno de qualquer parcela de capital de giro (circulante) somente apresentará algum grau de liquidez depois da disponibilidade de um estoque de mercadorias “terminadas”, ou seja, os produtos agrícolas após a colheita.

A situação da *pecuária* é distinta por haver mercados intermediários e mesmos finais para a negociação de animais de diferentes portes e idades. Dá a essa atividade um caráter inteiramente diverso quanto às necessidades de capital de giro, assim como as necessidades de capital em longo prazo.

Considerando a *agricultura de exportação* e a *agricultura de alimentação*, esta última é governada por uma cadeia de intercâmbio do tipo *mercadoria-dinheiro-mercadoria* com pouca necessidade de compra de insumos e produtos não agrícolas para sua produção. Além disso, só circunstancialmente apela ao mercado de trabalho.

Com elevada parcela de produção autoconsumida no estabelecimento agrícola, predominância do trabalho familiar e reduzida utilização de insumos não agrícolas na produção, apresentam um circuito de comercialização semelhante ao de uma *economia mercantil simples*, mesmo caso esteja subordinada a uma economia capitalista mais avançada. Para esses simples produtores, a inserção no sistema de crédito rural, geralmente, é periférica e atendida pelas fontes usurárias tradicionais.

Por sua vez, a *agricultura de exportação* se guia por um circuito de uma *economia monetária de produção*, onde a cadeia de intercâmbio segue a lógica *dinheiro-mercadoria-dinheiro*. Nessa economia capitalista, as necessidades de capital de giro tendem a crescer.

Quanto mais modernizada ou capitalista é uma agricultura, em razão do crescimento da mercantilização em todos os mercados (interno e externo), maior é a demanda por capital de giro. Há *monetização das relações de intercâmbio*, inclusive cambiais ou dolarizadas.

Em um contexto global, o papel dos bancos passa a ser crucial. Detêm a atribuição de circulação do capital-dinheiro ao passar por eles as demandas crescentes tanto de crédito em curto prazo quanto em longo prazo.

Delgado alerta a respeito da relação ao mesmo modernizadora e predatória do capital financeiro na agricultura brasileira ter, historicamente, se iniciado no período da 'modernização conservadora da agricultura'. Durante a ditadura militar, de meados dos anos 60 até início dos anos 80 do século passado, houve a constituição das bases daquilo denominado por ele de "integração de capitais na agricultura brasileira", simultâneo a amplo processo de integração técnica da agricultura com complexos agroindustriais.

Na época, discutia-se a Questão Agrária a respeito de implicações tipicamente nacionais, em razão dos processos de concentração fundiária e exclusão de populações não integráveis à dinâmica desse processo de modernização. Nessa fase, o Estado cumpria um papel diretor na formação da relação de capital financeiro na agricultura, na condição múltipla de financiador do Sistema de Crédito e regulador de um mercado de terras ao estilo mercantil estrito.

Direcionava o processo de integração técnica e de integração de capitais para os chamados *complexos agroindustriais*. Esse processo foi planejado (inclusive com a Embrapa) e articulado a um processo de urbanização e industrialização intensivos, durante o período 1965-1980.

Aí a economia brasileira passou a experimentar uma crise fiscal, relacionada ao endividamento externo. Foi devido à anterior reciclagem dos petrodólares e ao subsequente choque dos juros norte-americanos.

No século XXI, o relançamento de uma estratégia de capital financeiro na agricultura sob a etiqueta de *economia do agronegócio*, deu-se com reativação de algumas características precedentes:

- a estratégia de relançamento do Sistema de Crédito Rural,
- o mercado de terras autorregulado, e
- a reativação dos complexos agroindustriais.

Há semelhança do *período da 'modernização conservadora'*, mas há duas diferenças cruciais nos dois momentos históricos.

Não há mais industrialização e urbanização intensivas e diversificação do comércio exterior como eixos de demanda efetiva puxando o crescimento da produção agropecuária, mas sim dois outros processos qualitativamente invertidos:

- a) *desindustrialização* da economia e principalmente de suas exportações;
- b) *especialização primário-exportadora* do comércio externo em meia dúzia de *'commodities'*.

“Nesse contexto histórico, as formas e funções de organização do capital financeiro se espraiam para vários setores conexos ao setor agrícola, todos eles gravados pela forte associação com a propriedade de recursos naturais e a captura de rendas fundiárias em terras, minas, campos petrolíferos e águas”.

O *'boom' das 'commodities'* foi o eixo de relançamento do setor primário exportador, claramente se exaurindo em 2011. Depois, a estratégia de capital financeiro, relançada no início dos anos 2000, teve de se renovar.

De acordo com Delgado, a prática em 30 anos de política agrária, posterior à Constituinte de 1988, conspira ostensivamente contra os regimes fundiários constitucionais. A terra estritamente mercantil, ou de direito privado absoluto, passa a ser dominante na política agrária e as tendências de concentração e centralização do capital também no mercado de terras se acentuam, com agravante da pressão por internacionalização desse mercado.

Ele leva em conta o conceito de *capital financeiro* como uma relação social e econômica em busca de centralização e liquidez ou mobilidade do capital. Independentemente de sua origem ou propriedade, *todas as atividades são componentes do sistema financeiro*, cujas funções vão adquirindo diferentes formas na história e geografia mundiais.

No Brasil, a forma dominante do capital financeiro na agricultura estruturou-se a partir do *sistema de crédito rural*

bancário, fortemente subsidiado pelo Estado (1967/1980), no contexto de algumas relações econômicas explicitadas por Delgado.

A forma clássica de capital financeiro neste contexto foi a relação bancária débito/crédito, fortemente subsidiada. Tinha como respaldo ou colateral, na linguagem bancária, *a hipoteca patrimonial rural*.

O acesso ao *crédito rural subsidiado* e ao igualmente generoso do *subsídio fiscal* (como a Cédula G do Imposto de Renda), com insignificante Imposto Territorial (ITR), favoreceram os processos de conglomeração de capitais e forte diversificação de sociedades anônimas e *'holdings'*. Faziam negócios reais ou virtuais na agricultura, nos complexos agroindustriais e em outros setores econômicos interessados no cruzamento de capitais junto ao setor primário, diante da perspectiva de captura de rendas fundiárias e financeiras conexas.

O *mercado de terras* também foi objeto de alta concentração relacionada ao capital financeiro, seja ela induzida pela citada relação débito/crédito bancário, seja ela fruto da valorização das terras. Tudo isso era induzido pelos subsídios financeiros e fiscais ou pelas eventuais elevações dos preços agrícolas.

Mas havia, segundo Delgado (2020), um ganho específico no mercado imobiliário rural, o chamado *'ganho de fundador'*, típico dos processos de associações do capital financeiro. Neste mercado, tinha por foco explícito *a captura de renda fundiária de terras novas*. O processo de colonização privada da região Centro-Oeste, experimentado no nos anos 70/80 do século passado, abriu essa relação.

A forma clássica de operação do capital financeiro nos mercados de cotações, mediante lançamento de títulos patrimoniais e dívidas, por exemplo, ações e debêntures nas Bolsas de Valores e *'commodities'* no caso das Bolsas de Mercadorias, era praticamente pontual no período da *'modernização conservadora'* relativamente ao mercado de terras. De certa forma, ainda é atualmente.

No contexto da economia do agronegócio em crise, aventa-se com frequência *a tese da abertura do mercado de terras ao capital*

estrangeiro. Mas não há consenso no Congresso Nacional, ou seja, dentro da própria bancada ruralista.

Houve alta penetração de capital estrangeiro em alguns complexos agroindustriais sob propriedade de Sociedades Anônimas. Principalmente, destacaram-se nos setores sucro-alcooleiro e nos ramos de produção de celulose, detentores simultaneamente de ativos industriais e ampla base territorial de produção agrícola ou florestal.

Para Delgado (2020), no período de predomínio da *economia do agronegócio* – anos 2000 até o presente –, predomina a relação clássica de operação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) subsidiado, relançada sob Planos Safra. Mas, na situação de crise no período mais recente, ensaiam-se experimentos novos na relação do capital financeiro com o setor primário da economia em relação à propriedade ou posse centralizada de recursos naturais de terras, minas e águas.

Esses experimentos reproduzem em parte as mencionadas formas pretéritas. Mas têm como novidade a tentativa de internacionalização desses mercados, alguns já em franco processo de operação, outros ainda sem consenso ou forma institucional definida.

Houve forte injeção de recursos externos nas imobiliárias rurais e permanece a pretensão de internacionalização por lei do mercado de terras brasileiro. O *lobby* envolve pessoas jurídicas estrangeiras em igualdade com as brasileiras, com amplos direitos de compras e arrendamentos rurais.

Apesar da abertura legal do comércio de *títulos de crédito de carbono* nas Bolsas de Valores (Código Florestal – art. 41, parágrafo 4), o texto não tinha sido ainda regulamentado até 2020.

Destacaram-se processos de fusão e aquisições importantes, tanto nos Complexos Agroindustriais quanto no setor mineral.

Tentativas de internacionalização de unidades de Parques e Reservas (exemplo da Reserva RENCA no Amapá), durante o governo Temer, falharam. Da mesma forma, houve declarações de intenção de setores do governo neofascista/neoliberal (2019-2022), incluindo o

próprio presidente da República, prometendo alienação de terra indígena e de Parques e Reservas da União.

A prometida privatização internacional do sistema ELETROBRÁS foi consumada. Incluiu toda a rede nacional de lagos artificiais das unidades hidroelétricas geradoras de energia.

Os citados exemplos recentes, expostos por Delgado (2020), se caracterizaram muito mais como ensaios de mudança de regras, em vez de propriamente uma mudança institucional já configurada. Mas houve uma internacionalização de um recurso natural estratégico já em operação – o dos leilões de campos petrolíferos do Pré-sal –, sob regras alteradas no período do governo golpista de Temer.

Embora não se enquadre na discussão específica da Questão Agrária clássica, tem com ela certa conexão, pelo fato de caracterizar mudança importante da Lei da Partilha. Ela regulava a *distribuição da renda fundiária petrolífera* (Lei n. 12.351/2010). Colocaram em seu lugar uma regra típica de capital financeiro de concessão sob alto subsídio tributário (Lei n. 12.365//2016).

Em diversos momentos, seja de expansão, seja de relativa contração das exportações brasileiras, tem havido uma perda significativa de participação dos produtos manufaturados e um aprofundamento da *'reprimarização'* da pauta. Isso ocorreu mesmo no período de reversão cíclica dos preços, mediante a ampliação das quantidades exportadas.

Na conjuntura de baixa cíclica, acentuaram-se processos antes caminhando mais lentamente:

- a) uma tendência clara de superexploração de terras, minas e águas, sob pressão das condições de ajustamento constrangido do balanço de pagamentos, com todos os riscos inerentes a essa estratégia público-privada;
- b) uma permanente tentativa de internacionalizar recursos naturais, com várias das iniciativas dos blocos ruralista e minerador, das quais apenas a do setor petrolífero logrou se institucionalizar até o fim do governo miliciano.

A *tese central*, defendida por Delgado (2020), é "as novas engenharias do capital financeiro na agricultura somadas às antigas

da era da 'modernização conservadora da agricultura' corroboram e conduzem o país à *barbárie fundiária, ecológica e hídrica*, de consequências sociais e ambientais incompatíveis com a vida civilizada".

A sucessão de desastres na área das barragens minerais, a desregulação dos mercados no uso ambiental dos agrotóxicos, o recrudescimento do desmatamento, o consumo exacerbado de água potável pela irrigação agrícola e a elevação dos índices de emissão de gases do efeito estufa são todos indicadores de *um padrão de utilização de recursos naturais produtor de vítimas* em larga escala. Morreram não apenas camponeses e povos originários da terra, como também na sociedade urbana em geral.

Neste sentido, busca discutir politicamente a noção de espaço público rural e dos critérios de sua exploração, conservação, utilização etc., estabelecendo normas de direito público aos usuários privados desse espaço, coerentes com um sentido à Economia Política, limitante ao uso privado irresponsável desse espaço. Essas normas, fundamentadas na ordem jurídica vigente (função social e ambiental da utilização terra, regulada por zoneamento agro-hidro-ecológico), ora estão interditas pelo bloqueio ostensivo dos interesses 'mercantis' sobre os espaços da natureza.

Nesse sentido, para Delgado (2020), a discussão da Questão Agrária e de sua relação com o capital financeiro precisa evoluir. Partir da constatação das graves situações de desigualdade social, insustentabilidade ambiental e inviabilidade de médio prazo da *economia primário-exportadora*.

Ações de reestruturação fundiária precisam recuperar as ideias correlacionadas de *espaço público*, do interesse geral e de soberania nacional. Dessa forma, atualiza a Questão Agrária quanto à *reforma da estrutura agrária*.

Divisão de Trabalho no Financiamento

Historicamente, sempre houve certa divisão de tarefas no sistema financeiro nacional. Os bancos estatais se distribuíram em predomínio entre o financiamento rural (Banco do Brasil), habitacional (Caixa Econômica Federal) e infraestrutura (BNDES).

Eles utilizam como *funding* predominante os fundos parafiscais, respectivamente, FCO (Fundo do Centro-Oeste), FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), FAT (Fundo de Amparo aos Trabalhadores). A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco do Nordeste, além do Fundo de Investimento do Nordeste. O Fundo de Investimento da Amazônia é *funding* do Banco da Amazônia (BASA).

Criados em 1974, o Finor e o Finam e são fundos de natureza privada alimentados pela aplicação de empresas em opção de imposto de renda incidente sobre o lucro real. As empresas poderiam optar por, em vez de recolher parte do imposto, destinar a um fundo de investimento em projetos nas duas regiões, recebendo cotas, em troca. A Lei n. 14.165/2021 definiu: o Finam e o Finor passarão por *um processo de desinvestimento e extinção*.

Os bancos privados financiam com *recursos livres*, em vez de *direcionados* como no caso dos estatais. Operam em curto prazo, com lideranças como em cartões de crédito e cheques especiais (Itaú), recebíveis de PJ (Bradesco) e financiamento de veículos (Santander).

Os quadros abaixo mostram bem o "*market-share*", isto é, as participações nos distintos mercados de crédito. Destacam-se, especialmente, como ocorre em outros sistemas bancários, os "*big five*". Em todas as grandes economias, cinco bancos predominam em certos mercados.

Gráfico C.1 – Participação das Instituições Líderes em financiamentos rurais e agro PF e PJ em 2022

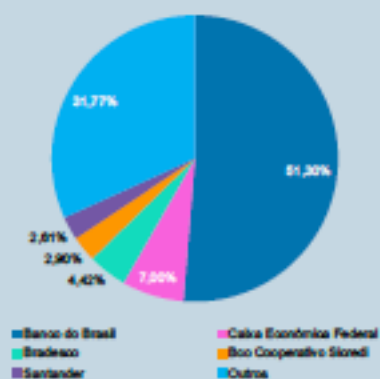


Gráfico C.2 – Participação das Instituições Líderes em financiamentos habitacionais PF e PJ em 2022

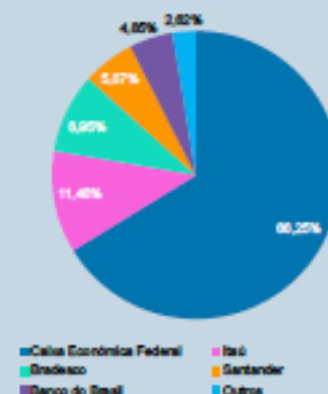


Gráfico C.3 – Participação das Instituições Líderes em financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento PJ em 2022

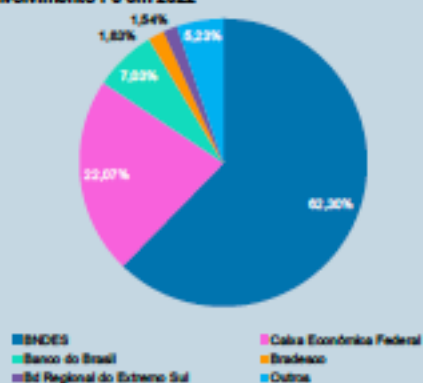


Gráfico C.4 – Participação das Instituições Líderes em recebíveis adquiridos PJ em 2022

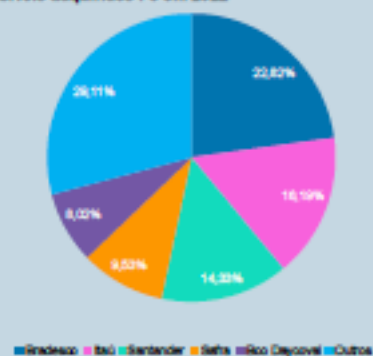


Gráfico C.5 – Participação das instituições líderes em capital de giro PJ em 2022

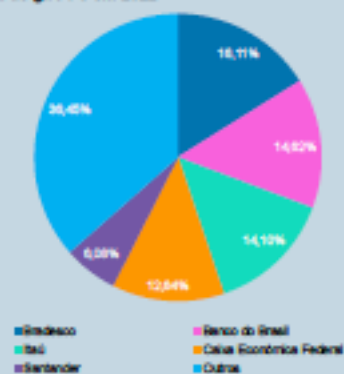
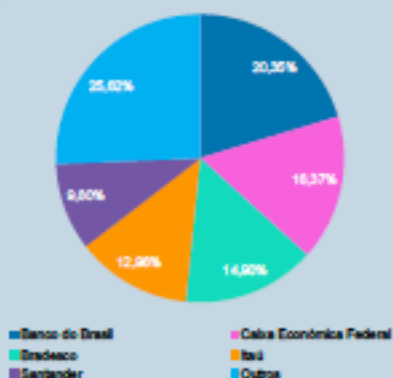
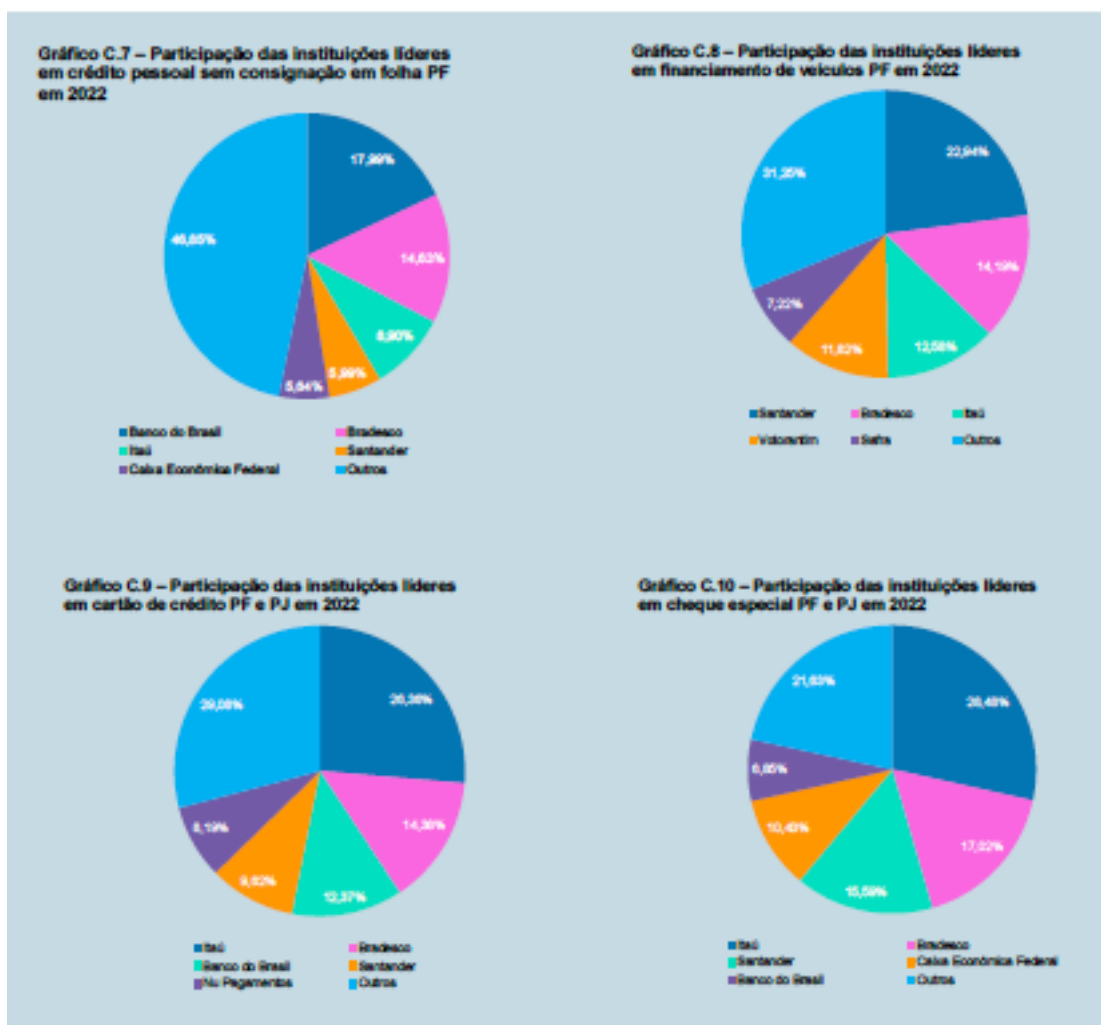


Gráfico C.6 – Participação das Instituições Líderes em crédito pessoal com consignação em folha PF em 2022





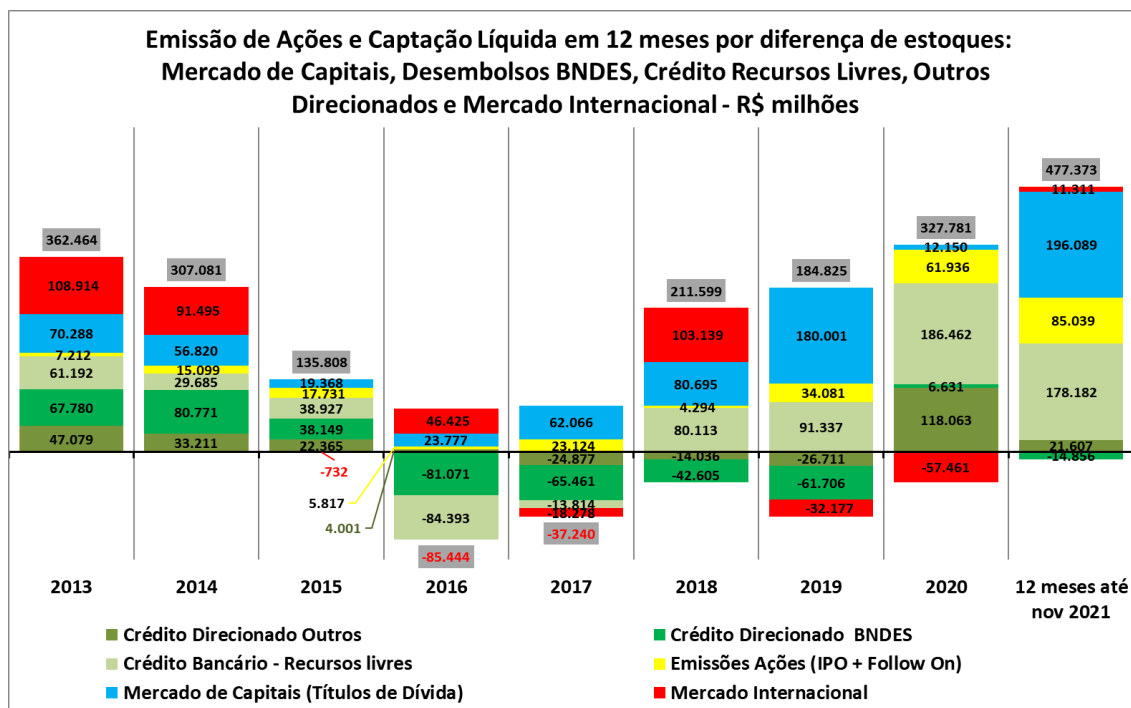
Fonte: Banco Central do Brasil. *Relatório de Economia Bancária*. 2022

Financiamento de Empresas Não-Financeiras

O objetivo do CEMEC-FIPE é oferecer um conjunto de análises, indicadores e dados para verificar de qual modo o conjunto de todas as empresas não financeiras brasileiras se financiam. Para obter uma estimativa dos recursos líquidos captados pelas empresas em cada período, utiliza a diferença entre o saldo final e inicial cada fonte de dívida em cada período.

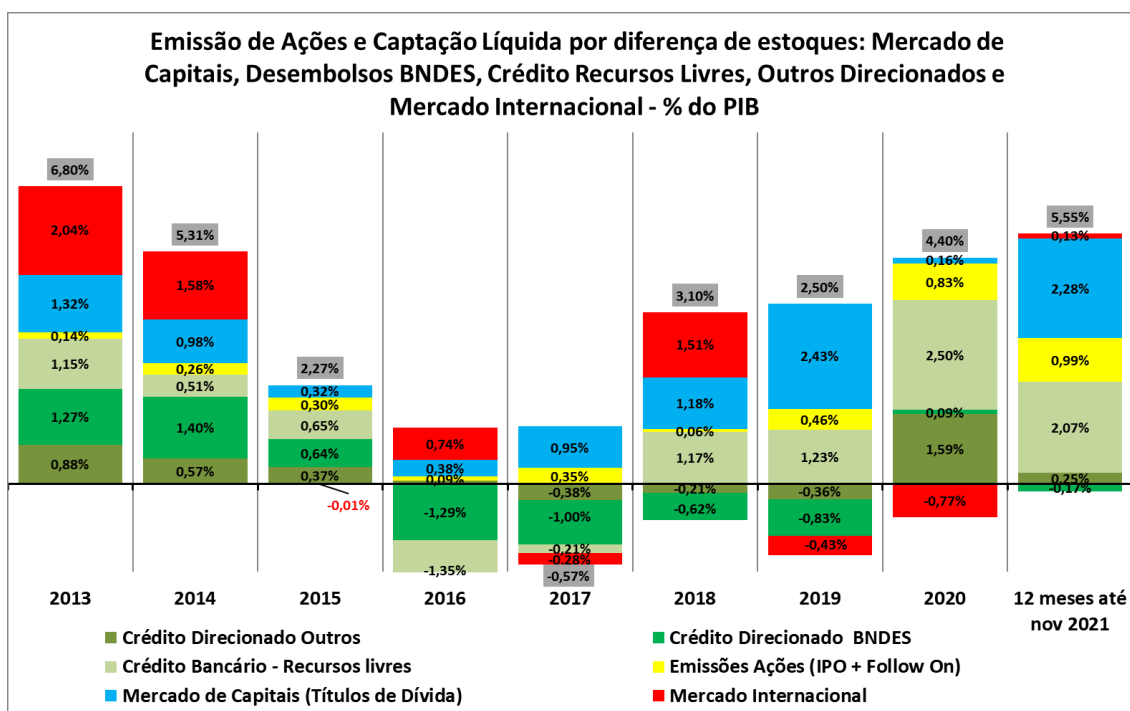
No caso de recursos captados no mercado internacional, é calculada a diferença mensal do saldo em moeda estrangeira. Esse valor é convertido pela taxa cambial média do mês. Caso o período desejado seja anual, soma-se as doze parcelas mensais para se obter uma estimativa dos recursos internacionais entrados no caixa da empresa.

As informações da composição do exigível financeiro de todas as empresas não financeiras por fontes de recursos são obtidos a partir da consolidação de dados de fontes primárias (BACEN, ANBIMA, CVM, B3 e Demonstrativos Financeiros de Entidades Financeiras) com o uso do Modelo de Contas Financeiras do CEMEC-FIPE.



Fonte: Contas Financeiras CEMEC (BACEN, ANBIMA, CVM, B3 e Demonstrativos Financeiros de Entidades Não Financeiras)

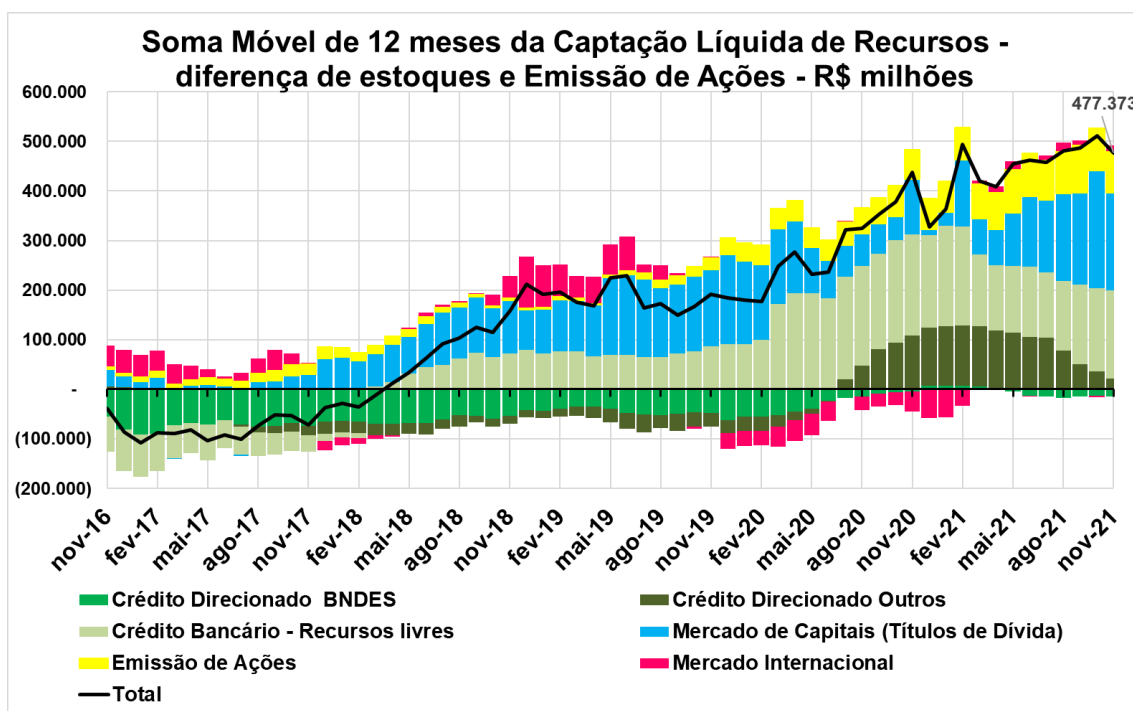
Dada a gestão neoliberal antiestatal, os recursos do BNDES continuavam negativos nos 12 meses findos em novembro/2021. O processo de cerceamento de seu crédito direcionando ao investimento em infraestrutura vinha desde 2016, o ano do golpe semiparlamentarista em um regime presidencialista.



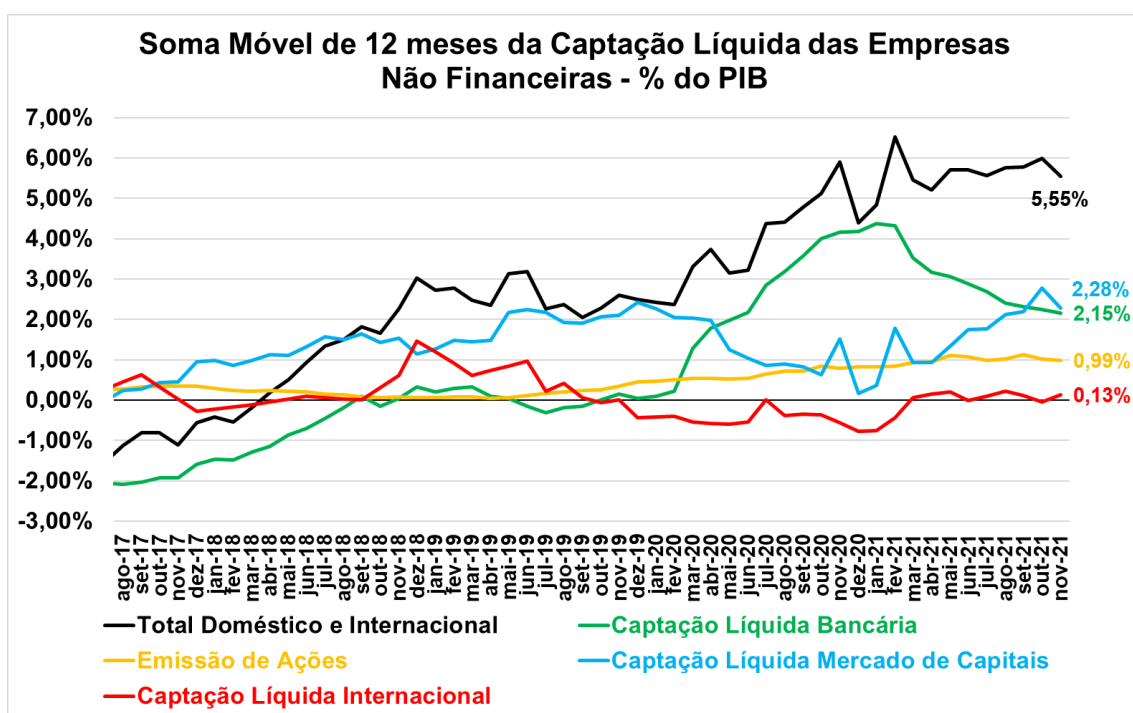
Os recursos captados nos 12 meses findos em novembro/2021 atingiram o maior valor desde 2014 graças ao mercado de capitais, isto é, à emissão de títulos de dívida direta (2,28% do PIB), crédito bancário com recursos livres (2,07%) e emissões de ações, seja por IPO, seja por *follow-on* (0,99%).

O mercado internacional se tornou negativo desde 2019, embora em 2021 tenha entrado em uma parcela positiva ínfima. As empresas não-financeiras recorreram principalmente às debêntures desde 2017, embora no ano da pandemia suas emissões tenham sido inexpressivas (0,16% do PIB).

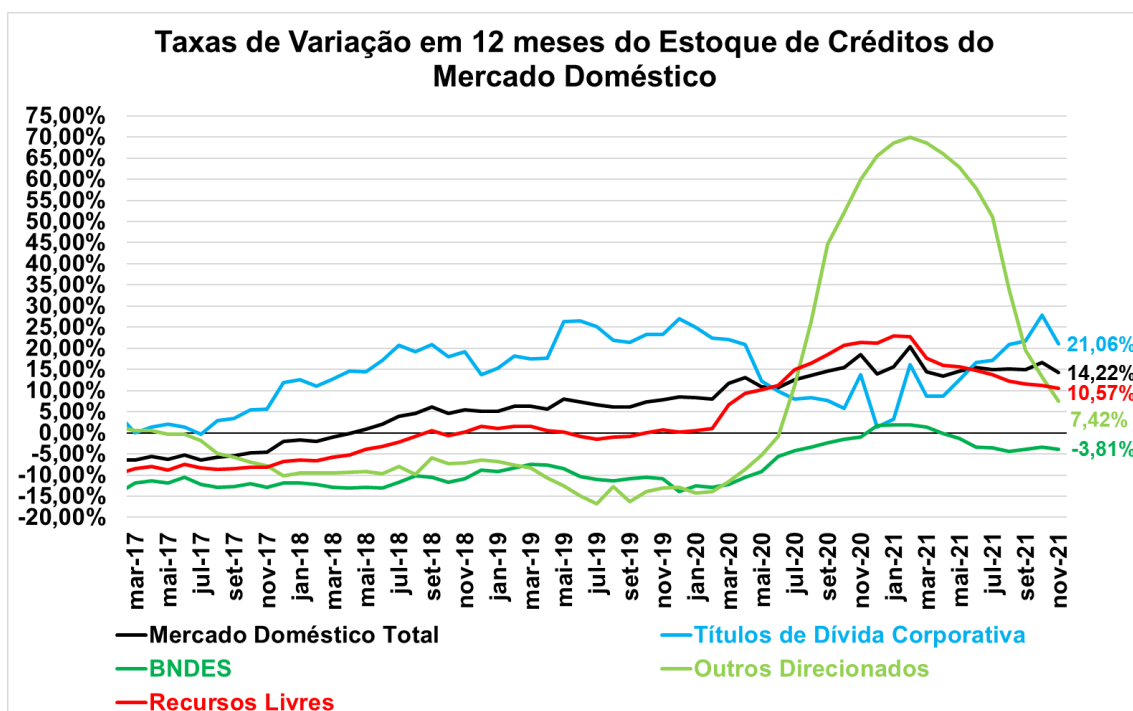
O gráfico seguinte em linha com soma móvel de 12 meses de captação líquida de recursos revela bem os movimentos das fontes de financiamento desde o fim de 2016 até o fim de 2021. Embora crescente em termos nominais, a maior característica foi as empresas não-financeiras recorrerem ao mercado de capitais (debêntures) e às emissões de ações, dada a indisponibilidade do BNDES.



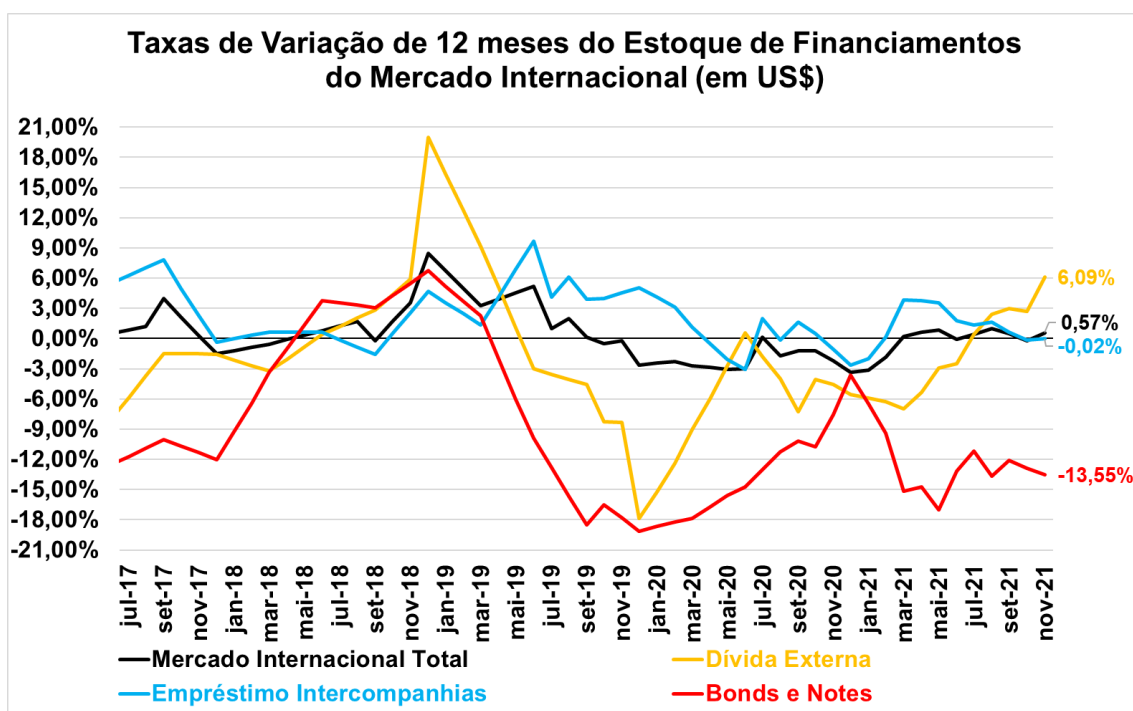
O gráfico seguinte em linhas espelha melhor os movimentos: mercado de capitais sobe e captação de empréstimos de bancos cai.



No mercado doméstico, o mercado de capitais (linha azul no gráfico abaixo) lidera as taxas anuais de variação em quase todo o período desde março de 2017.



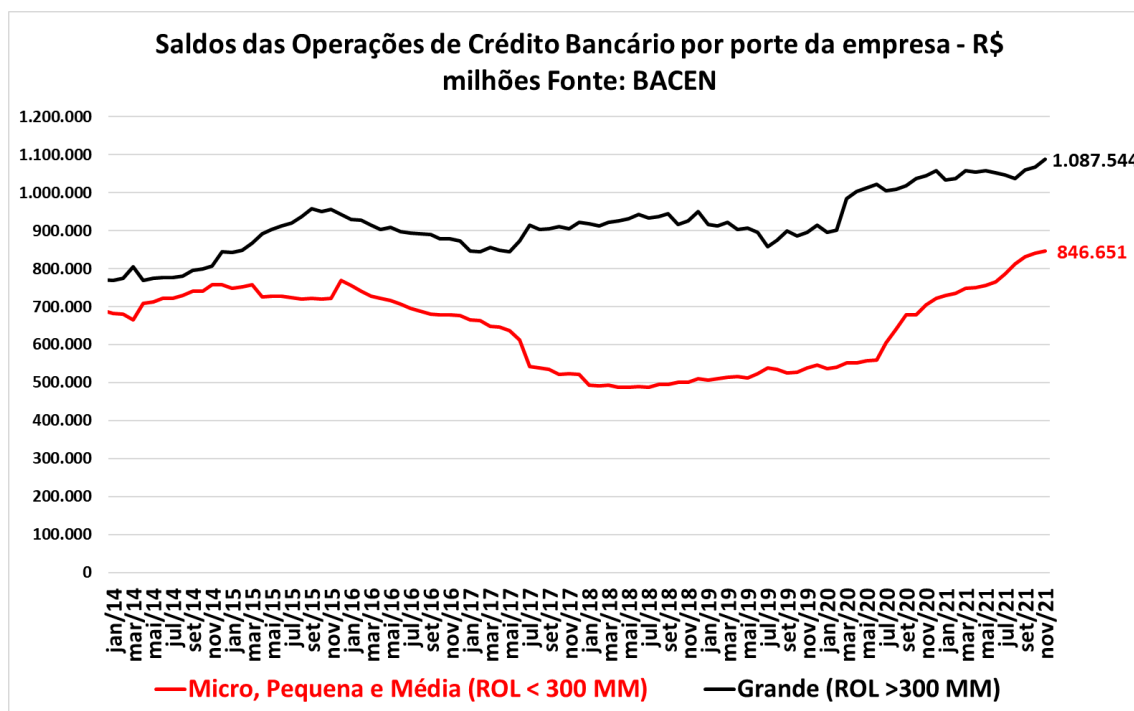
Praticamente, depois do golpe de 2016, talvez pela perda de credibilidade governamental, houve uma espécie de fuga de capital estrangeiro diante do contexto político e econômico brasileiro.



Dada a pandemia com pressão social refletida no Congresso Nacional, a partir de junho de 2020 o crédito para as PME (ROL < R\$ 300 milhões) apresentou forte alta. As grandes empresas (ROL > R\$

300 milhões) receberam maior concessão de crédito desde janeiro de 2014 e acumulam estoque maior diante das PME.

O ROL (*Return On Learning*), cuja sigla em inglês o CEMEC não decifra, mensura o retorno financeiro obtido pelo conhecimento adquirido sobre seus clientes, concorrentes e mercado. está tomando o lugar do ROI (*Return On Investment*) como protagonista na gestão de empresas.

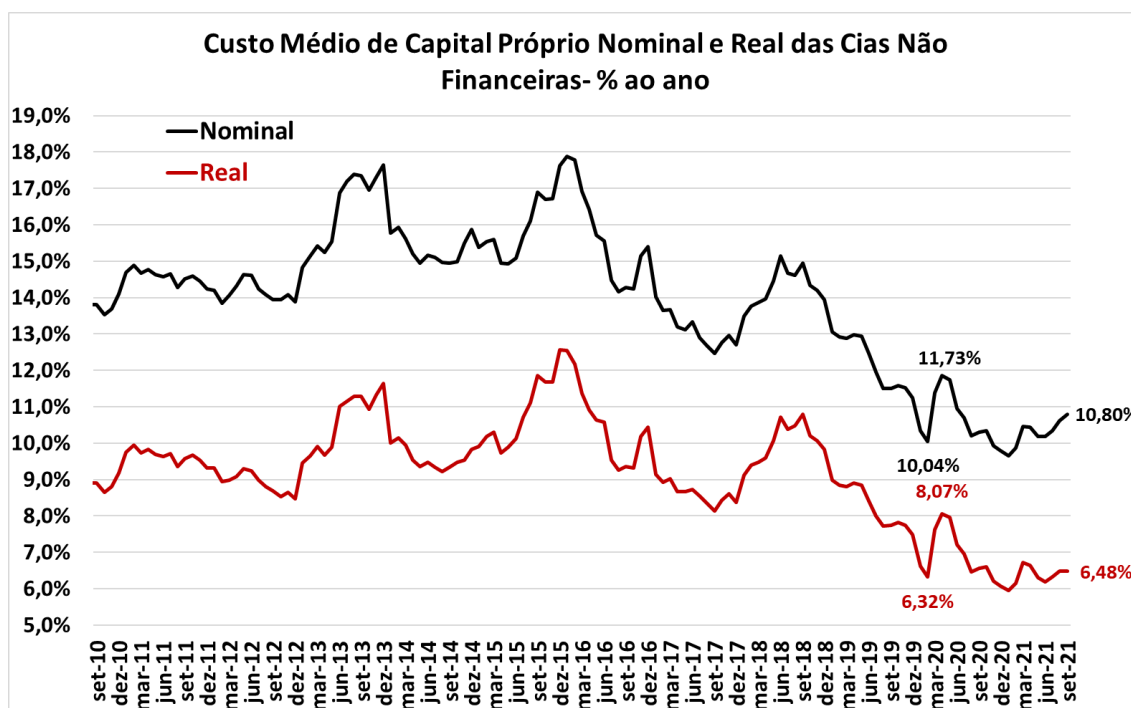


As grandes empresas permanecem com operações bancárias de crédito em alta (+4,1% em nov/2021) e as pequenas e médias crescem mais em relação a uma base menor (+20,2% em nov/2021). O crédito farto, devido às medidas tomadas para enfrentar a pandemia (distanciamento social), foi alocado em maior proporção para as grandes empresas, mas a partir de junho de 2020 houve grande aumento no pequeno porte. Em novembro de 2021, as pequenas e médias empresas tiveram captação líquida superior ao valor das grandes empresas.

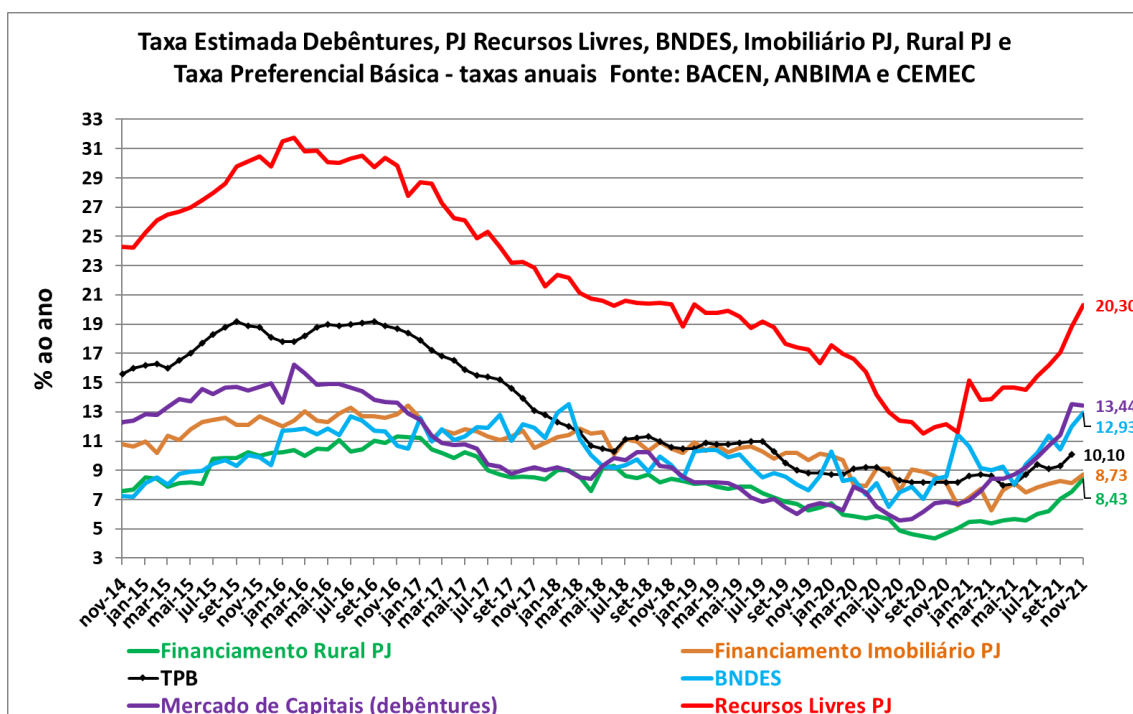
O custo de capital próprio alcançou seus picos primeiro com o aumento da SELIC em abril de 2013 com o erro técnico do Banco Central do Brasil de enfrentar quebra de oferta, com inflação de alimentos devido à seca sazonal, com controle da demanda agregada. Depois, o ambiente do golpismo, forjado pelas "pautas-bombas" do

partido do vice-presidente para o impedimento do governo, levou ao segundo pico também próximo de 18% aa.

Alcançado o propósito, o custo médio do capital próprio em termos nominais cai, progressivamente, até ficar próximo de 10% aa. Descontando a inflação, caso as empresas não-financeiras a precificassem, a taxa de juro real média foi para cerca de 6,32% aa ou pouco mais de 0,5% ao mês, nada abusiva em termos reais.



Fica evidente o aumento da taxa de juros básica de referência para a taxa de captação bancária ao qual se soma o spread bancário (SELIC) provoca a elevação dos juros de todos os instrumentos.



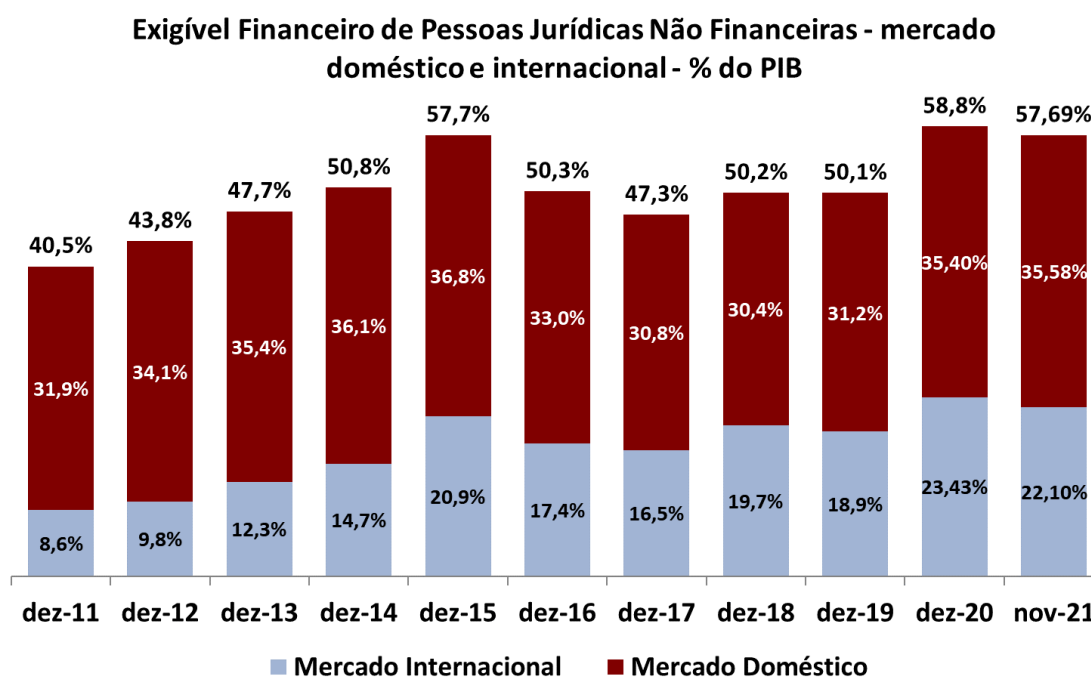
Perceba as taxas de juros do financiamento rural e do financiamento imobiliário, ambas para Pessoas Jurídicas, estão distantes da taxa de juro média dos recursos livres (20,3% aa no fim da série temporal) e abaixo da TPB (Taxa Preferencial Básica). São, respectivamente, 8,43% aa e 8,73% aa.

Entende-se, assim, como a economia brasileira funciona com taxa de juro básica disparatada. O *crédito direcionado subsidiado* compensa o *crédito com recursos livres*, ou seja, com custo fixado pelo livre-mercado. Pior é muitos empresários beneficiados ainda a defenderem...

Embora os movimentos das taxas anuais de juros dos recursos domésticos sejam similares, quando ponderadas pelas participações nas fontes de financiamento doméstico, empresas de sociedades abertas (Sociedade Anônima) têm acesso às fontes de recursos mais baratas e custos de financiamento menores diante das fechadas (familiares ou estrangeiras sem ações na bolsa de valores brasileira). No fim da série temporal, em novembro de 2021, quase se igualaram: 11,3% aa para as abertas e 11,97% aa para as fechadas.

Evolução do Exigível Financeiro por Estoques das Fontes de Recursos

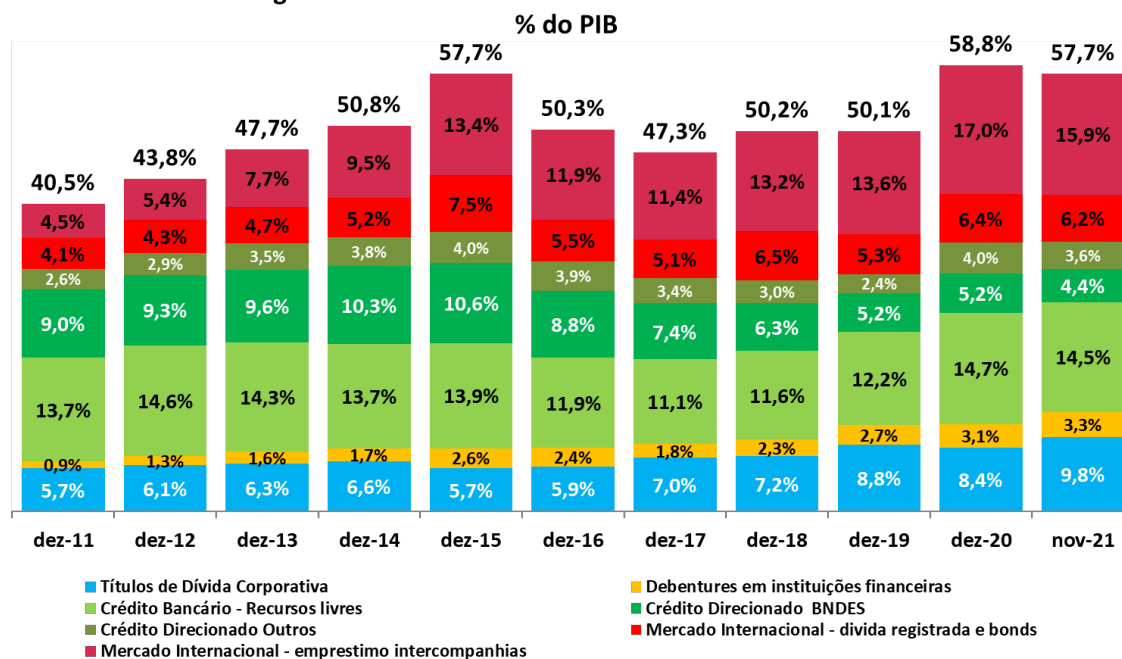
Primeiro, é relevante saber a economia brasileira não ser absolutamente dependente do mercado financeiro internacional. O percentual do mercado doméstico foi sempre superior (quase 2/3 do total) desde o fim de 2011.



A participação de dívida em moeda estrangeira ou indexada a câmbio é de 41,2 % da dívida total das empresas não financeiras em novembro de 2021. Isto porque se soma a dívida registrada no mercado internacional (10,7% do total), os empréstimos intercompanhias (27,6%), os repasses de recursos externos com correção cambial no mercado doméstico (2,9%).

O percentual de 58,8% do exigível financeiro em moeda nacional, isto é, captado no mercado doméstico, em novembro de 2021 era o menor desde dezembro de 2012 com 74,7% do total. Nessa década, essa participação caiu até dezembro de 2015 (60,4%) e, a partir de então, girou em torno daquele percentual final da série.

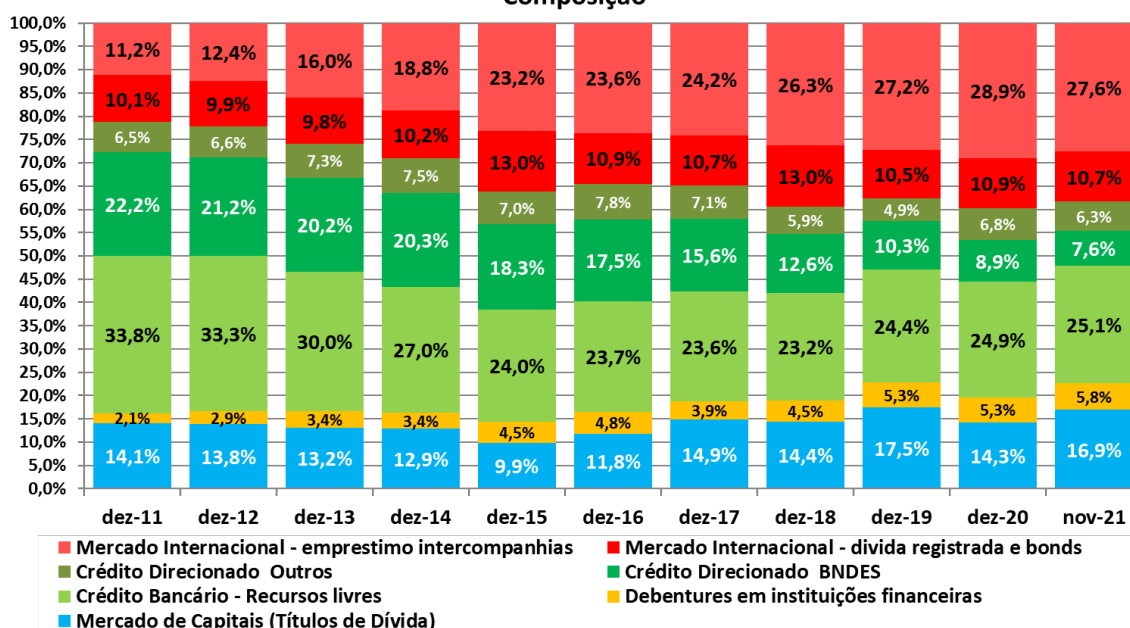
Exigível Financeiro de Pessoas Jurídicas Não Financeiras



O saldo de crédito de recursos do BNDDES (verde médio no gráfico acima) em relação ao PIB (4,4%), no penúltimo ano do governo da aliança entre neofascismo e neoliberalismo, era o menor desde 2011, enquanto o saldo de títulos de dívida corporativa (9,8%) era o maior da série. O mercado internacional estava "inflado" devido à alta da taxa de câmbio.

A mudança de composição da dívida das empresas reflete aumento do saldo externo – de 21,3% do total em dezembro de 2011 para 38,3% em novembro de 2021 – e queda da participação do crédito direcionado BNDDES. Nessas datas, era respectivamente 22,2% e 7,6% do total. Sua *atuação anticíclica* foi fundamental para a economia brasileira não ter entrado em Grande Depressão antes de 2015.

Exigível Financeiro de Pessoas Jurídicas Não Financeiras Composição



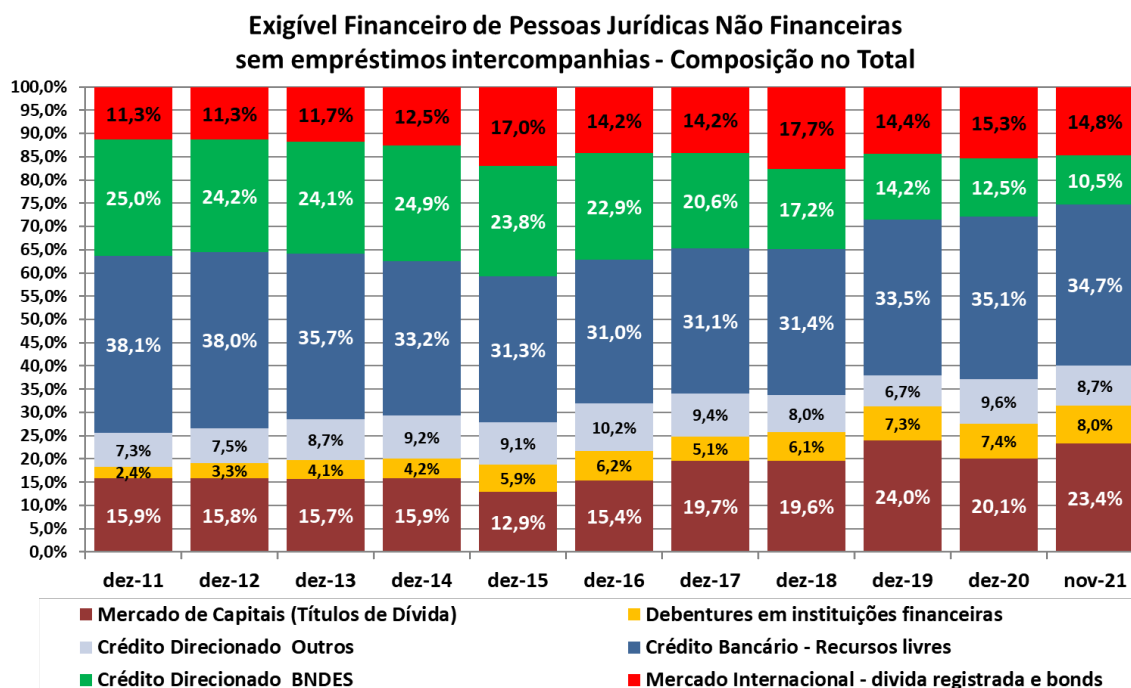
O aumento de participação do saldo de recursos captados no mercado internacional, a partir de junho de 2018, reflete basicamente o impacto do aumento da taxa de câmbio utilizada para a conversão da dívida em moeda estrangeira.

Sem empréstimos intercompanhias, o saldo de novembro/2021 (41,7% do PIB) não atingiu o pico de dez/2015 (44,3% do PIB). Ficou equivalente a dez/2020 (41,8%) e bem acima dos demais anos, confirmando o papel-chave da *política de crédito*, adotada para combater os efeitos negativos do distanciamento social na economia.

Em síntese da década 2011-2021, a mudança de composição da dívida das empresas reflete o aumento do saldo de dívida corporativa em debêntures (de 15,9% para 23,4% do total), certa manutenção da parcela média de recursos livres (de 38,1% para 34,7% do total) e a queda da participação do crédito direcionado BNDES (de 25% para 10,5%). Esta foi talvez a maior marca da passagem de um governo social-desenvolvimentista para governos neoliberais (2015-2022).

No mercado doméstico, no período, houve crescimento de recursos de dívida corporativa (de 5,7% para 9,8% do PIB) e queda nas demais fontes. Isto porque o total do exigível financeiro doméstico de Pessoas Jurídicas não financeiras tinha atingido 36,8% do PIB no ano pré-golpe e, depois, caiu antes da pandemia, para

pouco mais de 30% do PIB, e não retornou àquele pico nos anos pandêmicos: 2020 (35,4%) e 2021 (35,6%).



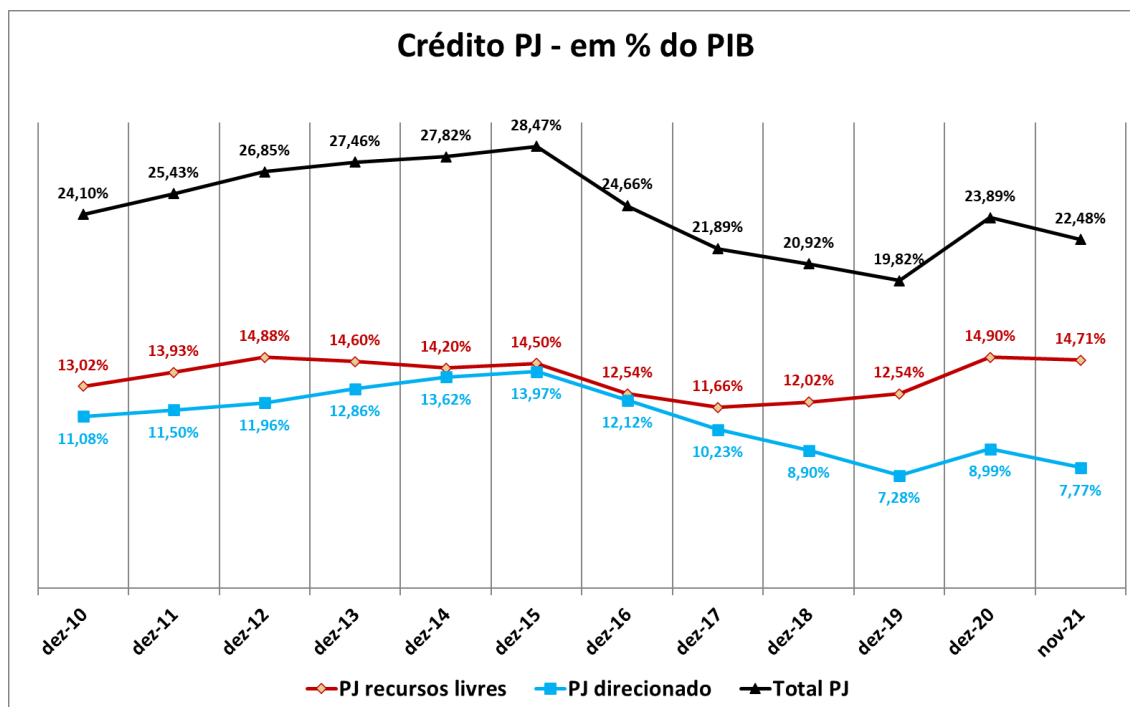
A participação de dívida corporativa no exigível das empresas se tornou a maior da série (27,4% do total doméstico), só ficando abaixo do crédito bancário com recursos livres (40,7%).

A participação do saldo de *crédito direcionado* bancário era dominante em dez/2016 (51,6%), mas cedeu espaço para o saldo de *crédito com recursos livres*: saltou de 48,4% para 64,4% em nov/2021, ou seja, o crédito direcionado caiu para 35,6% do total.

A participação do saldo de recursos tomados pelas Pessoas Jurídicas no mercado doméstico na forma de crédito de recursos livres e emissões de títulos de dívida direta no mercado de capitais saltou de 61,4% em dez/2016 para 77,5% em nov/2021. Entretanto, o investimento caiu na economia brasileira enquanto as empresas não-financeiras se dedicaram à *desalavancagem financeira*, ou seja, à rolagem e/ou troca de instrumentos em seus endividamentos para diminuição de suas despesas financeiras.

Por fim, é interessante destacar o grande crescimento do saldo de títulos de dívida corporativa de 2012 (7,3% do PIB) a 2021 (13,1% do PIB) deveu-se ao crescimento da colocação de debêntures. No último ano da série temporal, elas se dividiram entre

títulos corporativos de empresas não-financeiras (5,9% do PIB), debêntures de instituições financeiras (3,3% do PIB), títulos de atividade imobiliária (2,9% do PIB), títulos de atividade agrícola (1% do PIB).



O gráfico acima demonstra, em novembro/2021, o saldo de crédito bancário para Pessoas Jurídicas atingiu 22,5% do PIB com queda em relação a dez/2015 de 6 pontos percentuais do PIB. Antes da pandemia tinha caído 9,3 pontos percentuais. Essa queda foi provocada pela *política neoliberal deliberada de cerceamento do crédito direcionado pelo BNDES*.

O *crédito direcionado* era 49,1% do total em dez/2015 e caiu para 34,6% do total em nov/2021. Vale observar dentro do crédito com recursos direcionados para Pessoas Jurídicas de 14% do PIB em 2015 havia 10,6% do PIB direcionado pelo BNDES, 0,6% pelo crédito imobiliário e 2,8% por outros. Em nov/2021, os percentuais mudaram, respectivamente, para 4,4%, 0,1% e 3,3%.

Resultado: muitos empresários pregadores da adoção do neoliberalismo na gestão da economia brasileira pagaram caro por isso. Fora o maior custo do crédito com recursos livres, concedidos principalmente por bancos privados, as debêntures são indexadas ao CDI, ou seja, com o aumento da SELIC pelo Banco Central do Brasil as empresas não-financeiras pagam mais aos investidores.

Investimento Direto Estrangeiro no Mundo em 2022

A última edição do *World Investment Report*, relatório da UNCTAD sobre os investimentos diretos estrangeiros (IDE ou IED), trouxe os dados de 2022, analisados na Carta IEDI 1232. Com eles foi possível atualizar o ranking mundial dos maiores países receptores e originários destes investimentos e destacar a posição do Brasil.

Na definição da UNCTAD, o IDE compreende investimentos envolvendo um relacionamento de longo prazo. Eles refletem um interesse e controle duradouros por uma entidade residente em uma economia (*empresa matriz*) em uma empresa residente em outra economia, diferente daquela de origem do investidor direto estrangeiro (*empresa afiliada* ou *filial estrangeira*).

Os fluxos globais de IDE incluem três componentes, nos termos da UNCTAD:

1. *capital social (equity capital)* é a compra por um investidor direto estrangeiro de ações de uma empresa em outro país;
2. *empréstimos intraempresa* referem-se a empréstimos de curto ou longo prazo entre a empresa matriz e empresas afiliadas;
3. *lucros reinvestidos* são os lucros retidos em afiliadas estrangeiras por empresas multinacionais (MNEs na sigla em inglês), compreendendo a parte do investidor estrangeiro (na proporção da participação direta no capital social) dos ganhos não distribuídos como dividendos pelas afiliadas, ou os ganhos não remetidos à matriz no exterior.

Taxas de crescimento do PIB global, FBCF, comércio e IED, 2015-2022 (em %)

Variável	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PIB	3,4	3,3	3,7	3,6	2,9	-2,8	6,3	3,4
Comércio	3,0	2,3	5,6	4,0	0,9	-7,8	10,6	5,1
FBCF	-4,7	0,9	4,1	5,0	0,5	-2,5	8,0	-2,4
IED	47,0	-1,0	-20,0	-11,0	2,0	-50,0	53,7	-12,4

Fonte: UNCTAD, WIR 2023, p.4. Elaboração IEDI.

De acordo com a UNCTAD, o desempenho desfavorável do IDE no último ano da série temporal está associado ao contexto de múltiplas crises em escala global:

1. guerra na Ucrânia,
2. elevação dos preços da energia e dos alimentos,
3. aumento das taxas de juros em economias desenvolvidas e em desenvolvimento a fim de conter a inflação, e
4. riscos de recessão ou de crises de dívida em vários países emergentes.

Por tudo isso, a formação bruta de capital fixo (FBKF) no mundo todo retraiu-se -2,4%, de 2021 para 2022, dando sequência a uma trajetória de oscilação entre altas e baixas.

Na origem do recuo do IDE mundial está o grupo de países desenvolvidos, notadamente a Europa, onde a evolução esteve diretamente condicionada pela guerra na Ucrânia e pelos embargos à economia russa. A queda dos fluxos de IDE para os países desenvolvidos, somando US\$ 378 bilhões, foi de -37% diante o ocorrido em 2021.

Nos EUA, embora tenha havido entrada líquida de IDE (US\$ 338 bilhões), o resultado diante 2021 foi igualmente negativo: -26%. Apesar disso, os EUA seguiram no 1º lugar do *ranking mundial dos principais países receptores de IDE*, seguidos pela China e Singapura.

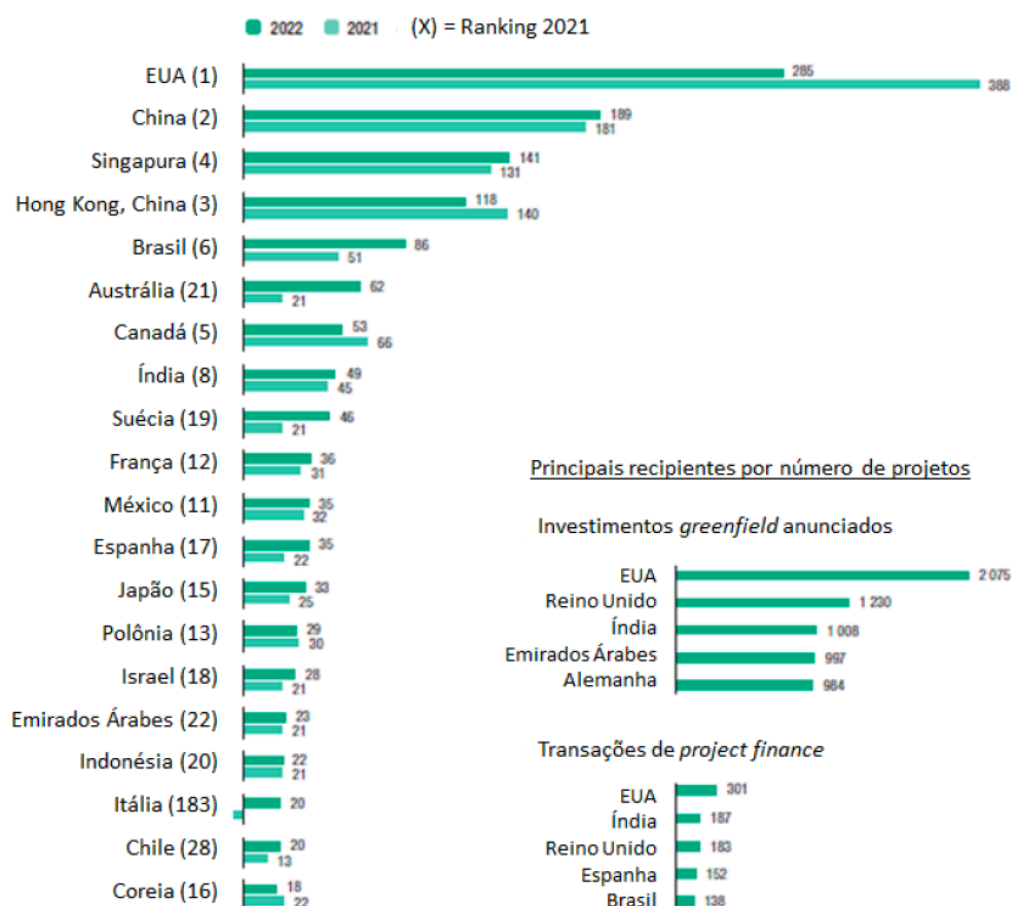
Os fluxos para os países em desenvolvimento aumentaram +4% em 2022 diante o ano anterior, atingindo o valor recorde de US\$ 916 bilhões. Essa evolução favorável decorreu, principalmente, do aumento de +51% dos ingressos para América Latina e o Caribe, cujo montante de IDE chegou ao *recorde* de US\$ 208 bilhões, impulsionado pela *alta demanda por commodities*.

O Brasil, como principal destino de IDE na América Latina, foi o *maior destaque positivo*. Sua captação de investimentos estrangeiras avançou +69% em 2022 e atingiu o valor de US\$ 86 bilhões. Foi o *segundo maior montante já registrado* e bem acima da média dos cinco anos anteriores à pandemia (US\$ 59 bilhões).

Com isso, o país subiu da 6ª posição em 2021 para a 5ª posição no ranking de maiores receptores de IDE do mundo. Ficou atrás apenas dos EUA, China, Singapura e Hong Kong. Foi o único país em desenvolvimento fora a Ásia a ficar entre as 10 primeiras colocações do ranking de entrada de IDE do mundo.

O México apareceu na 11ª posição, sem muito progresso em relação a 2021, porque sua captação de IDE variou bem abaixo da brasileira (+9,3%) e manteve-se inalterado no ranking mundial. O valor dos investimentos externos recebidos (US\$ 35 bilhões) foi equivalente a apenas 40% daquele registrado pelo Brasil. Isso a despeito da posição privilegiada do México frente à tendência de *nearshoring/friendshoring* promovida pelos EUA.

Ranking dos países com maior entrada de IDE (US\$ bilhões)



Fonte: Extraído de World Investment Report 2023, pág.8.

Os investimentos no exterior pelas multinacionais brasileiras também aumentaram, mas em um ritmo bem menos expressivo: +8,2% diante de 2021, atingindo US\$ 25 bilhões. Esta performance

de multinacionais de origem nacional fez o Brasil subir da 21ª posição para a 14ª posição em 2022, sendo o único país da América Latina a figurar no ranking dos 20 países com maior saída de IDE do mundo. A liderança deste ranking é ocupada por EUA(1º), Japão (2º) e China (3º).

A UNCTAD também acompanha o IDE global a partir de três tipos de operação:

1. *investimentos greenfield*: a compra de novas máquinas e instalações físicas para áreas totalmente novas, sem nenhuma construção ou infraestrutura prévia, o termo inglês “campo verde” se refere à ideia de começar do zero;
2. *acordos de project finance internacionais*: uma forma de financiar grandes iniciativas de longo prazo na qual a dívida gerada pelo financiamento é paga por meio do fluxo de caixa do próprio projeto;
3. *fusões e aquisições (F&A)*: empresas são avaliadas e analisadas como alternativas de investimento pelo *controller* de *Mergers and Acquisitions (M&A)*.

Estas operações são destacadas porque têm efeitos econômicos distintos. Enquanto *greenfield* e *project finance* criam ativos novos, *fusões e aquisições*, mesmo eventualmente portadoras de novos investimentos, consistem na *mudança de propriedade de ativos já constituídos*.

Os investimentos *greenfield* globais na indústria de transformação aumentaram +37% frente ao ano anterior, somando US\$ 437 bilhões (36% do total). Apesar de expressivo, ficou atrás do aumento do *setor de serviços* (+67%) e do setor primário, cujos investimentos nesta modalidade foram multiplicados por 7,5 vezes entre 2021 e 2022.

Entre as diferentes atividades desagregadas pela UNCTAD, quatro ramos receberam mais investimentos *greenfield*, respondendo por 62% do total, foram fornecimento de energia e gás (com alta de +157% ante 2021) – como reflexo da crise energética –, equipamentos eletrônicos e elétricos (+31%), seguidos pelos ramos

de informação e comunicação (+13%) e indústrias extrativas (+692%).

Projetos *greenfield* anunciados, F&A transfronteiriças e projetos financeiros internacionais por grupo de economias

Grupo de economias	Tipo de IDE	Valor (US\$ bilhões)		Var. (%)	Número		Var. (%)
		2021	2022		2021	2022	
Economias desenvolvidas	<i>Projetos greenfield</i>	465	639	37	10.342	10.790	4
	<i>Project finance</i>	774	665	-14	1.413	1.549	10
	F&A transfronteiriças	624	599	-4	7.610	6.710	-12
Economias em desenvolvimento	<i>Projetos greenfield</i>	274	573	109	4.976	6.808	37
	<i>Project finance</i>	609	379	-38	970	1.015	5
	F&A transfronteiriças	113	107	-5	961	1.053	10

Fonte: World Investment Report, 2023. Elaboração IEDI.

Os fluxos de entrada de IDE para as economias em desenvolvimento avançaram 4%. Atingiram o valor recorde de US\$ 916 bilhões, respondendo por 2/3 dos fluxos globais de IDE e constituindo a principal fonte de financiamento externo para esse grupo de países.

A evolução favorável dos fluxos de entrada de IDE em 2022 decorreu, principalmente, do aumento de 51% dos ingressos para América Latina e o Caribe. Atingiram a cifra recorde de US\$ 208 bilhões, impulsionados pela alta demanda por commodities. Os fluxos para a América do Sul registraram o melhor desempenho (alta de 73%, atingindo US\$ 160 bilhões), puxado pelos investimentos em mineração e hidrocarbonetos.

Os fluxos para o Brasil – principal destino na América do Sul – avançaram quase 70%, atingindo US\$ 86 bilhões. Com isso, subiu da 6ª posição em 2021 para a 5ª posição no ranking de maiores receptores de IDE. Os fluxos para o México (o segundo principal destino na região) somaram US\$ 35 bilhões.

Os fluxos para a Colômbia atingiram um valor bem inferior ao registrado pelo Brasil (US\$ 17 bilhões), puxados pela indústria extrativa e pelos setores de construção, financeiro, transporte, logística e comunicação. Os fluxos para a Argentina e Peru dobraram para US\$ 15 bilhões e US\$ 12 bilhões, respectivamente.

Para comparar, os fluxos para a China avançaram 5%, atingindo o valor recorde de US\$ 189 bilhões, em função de investimentos de MNEs europeias em indústrias de alta tecnologia. Com isso, a

economia chinesa manteve-se na 2ª posição do ranking de principais receptores de IDE.

A Índia se tornou, em 2022, o terceiro principal país de destino dos *projetos greenfield* anunciados e o segundo maior de acordos de *project finance* internacionais.

Os *fluxos de saída* dos Estados Unidos aumentaram 7%, atingindo US\$ 373 bilhões. Com isso, *a economia norte-americana manteve-se na 1ª posição no ranking global*. As F&A transfronteiriças aumentaram 21%, atingindo o recorde de US\$ 273 bilhões, incluindo 15 das 40 transações globais com valor superior a US\$ 5 bilhões.

Após subir da 5ª posição em 2020 para a 3ª em 2021, o Japão subiu mais uma posição, se tornando *o segundo maior investidor no exterior em 2022*, com fluxos de saída de US\$ 161 bilhões. Ao contrário dos EUA, os investimentos em *greenfield* predominaram.

A saída de IDE da China caiu -18%, somando US\$ 147 bilhões, resultando na sua queda da 2ª para a 3ª posição no ranking global.

A saída de investimentos pelas MNEs europeias recuou -61% diante de 2021, totalizando US\$ 224 bilhões. Embora os investimentos provenientes da Alemanha tenham caído -13%, somando US\$ 143 bilhões, esse país sustentou sua posição de *principal investidor na Europa*, mas perdeu uma posição em âmbito mundial de 3ª em 2021 para 4ª em 2022.

Capítulo 5. Política

Conflito de Interesses no Agronegócio

Caio Pompeia é autor do livro '*Formação Política do Agronegócio*' (São Paulo: Elefante, 2021) e ex-pesquisador visitante na Universidade Harvard, atua no Programa de Pós-Doutorado em Antropologia Social da USP. Publicou artigo (FSP, 25/02/21).

Aprendi com sua leitura o agronegócio não ser homogêneo. Há frações em disputa de poder político dentro da *casta de mercadores do agronegócio*. Constituem subcastas.

Por exemplo, distinguem-se cinco agendas ambientais nas estratégias das cadeias produtivas dos empresários "rurais", expressas pelas associações patronais.

1. A União Democrática Ruralista (UDR), aliado ao inominável ex-presidente, tem reivindicações "negacionistas", pois contesta os compromissos climáticos do Brasil, os dispositivos do Código Florestal e a existência do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Paralelamente, encorajam alterações legais e administrativas, "para passar a boiada", em selvagem expansão territorial para buscar obter vantagens competitivas.

2. As posições "conservadoras" da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil expressam-se na atuação com a Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso e convergem com aquelas extremistas na defesa da atual política ambiental e nas críticas às demarcações de terras indígenas. Por oportunismo de exportador, dão um "banho verde" [*greenwashing*] nas propostas mais radicalizadas, não se colocando contra o Acordo de Paris, porém requerendo metas mais tímidas para o país, e fazem lobby para a continuidade do MMA sob um comando adequado a seus posicionamentos.

3. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais é um exemplo de quem faz pleitos "volúveis" por não investir com ímpeto contra uma parte relevante das propostas antiambientais, existentes no Congresso Nacional, onde tem influência considerável. Forçados por críticas, diferencia-se das posições conservadoras por

levar a sério seus compromissos com as moratórias de dívidas rurais e a rastreabilidade.

4. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura adota posicionamentos “descarbonizadores” e opunha-se, claramente, à política ambiental do desgoverno exterminador de florestas e genocida de nativos. Tem defendido a transição para uma economia de baixo carbono, o combate ao desmatamento ilegal no país, o Código Florestal e as unidades de conservação.

5. As agremiações europeias, lideradas por agentes vinculados a atividades terciárias, como a instituição financeira Storebrand e a rede varejista Tesco, adotam posições “socioambientais” e propõem o desmatamento zero na Amazônia, contestam investidas para o afrouxamento das regras de licenciamento ambiental e, com maior ênfase frente aos posicionamentos descarbonizadores, defendem os direitos territoriais tradicionais.

Na antiga legislatura (2019-2022), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) contava com 257 signatários, enquanto no ano 2018 eram 240. PP e PSD eram as siglas com mais membros filiados à frente, com 29 e 27, respectivamente. Em seguida, MDB e PSL eram os mais numerosos, com 25 parlamentares cada um. Eram seguidos por DEM (22), PR (18), PSDB (16) e PRB (12), PDT (11) e PSB (11).

Os 225 deputados filiados à FPA representavam 44% da Câmara com 513 parlamentares. No Senado, os ruralistas detinham 32 das 81 cadeiras disponíveis, ou seja, 39,5%.

Em meados de 2023, a FPA informou ter passado para 324 deputados (63%) e 50 senadores (62%). *Domina o Congresso Nacional!*

Evidentemente, essa proporcionalidade com super-representação ruralista não representava os interesses diretos da maioria da população brasileira, pelo contrário, tinha *conflito de interesses*. De acordo com dados do IBGE, a maior parte dela (87%) vive em áreas urbanas. Apenas 13% dos brasileiros vivem em áreas rurais.

Na realidade, *o agronegócio brasileiro atrai muitos investidores estrangeiros* com grande interesse na aquisição ou arrendamento de terras rurais. Por questão de estratégia econômica, a legislação brasileira restringe tais investimentos no território para a manutenção da soberania nacional.

Justificando-se pelo uso temporário da terra, latifundiários retrógrados costumam optar pela estrutura do *contrato de parceria rural*, não sujeito às restrições legais dos *contratos de arrendamento*. Este funciona como uma espécie de aluguel da terra, onde o arrendatário paga um valor certo e determinado, em moeda corrente nacional, ao arrendador, enquanto na parceria as partes dividem o risco do negócio e partilham os ganhos.

Muitos desses contratos nominados como de parceria são, na prática, contratos de arrendamento com estipulação de preço fixo e sem a divisão dos riscos. Burlam a lei.

De acordo com o índice *Melhores e Maiores 2020*, levantamento conduzido pela revista "Exame", dez companhias despontavam como as detentoras das maiores receitas líquidas externas na ordem:

- 1º Vale (US\$ 19,2 bilhões);
- 2º Petrobras (US\$ 17,7 bilhões);
- 3º Cargill Agrícola (US\$ 9,3 bilhões);
- 4º Shell Brasil (US\$ 7,7 bilhões);
- 5º Bunge (US\$ 5,3 bilhões);
- 6º Louis Dreyfus Company (US\$ 4,2 bilhões);
- 7º Suzano Papel e Celulose (US\$ 3,6 bilhões);
- 8º JBS (US\$ 3,3 bilhões);
- 9º Amaggi Commodities (US\$ 3,2 bilhões);
- 10º CSN Mineração (US\$ 2,7 bilhões).

Na Lista Forbes Agro 100, entre as 25 maiores empresas por receita no agronegócio do país, *nove são de origem estrangeira*:

Cargill (5^a), Bunge (7^a), Cofco (10^a), Louis Dreyfus (12^a), Yara (16^a), Tereos (21^a), Gavilon (23^a), Bayer (24^a), Viterro (25^a).

Cabe, então, uma pergunta-chave: *há hoje empreendedores brasileiros com iniciativas particulares?*

Há exemplos de empreendimentos notáveis, liderados por brasileiros em diversas áreas, mas construídos no passado – e poucos na indústria. Hoje, as iniciativas particulares estão mais em *serviços*, onde se exige menos capital inicial e domínio tecnológico.

Por exemplo, a Vale foi fundada por Getúlio Vargas, em 1942, originalmente como Companhia Vale do Rio Doce. Passou por um processo de privatização e se tornou uma das principais empresas de mineração do mundo. Seus principais acionistas são a Previ (8,6%), Cosan (cerca de 5%), as gestoras de recursos americanas Capital World Investors (6,68%) e Black Rock (6,33%), além da japonesa Mitsui (5,99%) e do Bradespar (3,64%).

A Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) foi fundada por Ozires Silva, em 1969, mas como empresa estatal. Ela se tornou uma das maiores fabricantes de aeronaves do mundo. Seus quatro principais acionistas são os fundos de investimentos Brandes Investment Partners (EUA; 14,4%), Mondrian Investment Partners (Reino Unido; 10,1%), BNDESPar (5,4%) e o Blackrock (EUA; 5,0%).

Na indústria de alimentos, Jorge Paulo Lemann, Carlos Sicupira e Marcel Telles foram fundamentais na criação e expansão da Ambev, uma das maiores cervejarias do mundo. A Ambev e a Anheuser-Busch InBev são empresas independentes, cada qual com administração própria. A ABI é um dos acionistas controladores da Ambev, com aproximadamente 62% do capital social da Companhia.

A construtora Odebrecht, fundada por Norberto Odebrecht, foi um dos maiores conglomerados empresariais brasileiros. Isto antes de passar por desdobramentos legais e reestruturações.

A Gerdau, uma das maiores empresas siderúrgicas do mundo, foi fundada por Johann Heinrich Kaspar Gerdau, um imigrante alemão. Sobrenomes estrangeiros são comuns no Brasil. Outro exemplo é a Natura, fundada por Luiz Seabra e Jean-Pierre Bertrand, uma das maiores empresas de cosméticos do Brasil.

Na área de Comunicação, é possível citar vários exemplos de empreendimentos brasileiros, como a Rede Globo, fundada por Roberto Marinho em 1965, é uma das maiores redes de televisão do mundo.

Também exemplos de empreendedores brasileiros são abundantes na área bancária. Recentemente, Guilherme Benchimol foi um dos fundadores da XP Investimentos, uma das maiores plataformas de investimento do Brasil.

Esses empreendimentos não apenas foram bem-sucedidos em seus setores, mas também tiveram impactos significativos na economia brasileira e, em alguns casos, internacionalmente. A dúvida é se novos empreendimentos privados surgirão na indústria brasileira.

Outra observação importante, mas pouco conhecida, diz respeito à chamada "boca de jacaré". É formada pela diferença entre o *câmbio embarcado ou exportado*, divulgado pela SECEX, e o *câmbio contratado*, apurado pelo Banco Central do Brasil. No fim de agosto de 2022, chegou a US\$ 30,7 bilhões (valor próximo ao das reservas cambiais argentinas), bem afastados do pico de US\$ 58,7 bilhões, atingido em agosto de 2021.

Quando as condições de crédito aqui estão mais caras, há um encarecimento de alguns insumos importados e o exportador precisa ter mais capital, ele traz os dólares deixados antes lá fora. Também internaliza por *carry trade*: aplicar onde o juro é maior.

O fechamento da "boca do jacaré", isto é, a *internalização dos ganhos em dólares das exportações físicas*, a partir da produção no Brasil, leva à *apreciação* da moeda nacional. A abertura da "boca" facilita a *depreciação* – e reforça a pressão de inflação importada.

Uma parte dos dólares é mantida no exterior. Nem todos os recursos cambiais apropriados pelos exportadores brasileiros são internalizados.

Esse 'gap' [lacuna] existe porque parte desse dinheiro estrangeiro é vertido para inúmeros serviços das grandes exportadoras no exterior. Mas um câmbio contratado muito abaixo do embarcado também não é esperado pelo interesse nacional.

Não é uma questão relacionada a um risco estrutural do país, mas sim ao fato de a gestão de caixa das multinacionais, *exportadoras desde o Brasil*, ser menos relacionada a aspectos macroeconômicos e muito mais ligada à gestão microeconômica de risco e equilíbrio do balanço em moeda estrangeira.

Uma companhia com moeda funcional em dólar gerencia o negócio dela nessa divisa. Para ela, não faz sentido acumular reserva em outra moeda, senão o dólar, apenas para se apropriar de juros maiores em reais.

Conceitos para Entendimento da Política Brasileira

Vou dar um exemplo a respeito da necessidade de um economista brasileiro entender a Ciência Política para verificar a *viabilidade política* de aprovação de cada uma de suas propostas governamentais. Na política brasileira, quais são as características e as diferenças entre *Peemedebismo* e *Presidencialismo de Coalizão*?

Ambos os termos são utilizados no contexto político brasileiro. Descrevem certas dinâmicas e características na formação de coalizões e alianças políticas.

O primeiro refere-se ao papel do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente denominado MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em estratégias políticas e coalizões. Comumente, alia-se ao *Centrão Político* do Congresso Nacional.

O PMDB/MDB, historicamente, se posicionou como um *partido de centro*, buscando construir alianças com diferentes forças políticas, tanto de esquerda quanto de direita, em diferentes momentos. Apesar de ser visto como um partido de base governista, com uma ampla representação e capaz de agregar diferentes interesses regionais, quando seu líder ocupava a vice-presidência, em 2015-2018, aliou-se ao golpismo para ascender à presidência da República através de um *golpe semiparlamentarista*.

Diante disso, o partido demonstrou total flexibilidade ideológica. Permitiu seus membros atuarem em diferentes espectros políticos, facilitando a formação de coalizões amplas.

O *Presidencialismo de Coalizão* refere-se a uma característica do sistema político brasileiro. Nele, o presidente da República, ao assumir o cargo, precisa construir uma coalizão no Congresso Nacional para garantir apoio legislativo às suas políticas públicas.

O sistema partidário brasileiro é muito fragmentado, com diversos partidos políticos – nenhum possuindo a maioria dos deputados ou senadores – representados no Congresso Nacional. Daí a necessidade de negociações e alianças para qualquer base governista obter uma maioria.

O presidente, ao assumir, precisa negociar cargos e recursos com diferentes partidos para formar uma *coalizão estável* e assegurar o apoio necessário para aprovar mudanças legislativas. Logo, o Presidencialismo de Coalizão resulta em governos de alianças oportunistas, envolvendo diferentes partidos com diferentes interesses e demandas.

A *governança de uma coalizão* é muito difícil. Diferentes partidos têm agendas distintas. O presidente precisa equilibrar esses interesses para manter a estabilidade política.

Ambos os conceitos estão relacionados. O *Peemedebismo* é percebido como uma estratégia dentro do contexto do *Presidencialismo de Coalizão*. O MDB, com sua história de ampla representação e capacidade de construir alianças, desempenhou um papel significativo na formação de governos de coalizão no Brasil desde a redemocratização.

A avaliação de se o *semiparlamentarismo*, em um regime presidencialista, representa uma crise da democracia não é certa. Depende de diferentes perspectivas e contextos.

O *sistema presidencialista*, tradicionalmente, envolve uma clara separação de poderes entre o Executivo e o Legislativo. No entanto, quando há uma imposição de *semiparlamentarismo*, exige uma maior interação entre esses poderes, com o presidente obtendo maior apoio congressional para governar através de nomeações para cargos.

Ele é dependente de negociações e coalizões no Congresso para aprovar legislação e manter a governabilidade. Leva a uma maior estabilidade política se as negociações e alianças forem bem-

sucedidas. Se houver instabilidade e dificuldade em formar coalizões, pode surgir um *impasse político* – e não serem aprovadas as medidas econômicas necessárias ao país.

Se o *sistema complexo*, típico da realidade brasileira, resultar em uma governabilidade excessivamente dependente de acordos políticos nos bastidores, surgem preocupações sobre a representatividade do governo em relação à vontade popular. O risco é a negociação entre o Executivo e o Legislativo levar a uma erosão significativa da separação de poderes, gerando questionamentos sobre a estabilidade da democracia e a possibilidade de um sistema político desequilibrado em relação à vontade da maioria dos eleitores registrada em votos.

Enquanto uma maior flexibilidade permite uma gestão mais eficiente em alguns casos, também há o risco de manipulação política e a falta de transparência nas decisões do Congresso Nacional. A implementação de um *modelo semiparlamentarista*, em um regime constitucionalmente presidencialista, levanta questões sobre a necessidade (ou não) de revisão institucional e reformas para garantir os princípios democráticos fundamentais serem preservados.

A avaliação sobre *se o semiparlamentarismo em um regime presidencialista representa uma crise da democracia* dependerá da forma como o sistema é implementado, das condições políticas específicas do país e de como o modelo afeta a representação popular, a estabilidade política e a integridade institucional. Essa é uma questão complexa, geralmente, debatida no contexto de cada Nação.

As formas de governo nas Nações das Américas e na Europa variam consideravelmente. Não há uma distinção estrita entre os dois continentes em termos de sistemas de governo. Ambas as regiões têm uma diversidade de arranjos políticos.

No entanto, há algumas tendências predominantes em cada região. Muitos países nas Américas adotam o regime de *República Presidencialista*, onde o chefe de Estado (presidente) é eleito separadamente do parlamento e possui poderes executivos significativos em políticas públicas. Exemplos incluem os Estados Unidos, Brasil e México.

Na Europa, há uma presença significativa de *Monarquias Parlamentaristas*, onde o chefe de Estado é um monarca, mas o poder executivo é exercido pelo primeiro-ministro e pelo governo eleito pelo parlamento. Exemplos são o Reino Unido, Suécia e Espanha.

Além das Monarquias Parlamentaristas, muitos países europeus adotam *Repúblicas Parlamentaristas*, onde o chefe de Estado é um presidente, mas o poder executivo é exercido pelo primeiro-ministro e pelo governo eleito pelo Parlamento – diferente de um Congresso Nacional. Exemplos incluem França, Alemanha e Itália.

Além dessas categorias predominantes, há países nas duas regiões com outros arranjos, como Repúblicas Presidencialistas na Europa (por exemplo, França) ou Monarquias Constitucionais nas Américas (por exemplo, Canadá). Portanto, na Europa e nas Américas, há uma variedade de modelos políticos e a classificação precisa é dependente da estrutura constitucional específica de cada país.

Essas categorias são simplificações porque a prática política em cada país envolve nuances e variações. Além disso, sistemas políticos evoluem ao longo do tempo em resposta a mudanças sociais, políticas e econômicas.

Por exemplo, há diferenças entre Partidos Tradicionais, Partidos Digitais e Partidos de Plataforma no contexto atual de uma Era Digital. Os Partidos clássicos são aqueles com uma longa história e geralmente seguem estruturas organizacionais tradicionais. Têm uma presença significativa mais *offline*.

Sua base de apoio e atividades muitas vezes estão enraizadas em instituições físicas, como sedes partidárias locais, reuniões presenciais, e campanhas tradicionais de rua. A comunicação desses partidos ocorre principalmente através de meios de comunicação tradicionais, como televisão, rádio e jornais. A tomada de decisões é mais centralizada, com líderes partidários ou estruturas hierárquicas influentes nas decisões.

Os Partidos Digitais têm uma presença proeminente e estratégica *online*. Utilizam redes sociais, *websites* e outras plataformas digitais para se conectar com eleitores. Buscam envolver

eleitores por meio de campanhas digitais, discussões *online*, arrecadação de fundos pela internet e outras formas de interação digital.

Adotam modelos mais horizontais e colaborativos na tomada de decisões, permitindo maior participação da base e membros *online*. Usam inovações tecnológicas para melhorar a eficácia de suas operações, como ferramentas de análise de dados, *marketing* digital personalizado, e estratégias de mobilização *online*.

Por fim, Partidos de Plataforma são formados em torno de questões específicas ou causas sociais em vez de uma ampla gama de políticas. Sua plataforma é mais focada. O envolvimento político pode ocorrer por meio da adesão a plataformas *online* capazes de permitirem a defesa de causas específicas e a coordenação de ações políticas.

São mais flexíveis na filiação. Seus membros participam temporariamente em questões específicas – e não necessariamente têm uma afiliação partidária formal. Tendem a adotar modelos mais colaborativos de tomada de decisões, envolvendo membros ou simpatizantes diretamente nas questões abordadas pela plataforma.

Essas categorias não são mutuamente exclusivas e muitos partidos incorporam elementos de mais de uma delas. Além disso, a natureza e a dinâmica dos partidos políticos variam significativamente de um país para outro. A evolução da participação política e das organizações partidárias, na Era Digital, está moldando continuamente essas categorias.

Por tudo isso, as categorias de “estabelecidos”, “*outsiders*” e “hiper-líder” são termos usados para descrever as diferentes dinâmicas e características dentro dos partidos políticos.

Os *políticos* “estabelecidos” são geralmente afiliados à estrutura tradicional e hierárquica de um partido político. Eles geralmente têm uma longa história dentro do partido, ocupando cargos de liderança ou sendo membros ativos.

Tendem a seguir a linha partidária estabelecida e apoiar as políticas e decisões adotadas pela liderança do partido. Com essa conformidade, participam ativamente nos processos internos do

partido, incluindo convenções, comitês e tomada de decisões partidárias. Os *políticos profissionais* têm acesso a recursos partidários, como financiamento de campanha, apoio logístico e apoio de outros membros do partido.

Os “*outsiders*” são políticos não profundamente alinhados com a estrutura tradicional de um partido político. Vão desde novos membros, independentes ou simpatizantes sem uma longa história dentro do partido.

Recentemente, foram cooptados os *antiestablishment*, desafiantes das políticas ou lideranças existentes dentro do partido. Se têm apoio de movimentos sociais, grupos ativistas ou eleitores desencantados com a política tradicional, enfatizam a necessidade de mudança e reformas dentro do partido ou no sistema político como um todo.

O termo “*hiper líder*” refere-se a um líder político, particularmente carismático, influente e capaz de mobilizar grandes massas. Tem seguidores devotos e uma base de apoio sólida altamente leal ao líder em si, em vez de ao partido como um todo.

Naturalmente, há uma tendência à centralização do poder nas mãos desse líder, com uma influência significativa sobre as decisões do partido. O *hiper líder* tem um impacto profundo nas suas dinâmicas internas, moldando a estratégia, políticas e a própria identidade do partido.

Um *hiper-líder* é tanto um político estabelecido como um *líder carismático*, caso do Lula, quanto um *outsider* do “baixo clero”, expulso do Exército, carreirista como único deputado defensor da ditadura (1964-1984) e da casta militar. Com um discurso de campanha anti-*establishment* (e uma “facada”) ganhou destaque rápido e influência para ser eleito por defensores do armamentismo, ruralistas, interioranos, evangélicos.

Os recalcados saíram do armário e se encontraram via redes sociais ou em templos pentecostais. Ganharam apoio mútuo, para a emergência social, inclusive via empreendimentos na periferia como na construção civil e oferta de outros serviços. Aliaram-se ao crime organizado “prá botar ordem nas quebradas” – e os jovens não mais se mataram em rixas de gangues.

Essas categorias de políticos não são mutuamente exclusivas, pois muitos transitam entre diferentes papéis (e partidos) ao longo de sua carreira. Além disso, as dinâmicas políticas e as características dos líderes variam consideravelmente entre diferentes contextos políticos.

Oportunismo é a habilidade ou capacidade de tirar partido das situações ou de perceber o momento certo para obter vantagens pessoais, não se preocupando com questões éticas ou morais. Essa prática política é definida pela acomodação às circunstâncias, buscando tirar proveito delas, não respeitando tratos ou convenções democráticas.

O velho não morreu e o novo ainda não nasceu...

Marcos Nobre é Professor Livre-Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador e diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Seu livro "*Limites da democracia: De junho de 2013 ao Governo Bolsonaro*", lançado em junho de 2022, foi ganhador do Prêmio Jabuti de Não-ficção em Ciências Sociais.

As manifestações de junho de 2013 inauguraram uma sequência de eventos destruidores dos pactos institucionais. Um período de instabilidade política e econômica se seguiu aos protestos: a não aceitação da derrota eleitoral em 2014, o golpe contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff, em um ambiente de louvação midiática da operação Lava Jato contra os direitos. Tudo isso desembocou na eleição de Bolsonaro e ascensão da extrema-direita na política brasileira. Marcos Nobre dissecou e explica esse processo.

Para ele, o *neoliberalismo* adotado desde 1989 não foi uma revolução, pois não estabeleceu uma nova ordem através de uma ruptura institucional. Pelo contrário, a sua tática era ocupar a ordem anterior, transformando-a a partir de dentro.

Sob diferentes ângulos e aspectos, Nobre desenvolveu ao longo do citado livro a tese de não ser possível fazer o mesmo em relação ao *estabelecimento de uma nova ordem*, contrastando com o neoliberalismo em declínio. Não há mais ancoragem na realidade para a manutenção da institucionalidade própria das sete décadas após o

fim da Segunda Guerra Mundial, tanto a do nacional-desenvolvimentismo quanto a do neoliberalismo estão ultrapassados.

Contra o neoliberalismo progressista, os projetos autoritários da extrema-direita têm sido muito mais bem sucedidos, em diversos países, ao desafiar esse consenso forçado e obter vitórias eleitorais como “movimento antissistema”, *um discurso de campanha contra a casta política*. Quando toma posse, dobra-se ao oportunismo pragmático.

Sempre existiram diferentes modelos de institucionalidade, mesmo depois de a “*democracia*” se ter estabelecido como modelo hegemônico, pelo menos ideologicamente. A diferença é, mesmo em termos ideológicos, não existe mais um modelo hegemônico de institucionalidade: diferentes modelos do tipo de organização, durante quase dois séculos, chamados de “partidos”, estão sendo diluídos.

Uma versão atualizada do *neoliberalismo progressista* é tudo o que a extrema direita sonha para enterrar o progressismo e ficar só com o neoliberalismo. Seus defensores enfrentam a necessidade tática de manter este pacto para preservar a democracia.

Duvida-se se a Frente Ampla contra os extremistas de direita será capaz de preservar simultaneamente a pouca democracia restante, colocada em risco, e ao mesmo tempo ao mesmo tempo inventar uma nova institucionalidade. A esquerda fez alianças táticas com o restante do *neoliberalismo progressista* a fim de preservar a democracia.

A esquerda teve de reorganizar-se, para reconquistar a hegemonia, em contraponto ao *pacto neofascismo-neoliberalismo* entre 2019 e 2022. Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe, capaz de liderar a constituição de um bloco histórico, para articular e dar coesão a diferentes grupos sociais. em torno da criação de uma vontade coletiva, no caso, contra o antifascismo no Brasil.

Segundo Nobre, nunca haverá um regresso à “normalidade”, se tal coisa alguma vez existiu, em uma visão retrospectiva dos processos históricos. Como insiste, em várias vezes ao longo do livro, isso acontece especialmente porque não existe um mundo para ser

“restaurado”, não existe uma normalidade institucional para a qual “regressar”.

Esse mundo foi abandonado. Nobre reuniu debates teóricos e pesquisas empíricas sobre instituições e sociabilidade digital, sempre com vistas a compreender as configurações atuais da política, no Brasil e em outros lugares. Se não olharmos para *a multiplicidade*, se reduzirmos a complexidade do cenário atual, não conseguiremos ver as formas como os *novos padrões de sociabilidade* relacionar-se-ão com *a política*, isto é, a ação coletiva.

Sua única certeza é a impossibilidade de reconstrução da configuração anterior. A integração social tem de suportar todo o fardo da reestruturação, caso nenhuma nova ordem comece a instalar-se.

O “sistema”, o funcionamento “automático”, por assim dizer, da vida na sociedade, da economia, do Estado, o tipo de funcionamento capaz de “aliviar” as pessoas do fardo de terem de discutir e chegar a acordo sobre a reprodução material da vida, está em crise. A questão-chave é onde os novos processos nos levam quando pensamos sobre a configuração atual da sociedade e da sociabilidade de forma mais ampla.

A famosa frase de Antônio Gramsci sobre *o velho não ter morrido e o novo ainda não ter nascido* caracteriza o momento atual como um momento de “*interregno*”. Parte do diagnóstico de uma certa fusão de instituições sociais e instituições político-formais, reunindo o “projeto de mercado e moral do neoliberalismo” e “a crítica do neoliberalismo à sociedade e o objetivo de desmantelá-la”: a recorrente tentativa de *desincrustação*, segundo Karl Polanyi.

O *neoliberalismo*, ainda existente na mídia brasileira, apresenta agora o governo como fosse uma forma “enfurecida” de governo da maioria, frequentemente criticado como “populista”, decorrente da sociedade à qual os neoliberais pretendiam desintegrar a economia. Como não conseguiram “desincrustar” o mercado, criticam sempre o PT.

O problema fundamental é compreender de quais “ruínas” se fala. O neoliberalismo hackeou e destruiu a configuração institucional

e ideológica do capitalismo regulado pelo Estado pós-1945. Essa é a premissa a partir da qual Nobre partiu.

Nesta perspectiva, pouco importa se, no fim, o mundo neoliberal resultante deste assalto às instituições de Bretton Woods não corresponda exatamente ao projeto dos chamados “ultraliberais”, ou mesmo de qualquer outra das várias correntes neoliberais.

O neoliberalismo – ou “liberismo apenas econômico” – foi uma configuração simplesmente predatória e destrutiva da ordem da qual se valeu. Mas não foi capaz de lançar as bases para qualquer configuração alternativa.

Hoje, mesmos seus próceres (se forem lúcidos) exigem o abandono das políticas neoliberais promovidas pelo menos desde o fim da década de 1970. O ciclo de revoltas globais, iniciado em 2011, contra a globalização ocorrida desde a década de 1990, enfrentou o impasse de não encontrar interlocutores globais para as suas reivindicações, pois enfrentava burocracias não eleitas e órgãos administrativos não suscetíveis de sanção ou aprovação eleitoral.

Acontecimentos como a pandemia da Covid-19 e a guerra na Ucrânia tendem a reforçar tendências geopolíticas de *autossuficiência* e até de volta ao chamado *soberanismo*. Os movimentos na Era Pós-Neoliberal enfrentam o desafio de, entre as “ruínas do neoliberalismo”, encontrar precisamente o projeto anterior de desenvolvimento no qual cada país procurava construir internamente *cadeias produtivas completas*, capazes de sustentar a possível autonomia nacional, tanto em termos econômicos como sociais, políticos e geopolíticos, incluindo aqui o aspecto real da defesa militar.

Esse tipo de *projeto nacional-desenvolvimentista* foi objetivamente inviabilizado pelas Cadeias Globais de Valor e sua lógica de *especialização funcional*. Voltar atrás neste processo significaria renunciar aos ganhos de produtividade e bem-estar, uma atitude politicamente fatal para qualquer governo democrático.

Ao mesmo tempo, as reivindicações por “mais Estado” no ciclo de revoltas de 2011 procuraram precisamente reunir estes dois momentos muito diferentes do período pós-1945: o *estado de bem-estar social* e a *interdependência global* das cadeias de produção. Sob

condições capitalistas, de acordo com Nobre, nenhuma destas duas configurações é sustentável como tal, no momento presente.

O tipo de sociedade produzido pela ordem neoliberal é decisivo e não irá desaparecer tão cedo. Não houve apenas um desmantelamento das organizações clássicas dos movimentos emancipatórios (sindicatos, movimentos sociais de protesto, partidos políticos de massas), mas também mudanças nos sistemas jurídicos nacionais e internacionais de modo as terem tornado secundárias.

Foi necessário o desmantelamento do maior símbolo deste mundo – os sistemas de Previdência Social baseados na solidariedade intergeracional –, e também houve uma domesticação simultânea da maior parte das forças sociais anteriormente emancipatórias com a “pejotização” insuflada pela reforma trabalhista neoliberal. Pior, a hegemonia neoliberal produziu o aparente paradoxo de uma redução no tamanho e âmbito do Estado, juntamente com *um aumento extraordinário no seu aparelho repressivo*, especialmente visível nas forças policiais, hoje talvez a grande fonte de instabilidade e de risco para a ordem democrática.

Finalmente, o autêntico produto da ordem neoliberal foi a China, o símbolo máximo de um capitalismo no qual se dispensou a democracia e o liberalismo filosófico. Nos seus estertores de morte, o neoliberalismo ainda conseguiu produzir, ao longo da década de 2010, as diversas formas de “democracia iliberal”. Vale ler o livro de Marcos Nobre.

Denúncia Estéril do Capitalismo

Quando eu iniciava meu curso de Mestrado, em 1975, um sábio professor se aproximou de nosso grupo de alunos ao lado de uma banca de livros predominantemente com literatura marxista e ironizou: – Continuam fazendo a denúncia do capitalismo?!

Na época de descoberta desse “novo mundo” com as promessas futurísticas do Karl Marx, fiquei indignado com a ironia. Hoje, ½ século depois, “em um piscar de olhos” (sic), creio já perceber ser uma tarefa ineficaz, para tanto, apenas fazer essa “denúncia”.

Apreendi as mudanças sistêmicas complexas serem evolutivas a partir da emergência de novas configurações diante de interações de múltiplos fatores. Afinal, nenhuma revolução súbita e violenta apresentou bom resultado de imediato em termos de bem-estar social e democracia. Talvez o maior exemplo seja desenvolvimento da China antes (com o maoísmo totalitário) e depois de 1979.

Desde o início das reformas econômicas em 1979, introduzidas sob a liderança de Deng Xiaoping, a China passou por um notável período de desenvolvimento econômico e social. As reformas marcaram uma mudança significativa na abordagem econômica do país, transformando-o de uma *economia predominantemente planejada* para uma *economia socialista de mercado*.

As reformas econômicas, iniciadas então, introduziram políticas de *abertura ao mercado* e *descentralização econômica*. As empresas estatais foram cobradas a operar de maneira mais competitiva e as empresas privadas foram gradualmente permitidas e até incentivadas dentro de um plano estatal de desenvolvimento.

A China estabeleceu Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) em locais estratégicos, como Shenzhen, para atrair investimentos estrangeiros com transferência de tecnologia e aprendizado da mão-de-obra. A política de reforma adotou a *abertura ao investimento estrangeiro* para atrair capital, tecnologia e *expertise* ao país, contribuindo para o rápido crescimento industrial e do mercado interno, além da enorme exportação chinesa.

Houve uma significativa modernização do setor industrial, com um foco particular em setores de alta tecnologia, manufatura e exportação. A China tornou-se conhecida como "a fábrica do mundo" – e o Brasil como "a fazenda do mundo".

As reformas descentralizaram o poder econômico, dando mais autonomia para as províncias e localidades tomarem decisões sobre desenvolvimento econômico. Isso permitiu experimentação e adaptação de políticas às condições locais.

Na fase de indústria nascente e urbanização progressiva, a China experimentou um crescimento econômico com taxas médias de crescimento do PIB superiores a 10% ao ano durante várias décadas.

Esse crescimento contribuiu significativamente para a redução da pobreza e o aumento do padrão de vida.

Houve um rápido processo de urbanização, com milhões de pessoas migrando do campo para as cidades em busca de oportunidades de emprego. Isso levou ao desenvolvimento de centros urbanos modernos e infraestrutura urbana expandida.

A China talvez seja, entre os maiores países, aquele mais capaz de se aproveitar da economia global. Tornou-se a mais importante força no comércio internacional e nas cadeias de suprimentos globais. Nesta nova divisão internacional do trabalho, ela é o maior destino das exportações de *commodities* de países abaixo do Equador.

O governo chinês investiu massivamente em Educação e Pesquisa. Impulsionou a formação de uma força de trabalho qualificada no exterior e a inovação tecnológica.

Em 2001, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC). Facilitou ainda mais seu acesso ao comércio internacional e consolidou sua posição de liderança.

Esse período do notável desenvolvimento econômico da China, nas últimas décadas, também foi marcado por problemas como desigualdades regionais, pressões ambientais e questões relacionadas aos direitos humanos. O desenvolvimento chinês é exemplo de um fenômeno complexo ou multifatorial de um sistema em contínua evolução.

No livro *"A Grande Experiência: por que diversas democracias desmoronam e como elas podem perdurar"* (Nova York: Penguin Press, 2022), Yascha Mounk distingue entre a visão pessimista e a visão otimista do futuro político, econômico e socioambiental. Em muitas democracias desenvolvidas, *o pessimismo em relação à Grande Experiência de plena democracia* tornou-se agora a marca definidora da extrema-direita.

Os racistas e demagogos das campanhas populistas de direita concordam em um credo: o sucesso histórico das Nações está enraizado na sua herança cultural e composição étnica. A imigração e as alterações demográficas representariam uma ameaça existencial para ambas. Estariam fadados a empobrecer países e culturas e a

incitar uma guerra civil. O "outro" é sempre o *bode-expiatório contumaz*, culpado por todas as dificuldades...

O populista "salvador da pátria" se apresenta como falante em nome de seu "povo", isto é, aquelas pessoas apenas com teorias da conspiração na cabeça. Pior é quando a extrema-esquerda se contrapõe ao racismo não como um crime cometido por determinadas pessoas, mas como uma força social onipresente no capitalismo pela qual todos os homens brancos são inapelavelmente culpados.

No Brasil, ela não aceita os últimos quarenta anos terem sido uma história de progressos intermitentes e desiguais, mas em direção a uma maior justiça e igualdade. Como "donos-da-verdade", consideram as políticas públicas, na melhor das hipóteses, só deram alguns alívios momentâneos da supremacia branca "financista", o DNA do país.

Sempre a denúncia é tudo visar a proteção dos interesses de um pequeno número de "homens brancos ricos". Os esquerdistas extremistas consideram ingênuos os sentimentos de confiança em um futuro progresso democrático e socioeconômico.

Creem os historicamente oprimidos, ao fim e ao cabo, triunfarão sobre os seus opressores históricos em uma luta pelo poder total. Muitas das injustiças contra as quais estes extremistas investem são reais. Apesar disso, *este fatalismo não representa uma visão realista* sobre como construir democracias diversas e prósperas e acaba não sendo uma postura retrógrada muito diferente da xenofobia da *direita etnonacionalista*.

Os pessimistas, seja de direita, seja de esquerda, não possuem uma visão realista do estado atual, ou do futuro provável, de diversas democracias. Os direitistas culpam os pobres (e os de posicionamento contrário) não se incluírem na sociedade capitalista porque são estúpidos, preguiçosos ou maus. Os esquerdistas rejeitam, com razão, esta análise, atribuindo a posição socioeconômica mais baixa dos grupos minoritários à opressão sofrida desde o passado e aos obstáculos ainda enfrentados hoje.

Ambas as perspectivas ignoram, segundo Yascha Mounk, estes grupos identitários e pobres terem feito progressos significativos em direção à igualdade de direitos da cidadania. Com política afirmativa

e/ou compensatória de cotas, obtendo diplomas universitários, sobem na hierarquia social, seus rendimentos aumentam e alcançam posições de poder e prestígio em negócios, cultura e política.

Uma avaliação excessivamente pessimista do estado atual de diversas democracias não é apenas *errada no mérito*. Ao pintar uma visão profundamente desagradável do futuro, os extremistas também prejudicam as perspectivas da Grande Experiência democrática.

Os ativistas mais interessados em política tendem a ter opiniões altamente polarizadas e recorrentes ao fazer suas denúncias estéreis e patrulhas ideológicas. A maioria dos cidadãos, entretanto, está muito menos interessada em política partidária e tem sentimentos muito mais ambivalentes sobre questões-chave da política pública.

Querem o futuro emergente de progresso socioeconômico e democrático ser bem-sucedido. Os ambivalentes pouco se deixam influenciar pela sugestão de adotar uma avaliação sempre negativa do seu próprio país.

Ridicularizar visões mais ambiciosas sobre *o que o futuro poderá trazer* como fossem ingênuas ou utópicas aparenta ser uma atitude inteligente por parte do persistente denunciante. Mas, na realidade, a Grande Experiência de mudança sistêmica terá mais probabilidades de ter sucesso se os seus construtores incentivarem a todos criarem uma sociedade democrática de bem-estar na qual a maioria das pessoas gostaria de viver.

Para construir esse tipo de sociedade, os progressistas deveriam destacar *as limitações de hoje* não precisarem, necessariamente, se tornar *as realidades de amanhã*. É possível membros de diversas democracias construírem laços cada vez mais estreitos de cooperação mútua – e até de amizade.

Ninguém vai trabalhar no sentido da construção de democracias mais justas se acreditar estas se tornarem, no melhor dos cenários, consumidas por *uma luta existencial entre diferentes grupos de identidade*, seja conflitos de interesses ideológicos ou religiosos, seja disputas regionais ou corporativas de privilégios exclusivos. É preciso apresentar uma *visão positiva e realista* sobre como a Grande Experiência democrática e socioeconômica pode ter sucesso. Essa é oferecida no citado livro de Yascha Mounk.

Considerações Finais: Complexidade é Mistura

A Ciência da Complexidade transdisciplinar refere-se a uma abordagem além das fronteiras disciplinares para estudar *fenômenos complexos* em diversos campos do conhecimento. Ela busca compreender aqueles não totalmente explicados por meio da análise tradicional e métodos disciplinares isolados.

Concentra-se no estudo de *sistemas complexos*, caracterizados por interações não-lineares, emergência de propriedades imprevisíveis e múltiplos componentes interconectados. Por isso, transcende as fronteiras disciplinares tradicionais, integrando conceitos e métodos de diversas áreas, como Física, Biologia, Ciência da Computação, Matemática, Economia, Ciências Sociais, Ciências Políticas, entre outras.

Em vez de analisar isoladamente apenas os componentes, essa abordagem destaca a importância das interações e das relações entre eles para compreender o comportamento global do sistema. Incorpora também princípios da Teoria do Caos – como o do *afastamento progressivo das condições iniciais* – e dinâmica não-linear para explorar fenômenos aparentemente imprevisíveis.

O uso extensivo de modelagem computacional, simulação e análise de redes complexas é comum nessa abordagem. Isso permite explorar, virtualmente, sistemas complexos e testar cenários diversos.

A ênfase recai nas propriedades emergentes características deles. Surgem de interações entre os componentes e não podem ser reduzidas a propriedades individuais. Em função disso, explora a adaptação e a evolução de sistemas complexos ao longo do tempo, considerando a influência de fatores externos e mudanças nas condições ambientais.

Aborda também problemas globalmente interconectados, como mudanças climáticas, sistemas econômicos, redes sociais e biologia sistêmica. Reconhece a necessidade de uma *compreensão holística*.

Muitos fenômenos do mundo real são intrinsecamente complexos e, portanto, exige uma integração de métodos e

perspectivas de várias disciplinas para uma compreensão completa. Essa *abordagem transdisciplinar* busca capturar a essência da complexidade.

Como *a economia é um subsistema do complexo mundo real*, o economista atualizado deve conhecer os demais subsistemas dele. Ela sempre está interagindo, influenciando e sendo influenciada por outros subsistemas.

O mundo real é caracterizado por uma rede intrincada de subsistemas interconectados. Além da economia, alguns dos principais subsistemas inclui os sistemas naturais, ecossistemas, biodiversidade e o meio ambiente. As atividades econômicas têm impactos significativos nessas áreas, e, por sua vez, mudanças contextuais e ambientais afetam a economia.

Engloba também as estruturas sociais, instituições, valores culturais, tradições e interações humanas. A economia influencia e é influenciada pelos aspectos sociais e culturais da sociedade.

A Política e a Governança referem-se aos sistemas políticos, instituições governamentais e processos de tomada de decisão. A economia é moldada por políticas governamentais, regulamentações e estruturas de governança. *Economia Política* é sua melhor definição.

Também é fortemente influenciada pelo *progresso tecnológico*, o qual, em *retroalimentação*, é afetado por considerações econômicas. Engloba avanços tecnológicos, inovação e desenvolvimento tecnológico.

No todo, destacam-se os sistemas de saúde, cuidados médicos, pesquisa médica e bem-estar. A economia tem impacto significativo na *saúde pública*, e o estado de saúde da população afeta a força de trabalho e a produtividade econômica.

Ela, igualmente, depende da *educação* para desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para a força de trabalho. Compreende instituições educacionais, sistemas de ensino e acesso à educação.

Sua *infraestrutura* compreende as redes de transporte, energia, comunicação e outras estruturas físicas que sustentam a sociedade e a atividade econômica. O contexto de *relações internacionais* envolve

interações entre nações, comércio internacional, acordos diplomáticos e conflitos. A economia desempenha um papel-chave nas relações internacionais e eventos globais afetam-na de várias maneiras.

A *demografia* está relacionada à composição populacional, migração, natalidade e envelhecimento. Mudanças demográficas têm implicações econômicas significativas.

Por fim, o conhecimento transdisciplinar necessário ao economista bem-formado – e não só especialista em uma área – inclui a segurança nacional, segurança alimentar, segurança energética etc. Estes aspectos estão relacionados à *proteção e estabilidade da sociedade*.

Esses subsistemas estão entrelaçados, por isso, as mudanças em um deles têm efeitos significativos nos demais. A *abordagem transdisciplinar* é crucial para entender as complexas interações entre esses subsistemas e desenvolver soluções sustentáveis diante os acontecimentos do mundo real.

Nesse *estudo transdisciplinar* da economia brasileira contemporânea, aqui apresentado, percebi sua profunda mudança no século XXI. A economia brasileira já não é estritamente *primário-exportadora*, mas sim *primário-industrial-extrativa exportadora*...

A queda acentuada da participação da indústria de transformação na economia brasileira, nas últimas quatro décadas, se sobressai em vez da observação de outras atividades produtivas com recordes de produção, exportação e investimentos. Estão relacionadas às principais *commodities* exportadas pelo país, com maior verticalização produtiva, valor adicionado e maior volume para compensar quando caem suas cotações.

Nos setores de petróleo e mineração, há crescente beneficiamento de produtos brutos. Impulsionam cadeias industriais, respectivamente, em óleos combustíveis de refinarias e aços de siderurgias.

No recente *boom* do agronegócio, o Brasil se consolidou como o maior exportador mundial de alimentos industrializados em volume,

com 64,7 milhões de toneladas em 2022, à frente dos Estados Unidos.

Na indústria de alimentação, o Brasil se destaca. Esse setor tornou-se o maior ramo da indústria de transformação, com 24,3% de participação no total de vagas, ao reunir 38 mil empresas com cerca de 2 milhões de empregos formais e diretos.

Além destes empregos diretos, agrupa outros 10 milhões na cadeia produtiva, segundo a ABIA (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos). No total, responde por 12% de todas as pessoas ocupadas no país.

Esse setor agroindustrial processa 58% do valor da produção de alimentos do campo e grãos brutos. Tem crescente participação na engrenagem industrial voltada aos mercados interno e externo.

Nos últimos sete anos, as *exportações de alimentos industrializados*, isto é, passados por certo processamento, saltaram de US\$ 35,2 bilhões para quase US\$ 60 bilhões (+72%). Por exemplo, as fábricas de alimentos, em especial de origem animal, determinam a melhor maneira de processar os distintos tipos de carne e os embalar para transporte no comércio internacional.

São consideradas como produtos exportados pela Indústria de Transformação, não só Produtos Semi-acabados de Ferro ou Aço (1,9%), Veículos Automóveis de Passageiros (1,2%), Aeronaves e Outros Equipamentos (1%), mas também Celulose (2,3%), Carne Bovina (2,8%), Carne de Aves (2,6%), Carne Suína (0,8%), Farelos de Soja (3,8%), Óleos Combustíveis (3,3%), Açúcares (4,6%), entre outros. Somando essas participações relativas na exportação total, representam 24,3%, ou seja, quase ¼ da exportação brasileira!

Enquanto a Indústria de Transformação em geral encolheu -1,2%, de janeiro a setembro de 2023, a de Alimentos cresceu 3,9%. A Extrativa relacionada ao petróleo teve alta ainda maior: 4,8%.

O debate público discute a possibilidade de *reindustrialização* e competição diante da nova divisão internacional do trabalho, onde as cadeias globais de valor industrial se encontram na Ásia, mingando inclusive as do Norte rico e sem interconexões com as inexpressivas no Sul pobre.

Mas o jornalismo neoliberal brasileiro argumenta: *sem interferência estatal*, a indústria alimentícia está investindo R\$ 30 bilhões por ano e mudando a alcunha do Brasil de “celeiro (ou fazenda) do mundo” para “supermercado do mundo” (FSP, 10/12/23).

Como visto aqui, neste estudo de relatórios de pesquisa, os neoliberais esquecem inteiramente do papel da Embrapa na tecnologia e dos bancos públicos federais no financiamento da zona rural e da agroindústria. Além disso, desconsideram os serviços como tendo o maior peso no agronegócio brasileiro.

Petróleo, minério e agronegócio garantem todos os anos grande parte dos crescentes saldos comerciais do balanço comercial brasileiro. Em 2023, a diferença entre exportações e importações atingiu recorde de US\$ 98,8 bilhões.

Superávits comerciais propiciam maiores reservas internacionais, atualmente, em torno de US\$ 350 bilhões. Desde o primeiro governo Lula, afastou-se a principal vulnerabilidade brasileira até então: *crises cambiais por falta de dólares*. Ainda é o principal problema atual da vizinha Argentina.

Mas economistas costumam ser pessimistas ao só destacarem a pressuposta dependência excessiva do Brasil em produtos primários. Deixaria o país vulnerável a flutuações acentuadas nesses mercados, seja por eventos climáticos com impacto em safras, seja por desaceleração maior da China, principal mercado do agro e minérios brasileiros. Isso fora fazerem a contumaz advertência de “a oferta global de petróleo se tornará excessiva diante da eletrificação da indústria automotiva”. Quando?

A China alcançou um crescimento médio de três anos de 6,6% de 2017 a 2019. Embora a pandemia de covid-19 tenha reduzido o crescimento, em 2020, a economia se recuperou muito em 2021, avançando a uma taxa de 8,1%. A taxa de expansão em 2023 deverá ser ligeiramente superior a 5%.

A taxa de crescimento da economia brasileira em 2022 e 2023 (3% aa) está *próxima da média da economia mundial*. Esse crescimento com estabilidade inflacionária e taxa de desemprego relativamente baixa (diante da história) não é uma opção sábia?

Apesar dos riscos, o Brasil está bem-posicionado no processo de crescimento da exportação das *commodities* para o resto do mundo.

Nos setores de petróleo, gás natural e minério de ferro, a receita adicional acumulada pela União deve chegar a R\$ 1 trilhão entre 2022 e 2030, na comparação com a década anterior. Auxilia no equilíbrio das contas públicas.

No médio prazo, é necessário transformar a riqueza natural temporária em valor agregado, conhecimento, capacidade de inovação. Com isso geraria qualidade e sustentabilidade no crescimento de longo prazo.

O fortalecimento da indústria de alimentos deve ser acompanhado de perto. Espera-se também investimentos crescentes em beneficiamento de petróleo e na siderurgia.

No petróleo, o plano estratégico de US\$ 102 bilhões da Petrobras 2024-2028 prevê US\$ 17 bilhões para as áreas de refino, transporte e comercialização, com a conclusão de algumas refinarias, agregando valor ao óleo bruto. Importantes investimentos também estão programados na indústria de biocombustíveis mais sofisticados, como para a aviação e os possíveis de ser misturados ao diesel convencional.

Enfim, não é vergonha o país não ser apenas “fazenda do mundo”, mas também “supermercado do mundo”. Deixou de ter somente uma economia primário-exportadora para se tornar uma economia com predomínio de serviços urbanos. A importação de bens industriais, seja para consumo, seja para investimento, é coberta pela *economia primário-industrial-extrativa exportadora...*

O Brasil virou também *um país exportador de petróleo*, principalmente, extraído do pré-sal. O controle da taxa de câmbio implica em estabilidade inflacionária, fora os eventuais choques exógenos e/ou de quebras de oferta sazonais ou acidentais.

Não é o país imaginado pelos sonhos ultrapassados, seja os dos desenvolvimentistas, seja os dos neoliberais, mas é *uma mistura complexa* deles. É necessária a economia brasileira contemporânea ser conhecida por todos os brasileiros!

Fontes de Referência

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho*. in Rodrigo Pimentel Ferreira Leão, Eduardo Costa Pinto e Luciana Acioly (org.). *A China na Nova Configuração Global: Impactos Políticos e Econômicos*. Brasília, DF: IPEA, 2011.

DELGADO, Guilherme C. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio – mudanças cíclicas em meio século (1965/2012)*. Porto Alegre, Editora UFRGS/PGDR, 2012.

DELGADO, Guilherme C. *Questão Agrária e Capital Financeiro na Agricultura Brasileira*. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente: v. 4, n. 42, pp. 286-305, dezembro de 2020.

EMBRAPA. *Brasil em 50 Alimentos*. Brasília, DF: Embrapa; 2023.

EMBRAPA. *O Futuro Da Agricultura Brasileira: 10 Visões*. Brasília, DF: Embrapa-Superintendência Estratégica, 2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) & ASSECOR (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento) (org.). *Brasil 2035: Cenários para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA-ASSECOR, 2017. 320 p.

IEMA (Instituto de Energia e Meio Ambiente) – FPL (Fundação Rosa Luxemburgo). *Transição da Indústria Automotiva Brasileira: Desafios e perspectivas para uma conversão alinhada à mobilidade inclusiva e de baixas emissões*. Maio de 2021.

LIMA, Uallace Moreira Lima. *A Dinâmica e o Funcionamento da Cadeia Global de Valor da Indústria Automobilística na Economia Mundial*. in *Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento*. Brasília, DF: IPEA, 2017.

MOUNK, Yascha. *A Grande Experiência: porque diversas democracias desmoronam e como elas podem perdurar*. Nova York: Penguin Press, 2022.

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: De junho de 2013 ao Governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia; junho de 2022.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (org.). *Cadeias Globais de Valor, Políticas Públicas e Desenvolvimento*. Brasília, DF: IPEA, 2017.

POMPEIA, Caio. *Formação Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.

SQUEFF, Gabriel Coelho. *Rigidez Produtiva e Importações no Brasil: 1995-2009*. in organizadores: Gabriel Coelho Squeff e Claudio Roberto Amitrano [et al.] *Dinâmica Macrossetorial Brasileira*. Brasília, DF: IPEA, 2015.

SITES:

https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html

<https://cemecfipe.org.br/>

<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

<https://www.embrapa.br/50-anos/publicacoes>

<https://www.iedi.org.br/>

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Conhecimento é Dívida* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Armadilha do Identitarismo: Uma Resenha* – dez 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Economia e Política Argentina* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* – out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa – *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira* 2a. Edição Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 10 milhões visitas.